



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO – PPGDS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**CLEBER BORGES DA SILVA**

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA  
ELÉTRICA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SINTRESC) ANTE  
AO GOLPE DE 2016**

**CRICIÚMA**

**2023**

**CLEBER BORGES DA SILVA**

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA  
ELÉTRICA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SINTRESC) ANTE  
AO GOLPE DE 2016**

Dissertação elaborada para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (Mestrado) da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto  
Coorientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho

**CRICIÚMA**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S586s Silva, Cleber Borges da.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC) ante ao golpe de 2016 / Cleber Borges da Silva. - 2023.

144 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2023.

Orientação: João Henrique Zanelatto.

Coorientação: Alcides Goularti Filho.

1. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina. 2. Trabalhadores da indústria elétrica. 3. Indústrias elétricas - Política pública. 4. Cooperativas de energia elétrica - Santa Catarina. I. Título.

CDD 23. ed. 331.88116213098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

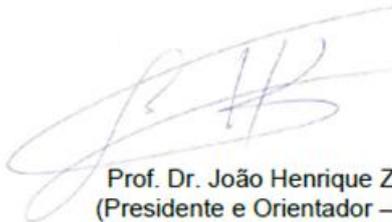
**Cleber Borges da Silva**

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA  
DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
(SINTRESC) ANTE AO GOLPE DE 2016**

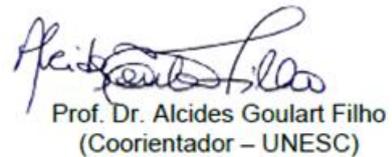
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 05 de dezembro de 2023.

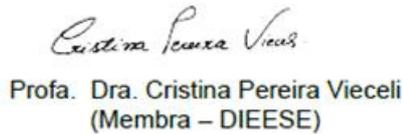
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto  
(Presidente e Orientador – UNESC)



Prof. Dr. Alcides Goulart Filho  
(Coorientador – UNESC)



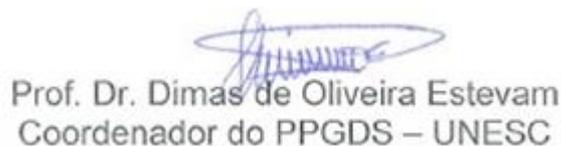
Profa. Dra. Cristina Pereira Vieceli  
(Membra – DIEESE)



Profa. Dra. Michele Gonçalves Cardoso  
(Membra – UNESC)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CLEBER BORGES DA SILVA  
Data: 07/12/2023 18:30:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cleber Borges da Silva  
(Discente)



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam  
Coordenador do PPGDS – UNESC

Dedico esta pesquisa a toda classe trabalhadora desse país,  
que mesmo diante de todas as adversidades continua na luta.

## **AGRADECIMENTOS**

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar ao seu resultado final sem o apoio fundamental de várias pessoas e instituições. Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor João Henrique Zanelatto, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigado por me ter corrigido quando necessário e por sempre acreditar na importância desta pesquisa. Desejo igualmente agradecer a todos(as) os(as) meus professores(as) do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico, especialmente ao Professor Doutor Alcides Goularti Filho, coorientador e aos membros da banca avaliadora pelas relevantes contribuições feitas.

Agradeço a UNESC pela oportunidade de seguir a carreira acadêmica, ao PPGDS por proporcionar o conhecimento que contribuirá para a continuidade do meu trabalho enquanto pesquisador e também como trabalhador do setor elétrico e dirigente sindical.

Agradeço a CAPES por investir na minha formação e viabilizar financeiramente esta pesquisa como fonte financiadora.

Agradeço ao SINTRESC por permitir a realização deste estudo, e aos participantes que voluntariamente se dispuseram a participar.

Por fim agradeço especialmente a Doutora Silvana Kempfer Borges, minha esposa, que participou ativamente de todo processo sempre me motivando e aconselhando da melhor forma.

“Não há nada mais trágico neste mundo do que saber o que é certo e não fazê-lo. Que tal mudarmos o mundo começando por nós mesmos?”

Martin Luther King

## RESUMO

O setor elétrico brasileiro se desenvolve em consonância com as necessidades da sociedade. As demandas de consumo de energia elétrica vão se modificando conforme a vida das pessoas muda e para atender satisfatoriamente essas necessidades o setor elétrico brasileiro foi se constituindo. No início com uma estrutura menos complexa, que se direcionava à produção e distribuição de energia para as comunidades, depois, atendendo a indústria, comércio e demais segmentos que foram sendo incorporados na sociedade. Políticas públicas foram sendo criadas para dar suporte a essas demandas. Paralelamente a isso emerge a atuação sindical, com o intuito de atender as demandas dos trabalhadores do setor elétrico e garantir seus direitos. No ano de 2016 o país viveu um golpe de estado com a deposição da Presidenta da República, o que direta e indiretamente modificaram as condições de trabalho no país, incluindo os trabalhadores do setor elétrico. Esse estudo tem como objetivo geral analisar as mudanças e as dificuldades experimentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC) após o golpe político ocorrido no Brasil em 2016, bem como as estratégias construídas para enfrentar as mudanças. Este estudo se trata de pesquisa qualitativa, de campo, exploratória e descritiva. Os dados foram coletados no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC) e no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). A coleta dos dados ocorreu por meio da triangulação em dois momentos: pesquisa documental e entrevista. A dissertação está estruturada em cinco capítulos: O golpe de 2016: retrocessos socioeconômicos e na organização sindical; Trajetória das Políticas Públicas do Setor Elétrico Brasileiro; Da expansão da indústria de energia elétrica do sul catarinense à organização sindical e perfil dos trabalhadores; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC); Mudanças ocorridas no SINTRESC após o golpe de 2016. Emergiram dos dados as mudanças ocorridas no SINTRESC após o golpe de 2016 e a percepção dos trabalhadores do SINTRESC sobre a atuação do sindicato após o golpe de 2016. O estudo concluiu que a classe trabalhadora ao final do processo do golpe sofreu inúmeras derrotas, sejam na precarização das condições de trabalho ou na frustração da expectativa de alcançar a tão sonhada aposentadoria. Os sindicatos e seus representados tiveram diversos traumas e o grande desafio da classe trabalhadora é adaptar-se a essa nova realidade política e financeira.

Palavras-chave: sindicato, Brasil, política, crise, energia elétrica.

## ABSTRACT

The Brazilian electricity sector develops in line with the needs of society. The demands for electricity consumption are changing as people's lives change and to satisfactorily meet these needs, the Brazilian electrical sector was created. Initially with a less complex structure, which was aimed at producing and distributing energy to communities, then serving industry, commerce and other segments that were being incorporated into society. Public policies were being created to support these demands. Parallel to this, syndicate activity emerges, with the aim of meeting the demands of workers in the electrical sector and guaranteeing their rights. In 2016, the country experienced a coup d'état with the deposition of the President of the Republic, which directly and indirectly changed working conditions in the country, including workers in the electrical sector. This study has the general objective of analyzing the changes and difficulties experienced by the Union of Workers in the Electric Energy Industry of the South of the State of Santa Catarina (SINTRESC) after the political coup that occurred in Brazil in 2016, as well as the strategies built to face the changes. This study is qualitative, field, exploratory and descriptive research. Data were collected from the Electric Energy Industry Workers' Union of the South of the State of Santa Catarina (SINTRESC) and the Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE). Data collection occurred through triangulation in two moments: documentary research and interview. The dissertation is structured into five chapters: The 2016 coup: socioeconomic setbacks and union organization; Trajectory of Public Policies in the Brazilian Electricity Sector; From the expansion of the electricity industry in the south of Santa Catarina to the union organization and profile of workers; Union of Workers in the Electric Energy Industry of the South of the State of Santa Catarina (SINTRESC); Changes that occurred at SINTRESC after the 2016 coup. The changes that occurred in SINTRESC after the 2016 coup and the perception of SINTRESC workers about the union's performance after the 2016 coup emerged from the data. The study concluded that the working class at the end of the coup process suffered numerous defeats, whether in the precariousness of working conditions or in the frustration of the expectation of achieving the long-awaited retirement. The unions and their representatives have suffered several traumas and the great challenge for the working class is to adapt to this new political and financial reality.

Keywords: union, Brazil, politics, crisis, electricity.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIPEM	Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisas de Mercado
ACF	<i>Advocacy Coalition Framework</i>
ACP	Ação Civil Pública
ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANEP	Associação Nacional de Empresas de Pesquisa
BFM	Bateria de Funções Mentais
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BPR	Bateria de Provas de Raciocínio
CACC	Certificação de Autogestão do Cooperativismo Catarinense
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASAN	Companhia de Água e Saneamento
CATI	Centro de Aprendizagem e Treinamento de Ilhota
CBCA	Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEFA	Centro de Aperfeiçoamento e Treinamento da Empresa
CEGERO	Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero
CEJAMA	Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEPRAG	Cooperativa de Eletricidade de Praia Grande
CERBRANORTE	Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CERGAL	Cooperativa de Eletrificação Rural de Gravatal
CERGAPA	Cooperativa de Eletricidade de Grão-Pará
CERGRAL	Cooperativa de Eletricidade Gravatal
CERJ	Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro
CERMOFUL	Cooperativa Fumacense de Eletricidade
CERPALO	Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes
CERSUL	Cooperativa de Distribuição de Energia

CERTREL	Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso
CESP	Companhia Energética de São Paulo S.A.
CGT ELETROSUL	Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil
CIA.	Companhia
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
COOPERA	Cooperativa Pioneira de Eletrificação
COOPERALIANÇA	Cooperativa Aliança
COOPERCOCAL	Cooperativa Elétrica de Cocal do Sul
COOPERMILA	Cooperativa Mista Lauro Müller Ltda
COOPERZEM	Cooperativa de Eletrificação Rural de Armazém
COORECE	Cooperativa Riograndense de Eletricidade Ltda
COORSEL	Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CRH	Centro de Recursos Humanos
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTERA	<i>Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina</i>
CTJL	Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DFESA	Dona Francisca Energética S.A.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNAE	Departamento Nacional de Águas e Energia
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia
DNPM	Departamento Nacional da Produção Mineral
EBAPE.BR	Escola Brasileira de Administração Pública.Brasil
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
ECTE	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETROSUL	Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
ENERCAN	Energética Campos Novos S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ERI	<i>Effort-Reward Imbalance</i>
ERUSC	Eletrificação Rural de Santa Catarina S/A
FEC	Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Intervalo de Confiança
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTERCEL	Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina
INTERSUL	Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil
JK	Juscelino Kubitschek
MAESA	Machadinho Energética S.A.
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBE	Programa Brasileiro de Etiquetagem
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PCMR	Razão de Mortalidade Proporcional por Câncer
PEEE	Programa Eletronorte de Eficiência Energética
PEEE	Programa Eletronorte de Eficiência Energética
PEPD	Programa Eletronorte de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
PEPI	Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual
PIB	Produto Interno Bruto
PMK	Psicodiagnóstico Miocinético
PMR	Razão de Mortalidade Proporcional

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PPGDS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
PROINFRA	Programa de Incentivo a Fontes Alternativas
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
REAd	Revista Eletrônica de Administração
RJ	Rio de Janeiro
S.A.	Sociedade Anônima
SCGÁS	Companhia de Gás de Santa Catarina
SINDIELETRO	Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais
SINERGIA	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região
SINTRESC	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina
SINTRINETE	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Termoelétrica de Tubarão
SNTE	<i>Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación</i>
SOTELCA	Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A.
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TMC	Transtornos Mentais Comuns
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UTE	Usina Termoelétrica

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição das cooperativas no país, 2023. ....	69
Figura 2 – Distribuição das Cooperativas de Eletrificação no Estado de Santa Catarina 2024. ....	70
Figura 3 – Correspondência da SOTELCA em resposta ao comunicado dos trabalhadores.....	90
Figura 4 – Carta-resposta enviada pela SOTELCA ao Sindicato.....	91

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Série histórica Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto <i>per capita</i> e população residente e deflator – 1996-2020.....	39
Quadro 2 - Demonstrativo dos artigos encontrados na Base Scielo (1998-2020), capturados em 27 de dezembro de 2022.....	45
Quadro 3 - Características dos estudos incluídos, 2023.....	51
Quadro 4 - Legislação sobre as políticas públicas do setor elétrico brasileiro, 2023.....	57
Quadro 5 - Histórico de incidentes críticos envolvendo o setor elétrico brasileiro no período de 1880-2002.....	61
Quadro 6 – Sistema de governança do setor elétrico brasileiro no período de 1933-1997.....	61
Quadro 7 - Demonstrativo do consumo e número de consumidores no Brasil, 2021....	65
Quadro 8 - Geração de energia elétrica do sul do estado de Santa Catarina na primeira metade do século XX.....	66
Quadro 9 - Distribuição das cooperativas segundo o ano de criação e cidade (2022)....	70
Quadro 10 - Distribuição das empresas privadas de energia elétrica de Santa Catarina, 2023.....	81
Quadro 11 – Principais eventos históricos da Celesc.....	83
Quadro 12 – Controle acionário da Celesc, 2023.....	86
Quadro 13 – Organização e categorização dos dados a partir da questão aberta, 2023.....	108
Quadro 14 – Organização das estratégias de enfrentamento.....	109
Quadro 15 – Atuação do sindicato após o golpe de 2016.....	110

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhadores – base SINTRESC por sexo (2020).....	94
Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores – base SINTRESC por idade (2020).....	94
Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhadores – base SINTRESC por tempo de atuação (2020).....	95
Gráfico 4 - Renda média dos trabalhadores – base SINTRESC (2020).....	95
Gráfico 5 - Escolaridade dos trabalhadores – base SINTRESC (2020).....	96
Gráfico 6 - Escolaridade dos remunerados por grau de instrução – base SINTRESC (2020).....	96
Gráfico 7 – Demonstrativo do gênero dos participantes do estudo, 2023.....	101
Gráfico 8 – Demonstrativo da idade dos participantes do estudo, 2023.....	102
Gráfico 9 – Demonstrativo das empresas dos participantes do estudo, 2023.....	102
Gráfico 10 – Tempo de empresa dos participantes do estudo, 2023.....	103
Gráfico 11 – Demonstrativo da cidade onde atuam os participantes do estudo, 2023.....	103
Gráfico 12 – Experiência profissional em outra companhia de energia elétrica, 2023...104	
Gráfico 13 – Cargo que ocupa na empresa de energia elétrica, 2023.....	104
Gráfico 14 – Resultado sobre conhecer o SINTRESC, 2023.....	105
Gráfico 15 – Resultado sobre ser filiado ao SINTRESC, 2023.....	106
Gráfico 16 – Resultado do questionamento sobre como considera a atuação do SINTRESC na defesa dos trabalhadores, 2023.....	107
Gráfico 17 – Variação da população ocupada e da população ocupada associada ao Sindicato, 2023.....	111
Gráfico 18 – Demonstrativo da arrecadação do sindicato com mensalidades entre 2013 a 2022.....	114
Gráfico 19 – Quantidade de sócios SINTRESC, 2023.....	115

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Perfil dos sindicatos dos trabalhadores no Brasil (2016).....	88
--	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2 O GOLPE DE 2016: RETROCESSOS SOCIOECONÔMICOS E NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....</b>	<b>32</b>
2.1 OS RETROCESSOS SOCIOECONÔMICOS A PARTIR DO GOLPE.....	38
2.2 O SINDICATO NO CONTEXTO DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES.....	43
<b>3 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.....</b>	<b>49</b>
3.1 ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.....	61
<b>4 DA EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL CATARINENSE À ORGANIZAÇÃO SINDICAL E PERFIL DOS TRABALHADORES.....</b>	<b>65</b>
4.1 AS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL E SEU CONTEXTO HISTÓRICO.....	70
4.1.1 Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA.....	72
4.1.2 Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado – CEJAMA.....	72
4.1.3 Cooperativa de Eletrificação Rural de Gravatal – CERGRAL.....	73
4.1.4 Cooperativa de Distribuição de Energia – CERSUL.....	73
4.1.5 Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural – COORSEL.....	74
4.1.6 Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE.....	74
4.1.7 Sociedade Cooperativa de Eletrificação Rural de Grão-Pará – CERGAPA.....	75
4.1.8 Cooperativa Fumacense de Eletricidade – CERMOFUL.....	75
4.1.9 Cooperativa de Eletrificação Rural de Paulo Lopes – CERPALO.....	76
4.1.10 Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso – CERTREL.....	76
4.1.11 Sociedade Cooperativa de Eletrificação Rural de Armazém – COOPERZEM.....	76
4.1.12 Cooperativa de Eletricidade Praia Grande – CEPRAG.....	77
4.1.13 Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi – CERGAL.....	77
4.1.14 Cooperativa de Eletrificação Rural de Gravatal – CERGRAL.....	78
4.1.15 Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA.....	78

<b>4.1.16 Cooperativa de Eletrificação Rural de São Ludgero – CEGERO.....</b>	<b>78</b>
<b>4.1.17 Cooperativa de Eletrificação Rural de Cocal do Sul – COOPERCOCAL...79</b>	<b>79</b>
<b>4.1.18 Cooperativa de Eletrificação Rural de Anitápolis – CERAL.....79</b>	<b>79</b>
<b>4.1.19 Cooperativa Mista Lauro Müller Ltda – COOPERMILA.....80</b>	<b>80</b>
<b>4.1.20 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC.....82</b>	<b>82</b>
<b>4.1.21 Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda – CTJL.....86</b>	<b>86</b>
<b>5 SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SINTRESC).....88</b>	<b>88</b>
<b>5.1 TRABALHADORES DO SETOR ELÉTRICO DO SUL CATARINENSE VINCULADOS AO SINTRESC.....93</b>	<b>93</b>
<b>6 AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO SINTRESC APÓS O GOLPE DE 2016...101</b>	<b>101</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....116</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....119</b>	<b>119</b>
<b>FONTES CONSULTADAS.....130</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICES.....131</b>	<b>131</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo emerge da percepção e da experiência do pesquisador como dirigente sindical do fenômeno das mudanças ocorridas após o golpe de estado de 2016 para a classe trabalhadora no que tange às alterações nas relações de trabalho, que reduziram sobremaneira os direitos e as proteções até então garantidas na legislação.

Ainda em 2017, os trabalhadores sofreram um novo retrocesso com a aprovação da Reforma Trabalhista, que alterou 130 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Dentre as alterações, pode-se evidenciar a possibilidade de que as empresas negociem diretamente com os trabalhadores, retirando a garantia de uma negociação coletiva intermediada pelos sindicatos.

No Brasil, há registros dos primeiros movimentos sindicais cerca de 100 anos após o seu surgimento na Europa, entre 1930 e 1945, vinculados à legislação trabalhista complexa da época. Foi no intervalo entre os governos de João Goulart e Jânio Quadros que os movimentos sindicais e grevistas cresceram, até que, em 1964, a Ditadura Militar passou a persegui-los por considerá-los uma ameaça ao regime, suprimindo as manifestações operárias e prendendo mais de 100 dirigentes sindicais (Oliveira; Mendes, 2021).

Em 2015, o Brasil possuía 11.173 sindicatos, o que representava cerca de 50 milhões de trabalhadores distribuídos em todo o território nacional. Além de organizar e defender os direitos dos trabalhadores, o movimento sindical brasileiro também protagoniza ações na política nacional, como, por exemplo, a atuação no combate à ditadura e na luta pela redemocratização do estado brasileiro, as campanhas pela anistia, as eleições diretas para presidente, bem como na convocação de uma assembleia constituinte (DIEESE, 2015).

Dentre as contribuições dos sindicatos para a classe trabalhadora, destacam-se as negociações coletivas, que buscam ampliar direitos garantidos por lei, bem como adquirir novas conquistas. É importante destacar que, muitas vezes, os direitos conquistados por uma determinada categoria são estendidos a todos os trabalhadores, tais como o abono natalício, que em 1962 foi estendido a todos os trabalhadores e hoje é reconhecido como 13º salário. Outro exemplo foi a conquista, a partir da Constituição de 1988, da redução das horas de trabalho – de 48 para 44 horas semanais – e do aumento da majoração da hora extra para 50%, dentre outras.

Considerando os aspectos mencionados sobre o sindicalismo brasileiro, é importante destacar que

[...] para que os trabalhadores, como parte estruturalmente mais fraca na relação capital-trabalho, tenham chances de sucesso nos processos negociais, suas entidades representativas precisam dispor de recursos-políticos e financeiros – para se contraporem ao poder das corporações empresariais (DIEESE, 2015, p. 6).

Atualmente, temos acesso, todos os dias, a uma infinidade de informações veiculadas às mais diferentes mídias, porém não se tem certeza da veracidade e da confiabilidade de tudo o que está escrito ou divulgado. Há um livre movimento de postagem de conteúdo, que pode não ter veracidade, em especial o relacionado a assuntos polêmicos, como política ou economia. Historicamente, observa-se a importância das mídias na divulgação de informações e sua influência na sociedade, no entanto os veículos de mídia possuem seus próprios interesses, os quais podem ser distintos dos interesses sociais. “Tendo isso em mente, seus canais de diálogo intenso com a sociedade podem desempenhar um exclusivo *soft power* das mídias, no sentido de promover pressões sociais que equivalham aos seus interesses” (Guimarães, 2016, p. 1).

Considera-se que o movimento sindical é a representação legítima dos trabalhadores e que a partir do golpe os sindicatos passaram a ser perseguidos e sofreram grandes perdas no que diz respeito à sua organização política e financeira.

Reputa-se que o Brasil sofreu um golpe em 2016, o qual abalou profundamente as estruturas sociais, políticas e econômicas, agravando as desigualdades sociais e aumentando a vulnerabilidade da população brasileira.

E tem-se em conta que no Brasil os meios de comunicação exercem grande influência na opinião da sociedade, o que leva à compreensão distorcida da realidade dos fatos, que, em sua grande maioria, está diretamente ligada a interesses de determinados atores da conjuntura política nacional.

Esta pesquisa está imersa nesse contexto e busca trazer evidências científicas confiáveis que contribuam para o esclarecimento dos fatos e dos impactos dos desdobramentos na sociedade, os quais refletiram nas famílias brasileiras por meio das mudanças que afetaram diretamente a classe trabalhadora.

O estudo proposto permitirá que os trabalhadores tenham conhecimento mais específico sobre a forma como os sindicatos lutam não apenas por questões relacionadas aos acordos e às convenções coletivas de trabalho, mas também atuam em questões macro que vão desde a garantia da manutenção do Estado Social de Direito até a garantia da

dignidade da população, proporcionando, assim, que as entidades sindicais possam se fortalecer.

O golpe de 2016 gerou impactos sociais, políticos e econômicos para o País e seus cidadãos, tais como: terceirização irrestrita, que fragiliza o vínculo entre o trabalhador e a empresa e dificulta, assim, o acesso a direitos básicos, bem como precariza as condições de trabalho; reforma trabalhista, com a legalização do trabalho intermitente e que também dispõe sobre a prevalência do negociado sobre o legislado, assim como oportuniza a negociação direta entre a empresa e o trabalhador, tudo isso sob a promessa de criação de 6 milhões de empregos, a qual nunca se concretizou. Sob o comando de Jair Bolsonaro, foi aprovada a reforma da previdência em 2019, sendo aumentado o tempo de contribuição e estabelecida uma idade mínima, além de ter reduzido os valores das aposentadorias, haver a retomada da política de privatizações, para além de ameaçar a soberania nacional com a entrega de setores estratégicos a empresas multinacionais, precarizar e encarecer a prestação de serviços a toda a população e afetar milhares de trabalhadores.

Essa nova ordem de gestão do País trouxe consigo perdas de direitos sociais, retrocessos em políticas públicas em setores como educação, saúde, seguridade social, segurança, entre outros, gerando insegurança, descontentamento e vulnerabilidades para toda a população brasileira.

Do ponto de vista econômico, o golpe levou o Brasil a um retrocesso que pode ser representado pela retração de 5,96% do Produto Interno Bruto – PIB, no período entre 2014 e 2020, sendo 4,1% somente em 2020. No cenário internacional, o Brasil caiu da sexta para 14ª posição no *ranking* da economia mundial.

Recentemente, a mídia deu ampla divulgação a um estudo que faz um comparativo do crescimento do PIB nos períodos pré e pós-golpe, conforme evidenciou a MB Consultoria em seu levantamento, tendo como

[...] base o ano de 2013 para comparar a média de crescimento de 1997-2013 com o período pós-golpe (2014-2020), demonstra uma queda de 27% no crescimento do PIB brasileiro: 31% na indústria, dentro desta destaca-se uma queda de 49% na construção civil; 26% nos serviços; 8% na agroindústria; e os investimentos em demanda ficaram 52% abaixo da média pré golpe. Apenas os setores de alta composição orgânica do capital e ligados às oligarquias financeiras mantêm a acumulação através da centralização, a exemplo dos bancos e da agroindústria (Bevilaqua; Bevilaqua, 2021, p. 5).

A presente dissertação lança um olhar para a realidade do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina

(SINTRESC), com o intuito de evidenciar situações peculiares e transformações ao longo e a partir do golpe político de 2016, contribuindo para o aprofundamento da discussão em um contexto teórico e científico que poderá subsidiar novos estudos e o aprofundamento sobre o tema.

A partir da realidade sobre o impacto do golpe na sociedade brasileira, em especial na vida dos trabalhadores, e, conseqüentemente, no movimento sindical é que emergiu a pergunta de pesquisa: Quais as mudanças ocorridas no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC) após o golpe político ocorrido no Brasil em 2016?

A partir da problemática, estabelecemos como objetivo geral: analisar as mudanças e as dificuldades experimentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC) após o golpe político ocorrido no Brasil em 2016, bem como as estratégias construídas para enfrentar as mudanças. Em relação aos objetivos específicos, eles foram assim definidos: a) destacar os retrocessos socioeconômicos e na organização sindical com o golpe de 2016; b) identificar a partir da revisão da literatura a trajetória das Políticas Públicas do setor elétrico Brasileiro; c) contextualizar o crescimento e a expansão da indústria de energia elétrica do sul catarinense, bem como, o perfil de seus trabalhadores; d) destacar a trajetória e a singularidade do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC); e) analisar as mudanças ocorridas no SINTRESC após o golpe de 2016, com ênfase para a narrativa antissindical e a reforma trabalhista e previdenciária.

No que concerne a fundamentação teórica, a pesquisa se ancora nos conceitos e nas categorias desenvolvidos por Ricardo Antunes (1992, 2005, 2009, 2015). O autor estudou profundamente as mudanças ocorridas no mundo do trabalho ante as transformações/crises do capitalismo, dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e estratégias que foram/vão sendo criadas para enfrentar essas mudanças. Seu livro “A rebeldia do trabalho” (Editora da Unicamp, 1992) se tornou referência para os estudos sobre sindicalismo no País. Antunes avalia a questão tomando como objeto as greves operárias que eclodiram no setor industrial paulista no final dos anos de 1970, a partir de uma concepção ampla das relações entre classes sociais e Estado, seu projeto inicial, em favor de um sindicalismo de negociação (Wolff, 2022).

Seu livro “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”, publicado pela primeira vez em 1995, faz uma profunda análise das mudanças no mundo do trabalho.

A década de 1980 presenciou nos países de capitalismo avançado profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram intensas as modificações, podendo-se mesmo afirmar que “a classe-que-vive-do-trabalho” sofreu a mais aguda crise deste século, a qual atingiu não só a sua materialidade, como teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou a sua forma de ser (Antunes, 2015, p. 33).

O termo cunhado por Antunes ao se referir aos trabalhadores é chamado “classe-que-vive-do-trabalho”, no qual utiliza o hífen para denotar a inseparabilidade das pessoas do trabalho. A classe-que-vive-do-trabalho são

[...] aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados boias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva (Antunes, 2005, p. 52, grifo no original).

Essas mudanças no mundo do trabalho provocaram transformações também na representação sindical. Segundo Antunes (2015, p. 43-44), a repressão

[...] se abateu sobre os principais líderes sindicais e as empresas aproveitaram a desestruturação do sindicalismo combativo e criaram o que se constituiu no traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista: o sindicalismo de empresa o sindicato-casa, atado ao ideário e ao universo patronal.

No Brasil, as mudanças no sindicalismo não acompanharam o ritmo instituído no contexto mundial, ocorrendo mais tarde. Em função do regime ditatorial instaurado em 1964, essas mudanças só foram percebidas a partir da década de 1990.

Paradoxalmente ao movimento de transformação no sindicalismo instituído no mundo, no Brasil, os anos de 1980 foram marcados por inúmeros movimentos dos trabalhadores que mudaram sua forma de organização a partir do surgimento do novo sindicalismo e da criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Antunes (2015, p. 513) ressalta que

[...] o novo sindicalismo surgiu da articulação de variadas concepções que se articulavam em torno da bandeira de um sindicalismo de classe, mais autônomo e independente em relação ao estado. Neste sentido, ele propunha uma ruptura com o passado, que teria sido predominantemente pautado pela “colaboração de classe”, “reformismo”, “conciliação”, “cupulismo” etc., práticas às quais o novo sindicalismo se opunha fortemente. (Santana, 2001; 1999). Sua corrente mais expressiva – o chamado novo sindicalismo – era oriundo da própria estrutura sindical. Agrupava vários líderes sindicais denominados “autênticos” (como Lula, Olívio Dutra, Jacó Bittar, dentre tantos outros) e que praticavam um sindicalismo que, de fato, se diferenciava do velho sindicalismo oficial. Essa tendência somou-se ao também importante movimento das oposições sindicais, buscando avançar em sua maior aspiração, que era criar uma nova central sindical autônoma, livre e independente do estado e do patronato.

O movimento sindical da década de 1980 foi marcado por inúmeras greves que mobilizaram todas as classes.

[...] vale recordar que o número de greves foi extremamente significativo durante todo o período, sendo que, no mundo rural, houve significativo avanço do sindicalismo, possibilitando a retomada da organização sindical dos trabalhadores, o que, por certo, influenciou as ações que levaram ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), em 1984 (Antunes; Silva, 2015, p. 515).

Na década de 1990, o neoliberalismo foi potencializado no Brasil com a eleição de Fernando Collor, com o início das privatizações e os sucessivos ataques aos direitos dos trabalhadores e a chegada do toyotismo. Iniciou-se também a mudança na forma de atuação dos sindicatos, migrando do sindicalismo de confronto para o sindicalismo negocial, o que se aproxima do sindicato empresa descrito por Antunes no livro “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”.

O sindicato empresa se configura em uma perspectiva do sindicalismo vinculado à empresa, ou seja, ao capital, não considerando elementos importantes como o desemprego estrutural e outras questões conjunturais no que tange ao papel da classe-que-vive-do-trabalho no processo produtivo (Antunes, 2015).

Em continuidade, a postura submissa dos sindicatos com a adesão do sindicalismo negocial, que na sua essência é regido pelos interesses do capital e do mercado, no qual

[...] os sindicatos operaram um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas, que visavam o controle social da produção, ação esta tão intensa em décadas anteriores e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. O mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes,

especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalista (Antunes, 2009, p. 228).

Segundo Antunes (2015), os sindicatos que se encontravam submetidos a essa perspectiva social e política deixaram sua essência vinculada à emancipação do trabalho, à luta pela emancipação do trabalhador, bem como do próprio sindicalismo para atender à agenda neoliberal, ou seja, perdendo a sua condição de liberdade sindical ante a onda privatista instaurada na época (Antunes, 2009).

O contexto-latino americano não fica excluído desse cenário neoliberal e integra o movimento denominado mundialização, cuja indigência social é característica instituída nos países, como no caso da “Argentina ao México, passando pelo Peru, e o Brasil de FHC, o príncipe do servilismo ao grande capital” (Antunes, 2009, p. 515).

Como já exposto, no Brasil, a mundialização chega

[...] com a vitória de Collor e início de seu governo, seguido depois pelo de FHC, criando as condições para que as políticas de corte neoliberal se desenvolvessem com intensidade. O setor produtivo estatal foi em grande medida privatizado (siderurgia, telecomunicações, energia elétrica, bancos, etc.), o que alterou o tripé existente entre capital nacional, estrangeiro e estatal, que comandou o padrão de desenvolvimento capitalista existente no Brasil desde a emergência do Varguismo, ampliando-se a internacionalização da nossa economia. A fusão entre neoliberalismo e reestruturação produtiva, dentro de um universo conduzido pelo capitalismo financeiro, gerou profundas transformações no mundo do trabalho, afetando, em especial, o sindicalismo. Informalidade, flexibilização e terceirização passam a ser imperativos empresariais (Antunes, 2015, p. 515).

No que se refere ao sindicalismo, no final dos anos de 1980 e início de 1990 ocorreram dois marcos importantes, o III e o IV CONCUT (Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores), os quais demarcaram a “[...] consolidação de uma prática sindical de negociação que sempre esteve presente, ainda que em menor escala, no seu interior, mas que, até aquele momento, não tinha se tornado o centro da atividade sindical da CUT” (Antunes; Silva, 2015, p. 516).

O sindicalismo da CUT, mais propenso à negociação, em um momento sindical novo, pautado pela existência de centrais sindicais diferenciadas e dificultado pelo advento da Força Sindical, criada em 1991 e que passou a disputar fortemente os espaços políticos e sindicais próprios de um sindicalismo mais negocial, fez com que a CUT, sob hegemonia da Articulação Sindical, respondesse avançando na alternativa mais contratualista e propositiva, oferecendo-se como alternativa sindical factível ante o neoliberalismo (Antunes; Silva, 2015, p. 517).

Fundada em março de 1991, em São Paulo, a Força Sindical tinha a finalidade de facilitar investidas dos governos neoliberais. Segundo Trópia *apud* Antunes e Silva (2015, p. 520), “[...] o projeto da central era, originalmente, ambicioso: pretendia tornar-se a principal central sindical do País, derrotar as iniciativas progressistas e populares e bloquear a luta de resistência do movimento sindical ao modelo neoliberal”.

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições presidenciais e ao assumir o comando do executivo manteve as políticas neoliberais do governo FHC, o que afastou o medo representado por um governo de esquerda e de certa forma contribuiu para a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2006. Antunes (2015, p. 518) afirma que

[...] o receio e a desconfiança não foram completamente afastados, é verdade, mas permitem compreender a adequação e aceitação do governo petista em relação aos interesses do grande capital e das distintas frações burguesas, particularmente aqueles representados pelo capital financeiro. Através da condução e do aprofundamento das principais políticas neoliberais anteriormente adotadas por FHC, o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores já não provocam insegurança junto às classes dominantes.

A forte influência de Lula nos rumos da CUT foi evidenciada nas eleições da Central, em 2003, quando indicou Luiz Marinho para o cargo de presidente, contrariando a tradição da Central ao não reeleger seu ex-presidente João Felício. Marinho foi nomeado em 2005, quando Felício voltou a ocupar o cargo, sendo candidato a permanecer nas eleições de 2006. Novamente houve um processo de articulação para que Felício, visto como defensor de uma Central mais autônoma em relação ao governo federal, não fosse eleito, colocando em seu lugar Artur Henrique da Silva Santos (Galvão, 2009).

Antunes (2015, p. 518) narra esse movimento que a CUT fez a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, com ênfase na mudança do discurso e também na sua forma de atuação:

[...] deslocando o destinatário do seu discurso da “classe” para a “cidadania”, sendo que suas ações priorizavam o caminho da luta por direitos aos cidadãos. Assim, a Central que nasce nos anos 1980, profundamente ancorada no universo do trabalho e nas lutas sindicais, consolidava sua transição para uma prática sindical moderada, aderindo, gradativamente, a uma concepção de defesa da cidadania desprovida de um componente acentuado de classe, além de atuar centralmente no espaço da negociação.

Galvão (2009) chama a atenção para a mudança significativa ocorrida em 2004 nas comemorações de 1º de maio, quando a CUT passou a organizar megaeventos que

contaram com a participação de artistas populares, seguindo a cartilha da Força Sindical, que, desde de 1998, atua dessa forma. A Força Sindical e a CUT se tornaram partícipes do governo Lula, passando a atuar durante vários anos como parceiras de governo, exercitando uma convivência bastante diferente da década de 1990 (Antunes, 2015).

Ao analisarmos os números de sindicatos e seus respectivos sindicalizados, podemos afirmar que o Brasil passou por diferentes cenários em determinados períodos. Em 1964, havia no Brasil cerca de 2.000 sindicatos de trabalhadores, somando assalariados urbanos, profissionais liberais, autônomos e avulsos (IBGE, 1966). Quanto aos sindicatos de trabalhadores rurais, chegava-se a 2,5 mil entidades. Em 1989, um ano após a promulgação da nova Constituição Federal, o mesmo IBGE computou mais de 6.600 entidades de trabalhadores do campo e da cidade, sendo que os sindicatos de assalariados urbanos eram pouco mais de 3,1 mil (IBGE, 1992).

Os anos de 1988 e 1989, na verdade, assistiram ao maior número de criação de sindicatos da história até ali. Foram pouco mais de mil novas associações, 760 delas de assalariados urbanos. O efeito da nova Constituição de 1988, que liberou o sindicalismo do jugo do Ministério do Trabalho, foi imediato, como se vê. Mas os números não pararam de crescer. Em 2001, o novo censo sindical do IBGE encontrou 7,7 mil sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, 1,9 mil dos quais fundados entre 1991 e 2000, um quarto deles criados por servidores públicos, que não podiam se sindicalizar antes de 1988. Por fim, na aferição da representatividade das centrais sindicais brasileiras feita em 2015, com base nas informações de 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego registrou a existência de 10.813 sindicatos de trabalhadores. Logo, foram criadas mais de 3 mil novas entidades em 13 anos (Cardoso, 2015, p. 494).

A crise no mundo do trabalho também é a crise de sua representação sindical. O trabalho agora vinculado à produção e à eficácia de seus processos de gestão leva a mudanças no movimento sindical e no fazer do trabalhador, em suas bases materiais e subjetivas. Muda o processo produtivo, muda a gestão, muda o fazer do trabalhador e, nesse contexto, transforma-se também o perfil do sindicato.

Esse contexto novo de sindicato e a crise do sindicalismo englobam, na verdade, um contexto temporal no qual “[...] o movimento sindical brasileiro teria perdido a capacidade de nuclear projetos políticos mais amplos, de capturar o novo, de mediar os anseios emergentes da população trabalhadora” (Cardoso, 2015, p. 502).

Cardoso (2015, p. 496) afirma que

[...] a redução das taxas de filiação retrata o esvaziamento do sindicalismo urbano, com crescimento da filiação rural, associada ao crescimento do número de empregos formais de má qualidade, com o aumento nas taxas de rotatividade traduz as mudanças do mercado de trabalho e serve de alerta para a tendência contínua de queda na adesão aos sindicatos iniciada em 2006. Ainda que a filiação não seja indicador adequado para medir a eficácia do sindicalismo no Brasil, a queda acentuada nas taxas, indica menor proximidade dos trabalhadores com as instituições que os representam.

As dificuldades dos sindicatos em realizar novas filiações podem ser explicadas pela expansão das ofertas de emprego vinculadas às altas taxas de rotatividade dos trabalhadores e da estrutura de renovação proposta desde a década de 1990, que não ocorreu. Cardoso (2015, p. 504) vincula ao perfil do mercado de trabalho que

[...] apresentou, no período, movimentos concomitantes de criação de postos de trabalho, atraindo novos entrantes, e substituição de trabalhadores há mais tempo nos empregos, através do aumento da rotatividade. Além disso, os novos postos gerados são, em sua maioria, de má qualidade, com remuneração de dois salários mínimos ou menos em 80% dos casos, e eles também apresentam altas taxas de rotatividade. Empregos instáveis e mal remunerados não são bom terreno para a filiação a sindicatos.

A consciência de classe e a subjetividade do trabalho foram afetados diretamente pela crise causada pelas transformações no mundo do trabalho, afetando diretamente a representação sindical. Antunes (2015, p. 198) menciona que “[...] os sindicatos foram obrigados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatividade, à contingência, regredindo sua já limitada ação e defesa da classe no universo do capital”. A representação sindical se alinha não mais à luta dos direitos dos trabalhadores de forma a buscar os ideais sociais e de liberdade, mas à manutenção do direito ao emprego, com ações voltadas à preservação do Estado de bem-estar, cujas conciliação, integração, negociação e aproximação da visão do trabalho e do capital como prerrogativa de compromisso social são a realidade no presente.

O sindicalismo não se mostrou capaz de absorver a amplitude e a dimensão do capitalismo e, mesmo vendo esse movimento neoliberal ganhar espaço na sociedade, não foi capaz de visualizar sua ação para além do capital, por isso, a cada passo, “[...] recua a um patamar anterior, assemelhando-se a um indivíduo que, embora pareça caminhar para a frente, desce uma escada de costas, sem visualizar o último degrau e menos ainda o tamanho do tombo” (Antunes, 2015, p. 200).

Considerando a não aderência do sindicalismo às tendências impostas pelo capitalismo com a mudança, inclusive, na perspectiva da intelectualização do trabalho e do novo perfil do trabalhador, houve uma diminuição das “[...] taxas de sindicalização nos Estados Unidos, Japão, França, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros” (Antunes, 2015, p. 201). Antunes (2015) menciona que a mudança no perfil do trabalho fez com que aumentasse a distância entre a perspectiva do sindicato e a do trabalhador, pois o aumento do trabalho informal, precarizado, terceirizado, instável diminui o poder do sindicato em relação aos seus representados.

Concomitantemente ao movimento de mudanças no cenário político e econômico dos anos de 1990, o crescimento acentuado da criação de sindicatos depois de 1988 contribuiu para a maior fragmentação da representação sindical, resultando na perda de capacidade de atração de adeptos.

[...] os sindicatos existentes em 2001 declararam filiar 19 milhões de pessoas ao censo do IBGE, enquanto em 2014 o número declarado de filiados ao Ministério do Trabalho e Emprego foi de pouco mais de 8 milhões. <sup>4</sup> Além da fragmentação das bases sindicais e da redução dos efetivos sindicais, as estatísticas de greves publicadas pelo DIEESE haviam alimentado, nos anos 1990 e início do novo milênio, várias análises sobre o declínio do sindicalismo no Brasil, em consonância com o que estava ocorrendo em todo o mundo [...] (Cardoso, 2015, p. 495).

Em relação à metodologia e as fontes, este estudo se trata de pesquisa qualitativa, de campo, exploratória e descritiva. Os dados foram coletados no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC) e no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). A coleta dos dados ocorreu por meio da triangulação em dois momentos:

1) **Pesquisa documental** nos seguintes âmbitos: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), documentos oficiais dos sindicatos dos eletricitários de Santa Catarina, legislação trabalhista, *sites* e páginas oficiais dos sindicatos, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), do Ministério do Trabalho, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de empresas do setor elétrico brasileiro, além de livros, publicações e demais materiais de divulgação relacionados ao tema do estudo;

2) **Entrevista** semiestruturada com trabalhadores do setor elétrico do Sul de Santa Catarina (Base SINTRESC).

Nesse tipo de entrevista:

[...] o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (Boni; Quaresma, 2005, p. 75).

Para a realização das entrevistas primeiramente foi solicitada a autorização do Coordenador do SINTRESC e, após a sua liberação os participantes foram convidados a responderem três perguntas abertas.

O planejamento inicial era de fazer as entrevistas presencialmente com os trabalhadores, porém, a logística não permitiu, devido à dificuldade de conseguir conciliar os participantes e uma agenda de visitas nos locais de trabalho, por isso, a estratégia inicial foi modificada para a possibilidade de responder as perguntas por meio de plataforma digital, o que otimizaria as participações. O contato inicial foi feito presencialmente ou via *watsapp* pelo pesquisador.

Foram convidados para participar os profissionais que atuam nas empresas e cooperativas vinculadas à base SINTRESC. Após o aceite o participante recebia um link do *google forms* com as perguntas. Participaram 48 trabalhadores. Foi entrevistado ainda um ex-coordenador do SINTRESC.

Após a coleta dos dados, as informações foram organizadas por meio de estatística descritiva a partir do próprio sistema do *google forms*.

A análise dos dados qualitativos ocorreu a partir da literatura disponível sobre o tema, em consonância com os objetivos do estudo e com a estrutura de análise para estudos qualitativos. Foi utilizada para a organização dos dados a análise de conteúdo de Bardin, que integra três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Bardin (2011) menciona que a análise de conteúdo utiliza um conjunto de elementos metodológicos para explorar conteúdos vindos de textos ou de falas no sentido de analisar em profundidade os aspectos subjetivos dos dados a fim de interpretá-los.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro, intitulado “O golpe de 2016: retrocessos socioeconômicos e na organização sindical”, menciona os impactos do golpe na sociedade, no sindicato e para os trabalhadores. Dois subcapítulos especificam a temática: “Os retrocessos socioeconômicos a partir do golpe” e “O sindicato no contexto do trabalho e dos trabalhadores”.

O capítulo dois aborda a “Trajetória das Políticas Públicas do Setor Elétrico Brasileiro” e trata da “Estrutura e construção política do setor elétrico brasileiro”, trazendo a discussão sobre as políticas públicas e sua influência na trajetória do setor elétrico ao longo do tempo.

O terceiro capítulo, intitulado “Da expansão da indústria de energia elétrica do sul catarinense à organização sindical e perfil dos trabalhadores” apresenta dois subcapítulos: “As cooperativas de eletrificação rural e seu contexto histórico” e “Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC)”. O capítulo se refere ao contexto da constituição e evolução do setor elétrico de Santa Catarina, às empresas que integram esse setor e ao período em que foram criadas.

No capítulo quarto fez-se a discussão sobre o “Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC)”, mencionando em um subcapítulo o contexto dos “Trabalhadores do setor elétrico do sul catarinense vinculados ao SINTRESC”.

Por fim, no capítulo cinco da dissertação foram abordadas as questões relacionadas às “Mudanças ocorridas no SINTRESC após o golpe de 2016” na visão dos trabalhadores vinculados ao sindicato.

## **2 O GOLPE DE 2016: RETROCESSOS SOCIOECONÔMICOS E NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

Toda sociedade é regida por um sistema político, o qual é determinante para o desenvolvimento econômico, os avanços ou retrocessos e as mudanças de paradigma que abrangem os governos de todos os países. O Brasil tem a sua pauta política dentro desse contexto.

O sistema político brasileiro, historicamente, passou por diferentes paradigmas, e a construção do estado democrático é recente se considerarmos toda a nossa história. Hodiernamente, no que tange à construção de um governo voltado às questões populares, a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o País vivencia mudanças importantes em suas macro e micro políticas econômicas, com destaque para as políticas de distribuição de renda, de melhorias na educação e de fortalecimento da indústria nacional, com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (Brasil, 2009).

Mais recentemente, no primeiro governo de Dilma Rousseff, em 2010, a política implementada tem

[...] atendido a várias das bandeiras defendidas pela FIESP ao longo dos anos, no que se chamaria de “nova matriz econômica”: redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada (Bastos, 2017, p. 03).

Com a desaceleração da economia, que teve início em 2011, somada à ausência de carência de demanda agregada, pode-se afirmar que os motivos da desaceleração da economia estavam diretamente relacionados à perda da eficiência econômica e não à ausência de demanda agregada.

Considera-se perda de eficiência econômica quando “[...] o conjunto de nossas empresas passou a produzir menos com a mesma quantidade de insumos. O que os economistas chamam de eficiência é que determina o crescimento potencial de uma economia no longo prazo” (Pessoa, 2015, p. 9).

Somente no segundo semestre de 2014, os primeiros sinais de retração da demanda agregada se mostram, causados pelo forte recuo do investimento provocado pela enorme incerteza que se abateu sobre a economia. O aspecto mais relevante que pode explicar a desaceleração acompanhada de contínua pressão inflacionária foi a perda de

eficiência econômica resultante da nova matriz econômica. Dentre o conjunto das políticas aplicadas, Pessoa (2015, p. 9, grifo no original) cita as seguintes:

[...] alteração no regime de câmbio, de flutuante para fortemente administrado; Maior tolerância com a inflação; Adoção recorrente de artifícios para atingir a meta de superávit primário, reduzindo a transparência da política fiscal, além de fortíssima redução do superávit primário; Controle de preços para tentar conter a inflação – política visível, por exemplo, nos combustíveis e na política de desoneração tributária, e também nas tarifas de eletricidade e de transporte coletivo público; Adoção de teorias heterodoxas com relação ao processo de formação dos juros reais na economia (equilíbrio múltiplo e/ou que o impacto dos juros sobre a atividade depende da variação deste, e não do seu nível) e, em função desse entendimento, redução da taxa básica de juros “na marra”; Expansão do papel do BNDES na intermediação do investimento, com forte discricionariedade em relação aos favorecidos; Tendência a fechar a economia ao comércio internacional; Direcionamento da política de desoneração tributária a alguns setores ou bens, em vez de estendê-la de forma equitativa a todos os setores produtivos; Aumento do papel do Estado e da Petrobras no setor de petróleo; Intervenção desastrada no setor elétrico para baixar as tarifas e antecipar a renovação das concessões; Uso dos bancos públicos de forma muito arriscada com vistas a baixar “na marra” o *spread* bancário; Interferência ideológica em relação ao emprego do setor privado na oferta de serviços de utilidade pública e infraestrutura em geral; Adoção indiscriminada da política de conteúdo nacional e de estímulo à produção local, sem a preocupação com o custo de oportunidade dos recursos sociais. Em certa medida, tratou-se de reedição da “lei do similar nacional” do período nacional-desenvolvimentista.

No segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2015, houve alguns movimentos políticos abruptos que contrariaram a proposta inicial do governo, dentre eles o ajuste fiscal e monetário, que atendia às expectativas dos empresários (Bastos, 2017).

Apesar da intenção do governo ser a eliminação do rentismo e a retomada dos investimentos em infraestrutura e no setor produtivo, a adoção inicial de políticas de austeridade contribuiu para o processo de desaceleração, não sendo devidamente esclarecidas tais políticas à população, deixando, assim, o caminho livre para que os meios de comunicação sob o domínio do capital financeiro taxassem o governo de irresponsável e populista (Bastos, 2017).

Para além dessas questões, o governo ainda enfrentou conflitos de classes quase incontroláveis, tendo, de um lado, os empresários, que estavam insatisfeitos com os sucessivos ganhos salariais dos trabalhadores; e, de outro, os movimentos populares, que lutavam por direitos sociais e mudanças na política econômica. Esse cenário promoveu a perda da popularidade do governo com o setor empresarial, importante aliado político, afetando as relações entre os partidos apoiadores, bem como com os partidos de base oposta (Bastos, 2017).

Conflitos de classe e luta de classes são situações distintas e que, sem dúvida, representam duas condições possíveis para a manifestação da sociedade devido à necessidade de mobilização. Luta de classes se refere a uma divergência entre a classe burguesa com a operária, já os conflitos de classe abarcam um movimento social disruptivo entre classes e a distribuição desigual de renda, gerando conflitos variados e complexos que envolvem setores políticos e que exigem enfrentamentos. Os conflitos políticos gerados podem sustentar alianças ou não, ser internos ou externos ao Estado, mas são relacionados certamente a conflitos de classe (Boito Jr, 2016).

Um conflito de classes pode ter diferentes gatilhos, mas, no caso do Brasil, no período de 2014, foi gerado devido ao capital da burguesia ser provido, considerando tanto o capital nacional quanto o internacional, o qual envolveu políticas externas que preteriam a política interna, com abertura comercial, compras indiscriminadas de empresas estatais para empresas estrangeiras, compra do Estado e de empresas estatais abertas e redução dos investimentos nessas empresas (Boito Jr, 2016).

Como desfecho dessa perda de apoio tanto dos aliados políticos como também dos trabalhadores que formavam a base do governo, a oposição, com o apoio dos grandes meios de comunicação, aproveitou para acusar o governo de traição (Bastos, 2017). Assim, uma sucessão de acontecimentos inesperados impossibilitou que o governo utilizasse ferramentas usuais para retomar a governabilidade, pois naquele momento a Operação Lava Jato<sup>1</sup> já havia dado conta de neutralizar as possibilidades de apoio que o governo precisaria. Apesar da boa intenção do governo de seguir uma política de transparência apoiando a Operação Lava Jato, essa ação se transformou em uma espécie de cavalo de Troia, que ajudou a Lava Jato a consolidar o golpe (Bastos, 2017).

O governo tentou resistir até o seu último suspiro, jogando sua cartada final ao tentar trazer o ex-presidente Lula como ministro a fim de reestruturar o governo. De forma cinematográfica, um grande enredo sensacionalista capitaneado pelo então Juiz Federal Sérgio Moro e por seu fiel assecla Deltan Dallagnol deu conta de criminalizar um ex-presidente sem ao menos possuir provas. Recentemente, toda essa farsa foi

---

<sup>1</sup> Foi uma operação do Ministério Público Federal que investigou e processou quatro organizações criminosas e a Petrobras, envolvendo ações de corrupção e lavagem de dinheiro. Recebeu o nome Lava Jato porque um dos locais que movimentava dinheiro de origem ilegal era um posto de combustíveis e lava a jato de veículos em Brasília.

desmascarada e finalmente a justiça reconheceu os verdadeiros criminosos que, de forma antagônica a JK<sup>2</sup>, fizeram o Brasil retroceder 40 anos em quatro (Cardoso, 2022).

O Brasil hoje é uma espécie de colônia dos países imperialistas e a crise no sistema político, em boa parte, reflete isso. Com os 4 anos de golpe eles conseguiram fazer uma destruição que parece que já tem 40 anos. A polarização política existente, por sua vez, tende a piorar muito porque os golpistas não têm proposta consequente para enfrentar a crise econômica. A polarização é fruto de dois aspectos centrais: a) piora muito profunda da vida do povo; b) consequente incapacidade de “acomodar” a situação política. Afinal, quem está disposto a morrer de fome sem lutar? (Cardoso, 2022, p. 53).

A democracia é continuamente desafiada quando observamos a história política econômica brasileira. Tentativas de golpe, golpes efetivados e manobras políticas envolvendo o poder são vivenciados por toda a população brasileira. O que temos neste momento é a esperança de que continuaremos mantendo os nossos direitos de cidadãos com a consciência de que temos voz e que podemos manifestar nossa opinião por meio da escolha de nossos representantes políticos.

Nove meses foram necessários para que o Congresso Nacional, por meio de um processo totalmente controverso, aprovasse de forma definitiva o afastamento da presidenta Dilma Rousseff do comando da Nação. Tendo origem no acolhimento do pedido por Eduardo Cunha, político afastado e posteriormente preso por corrupção, no início de dezembro de 2015 e finalizado no dia 31 de agosto de 2016, devemos afirmar que houve, sim, um golpe de Estado. Mesmo que não tenhamos tido o protagonismo das Forças Armadas como em 1964, o golpe foi de Estado, considerando-se o uso de parte da estrutura de poder do Estado e os apoiadores para agir de forma alheia ao que a população havia democraticamente escolhido nas urnas (Freixo; Rodrigues, 2016).

O significado da expressão Golpe de Estado mudou no tempo. O fenômeno em nossos dias manifesta notáveis diferenças em relação ao que, com a mesma palavra, se fazia referência três séculos atrás. As diferenças vão, desde a mudança substancial dos atores (quem o faz), até a própria forma do ato (como se faz). Apenas um elemento se manteve invariável, apresentando-se como o traço de união (*trait d'union*) entre estas diversas configurações: o Golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 545).

---

<sup>2</sup> O período de JK ficou marcado pelo *slogan* de campanha de Juscelino Kubitschek, “50 anos em 5”, com o qual foi eleito presidente da República em 03 de outubro de 1955. No seu mandato, o País viveu um período de forte desenvolvimento e uma relativa estabilidade política. Porém é atribuído a esse período o início do endividamento do País (Carvalho, s.d. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-juscelino-kubitschek-jk.htm>. Acesso em: 20 nov. 2022).

Laidler (2016) menciona que o tema da corrupção foi utilizado como pano de fundo nas argumentações da mídia com dois objetivos principais. O primeiro foi desmoralizar o Partido dos Trabalhadores (PT), bem como os demais setores da esquerda, e o segundo foi ocultar os custos financeiros do Estado, corroborando o discurso da necessidade de redução da interferência do Estado na economia. Tal argumento seria utilizado na justificativa das futuras reformas que tinham como objetivo reduzir direitos trabalhistas e, conseqüentemente, aumentar a lucratividade do capital.

As evidências políticas, econômicas e sociais causadas pelo Golpe de 2016, que, segundo Jinkings (2016, p.11) “[...] tem vergonha de ser chamado de golpe”, consolidam a tentativa do movimento conservador e institui seu pensamento de controlar o estado à partir do movimento de privatizações para que o país atingisse o estado mínimo para a classe trabalhadora imprimindo maior controle social e políticas sociais desfavoráveis.

O discurso de que era necessária reforma previdenciária urgente, devido ao aumento da população idosa, o que acarretaria uma sobrecarga no sistema e o tornaria insustentável, fez com que fosse aprovada a reforma, a qual gerou de certa forma uma pauta sincronizada com a reforma trabalhista. (SOARES E NOBRE, 2018)

A característica diferenciada do Golpe de 2016, o qual não se sustentou na base das forças armadas, da força policial tampouco do exército, de certa forma ludibriou a visão da população em um movimento sorrateiro de desmoralização do governo à partir de manobras do Supremo Tribunal Federal (STF). A interpretação da Constituição de 1988, bem como as manobras políticas contra o Partido dos Trabalhadores, denúncias de corrupção dos governos vinculados ao PT e demais denúncias vinculadas fortemente na mídia, geraram um clima de desconfiança da população no governo da Presidenta Dilma Rousseff que culminou e seu afastamento. (SOARES E NOBRE, 2018)

Nesse contexto, o golpe passou a ter características de legalidade constitucional, sendo mobilizado pela acusação de crime de responsabilidade fiscal, apontada por relatórios parlamentares que sustentara um processo junto a Câmara e o Senado, justificando a suspensão e posteriormente o afastamento da presidenta da república e a conseqüente perda do seu mandato. O golpe no formato de impeachment refletiu o descontentamento da direita pelas consecutivas derrotas eleitorais que ocorreram à partir de 2002 no Brasil. (SOARES E NOBRE, 2018)

Este golpe de estado foi considerado por Löwy (2016) como pseudolegal, considerando que a ação foi constitucional, institucional e parlamentar deflagrada à partir das evidências do envolvimento de deputados e senadores em casos de corrupção,

juntamente com os ajustes contábeis denominados de pedaladas fiscais, o processo de destituição da presidenta do governo. Sabe-se que os deputados de direita eram os mais comprometidos com corrupção, incluindo o presidente da Câmara dos Deputados na época, Eduardo Cunha, o qual foi acusado e preso também por lavagem de dinheiro e evasão fiscal.

A mobilização política de direita contra as ações governamentais do governo de Dilma Roussef podem ter sido impulsionadas pela crise econômica que assolou o país nos anos de 2008 e 2009, fomentando a luta de classe na década de 2010, esse contexto fortaleceu as contradições do projeto econômico instituído pelo PT, o que permitiu a nova articulação da direita neoliberal e o conseqüente ataque aos governos do PT. (SOARES E NOBRE, 2018)

Segundo Soares e Nobre (2018) o contexto político instituído nesse cenário neoliberal retoma as práticas tradicionais conservadoras à partir de um discurso moralista, sensacionalista e seletivo, o qual foi veiculado na mídia envolvendo dirigentes do partido dos trabalhadores que gerou a retomada do pensamento conservador e reacionista da população. As conseqüências desse discurso deram margem para manifestações populares que ganharam as ruas de todo o país, atribuindo a destituição da presidenta como única saída para a retomada da ordem e do progresso no país.

O discurso de que era necessária uma reforma para que o país possa retomar seu crescimento atinge diretamente a classe trabalhadora, a qual tem como mote a retirada de direitos, desmonte do Estado, privatizações e diminuição do fundo público por meio do capital financeiro internacional e a expropriação de reservas naturais. O papel do Estado se configurou em ações repressoras e punitivas no que se refere as mobilizações sociais para garantir os direitos civis e políticos da participação popular e manifestar seus interesses. (SOARES E NOBRE, 2018)

Pode-se dizer que o processo do golpe ocorreu de forma organizada, estruturada e vinculada ao conceito de estado mínimo e que ele não foi apenas um momento político consolidado por uma ação do poder judiciário o qual culminou em um julgamento. O processo de retirar a presidenta Dilma do poder se configurou em um movimento moral que, infelizmente, a sociedade foi levada a vivenciar.

## 2.1 OS RETROCESSOS SOCIOECONÔMICOS A PARTIR DO GOLPE

O golpe de 2016 gerou impactos sociais, políticos e econômicos para o País e seus cidadãos, pois o grupo que assumiu o comando do Estado (governo Michel Temer) adotou escancaradamente a política neoliberal, para não dizer ultraliberal. A política neoliberal foi sentida principalmente pela classe trabalhadora por causa das mudanças nas relações de trabalho, como a terceirização irrestrita que fragiliza o vínculo entre o trabalhador e a empresa – dificultando, assim, o acesso a direitos básicos – e precariza as condições de trabalho; a reforma trabalhista com a legalização do trabalho intermitente e que também dispõe sobre a prevalência do negociado sobre o legislado e, ainda, oportuniza a negociação direta entre a empresa e o trabalhador; tudo isso sob a promessa de criação de 6 milhões de empregos que nunca se concretizou (Cardoso, 2019).

Sob o comando de Jair Bolsonaro, em 2019, foi aprovada, então, a reforma da previdência, a qual aumentou o tempo de contribuição e estabeleceu uma idade mínima, além de reduzir os valores das aposentadorias. A retomada da política de privatizações, para além de ameaçar a soberania nacional com a entrega de setores estratégicos a empresas multinacionais, precariza e encarece a prestação de serviços a toda a população e afeta milhares de trabalhadores.

Essa nova ordem de gestão do País trouxe consigo perdas de direitos sociais, retrocessos em políticas públicas em setores como educação, saúde, seguridade social, segurança, dentre outros, gerando insegurança, descontentamento e vulnerabilidades para toda a população brasileira.

Do ponto de vista econômico, conforme os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o golpe levou o Brasil a um retrocesso que pode ser representado pela retração de 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB), no período entre 2014 e 2020, sendo 3,3% somente em 2020.

Quadro 1 - Série histórica Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita* e população residente e deflator – 1996-2020

Ano	Produto Interno Bruto				População residente 1000 hab. (1) (2)	Produto interno bruto <i>per capita</i>		
	1000 000 R\$		Variação em volume (%)	Deflator Variação anual (%)		R\$		Variação em volume (%)
	Valores correntes	Preços do ano anterior				Valores correntes	Preços do ano anterior	
1996	854 764	721 586	2,2	18,5	163 768	5 219,36	4 406,15	0,7
1997	952 089	883 782	3,4	7,7	166 187	5 729,02	5 317,39	1,9
1998	1 002 351	955 308	0,3	4,9	168 606	5 944,32	5 665,91	(-) 1,1
1999	1 087 710	1 007 041	0,5	8,0	171 029	6 359,80	5 888,13	(-) 1,0
2000	1 199 092	1 135 439	4,4	5,6	173 766	6 900,62	6 534,31	2,7
2001	1 315 755	1 215 758	1,4	8,2	176 209	7 467,03	6 899,54	(-) 0,0
2002	1 488 787	1 355 932	3,1	9,8	178 499	8 340,58	7 596,29	1,7
2003	1 717 950	1 505 772	1,1	14,1	180 708	9 506,76	8 332,61	(-) 0,1
2004	1 957 751	1 816 904	5,8	7,8	182 865	10 705,99	9 935,76	4,5
2005	2 170 585	2 020 441	3,2	7,4	184 991	11 733,45	10 921,83	2,0
2006	2 409 450	2 256 583	4,0	6,8	187 062	12 880,52	12 063,31	2,8
2007	2 720 263	2 555 700	6,1	6,4	189 038	14 390,01	13 519,49	5,0
2008	3 109 803	2 858 838	5,1	8,8	191 010	16 280,82	14 966,94	4,0
2009	3 333 039	3 105 891	(-) 0,1	7,3	192 981	17 271,34	16 034,29	(-) 1,1
2010	3 885 847	3 583 958	7,5	8,4	194 891	19 938,60	18 389,58	6,5
2011	4 376 382	4 040 287	4,0	8,3	196 604	22 259,91	20 550,41	3,1
2012	4 814 760	4 460 460	1,9	7,9	198 315	24 278,35	22 431,80	1,0
2013	5 331 619	4 959 435	3,0	7,5	200 004	26 657,54	24 796,66	2,1
2014	5 778 953	5 358 488	0,5	7,8	201 718	28 648,74	26 564,31	(-) 0,3
2015	5 995 787	5 574 045	(-) 3,5	7,6	203 476	29 466,85	27 394,16	(-) 4,4
2016	6 269 328	5 799 370	(-) 3,3	8,1	205 157	30 558,75	28 268,02	(-) 4,1
2017	6 585 479	6 352 263	1,3	3,7	206 805	31 843,95	30 716,23	0,5
2018	7 004 141	6 702 942	1,8	4,5	208 495	33 593,82	32 149,19	1,0
2019	7 389 131	7 089 646	1,2	4,2	210 147	35 161,70	33 736,58	0,4
2020	7 609 597	7 147 007	(-) 3,3	6,5	211 756	35 935,74	33 751,19	(-) 4,0

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Coordenação de População e Indicadores Sociais.  
(1) 2010-2019: População projetada para 1º de julho, série revisada. (2) 1996-2009: Retroprojeção da População do Brasil, para o período 1980-2010.

Fonte: IBGE (2020).

No cenário internacional, o Brasil caiu da sexta para 13<sup>a</sup> posição no *ranking* da economia mundial (Cardoso, 2022). O golpe de Estado de 2016, que retirou o mandato da presidenta Dilma Rousseff, fomentou diferentes questões sobre o pensamento político brasileiro, como as vinculadas ao autoritarismo e à consolidação da democracia. Tais temas foram discutidos desde a década de 1970 nos trabalhos publicados por Florestan Fernandes (2006), Raymundo Faoro (2008), Simon Schwartzman (1988) e Fernando Henrique Cardoso (1975), os quais tinham o objetivo de compreender o movimento de democratização e modernização conservador do País, instaurado a partir do golpe de 1964 (Ribeiro, 2021).

Esse debate traz à discussão todo o processo democrático brasileiro e sua constituição histórica, a qual se viu refletida no Brasil, com o governo de Jair Bolsonaro, desde 2019 até o fim de 2022.

No dia 12 de maio de 2016, o Senado Federal acatou a denúncia que solicitou o afastamento da presidenta da República, Dilma Rousseff, alegando crime de responsabilidade. Devido às características progressistas do governo de Dilma Rousseff,

os indícios de que algo estava mudando no continente americano desde 2012 ficaram ainda evidentes, pois “[...] o imperialismo norte-americano estava emitindo claros sinais de que não iria mais tolerar nenhum governo progressista na região” (Cardoso, 2021, p. 57).

O golpe de 2016 foi instaurado pelo imperialismo de conjunto, ou seja, pelo conglomerado de países ricos que detêm o controle da economia mundial sobre as guerras, o petróleo e as fontes de matérias-primas (Cardoso, 2021).

Um Golpe de Estado é sempre um processo complexo, considera e constitui-se a partir de diferentes pontos de vista, dentre eles os econômicos, geopolíticos e sociais, sendo influenciado por fatores distintos, em especial em países continentais como o Brasil (Cardoso, 2021).

Pode-se dizer que a resistência ao golpe não se estruturou de forma mais efetiva devido à baixa adesão dos trabalhadores e de sua representação sindical. Seria importante, nesse contexto, uma conscientização maior dos trabalhadores para uma nova proposta de Estado e não simplesmente um discurso que traria a ideia do descontentamento com o governo vigente (Cardoso, 2018).

Com relação ao cenário interno do Brasil, Cardoso (2022) aponta que para além da tentativa desesperada de estancar a sangria gerada pela Lava Jato, ou seja, acabar com as investigações, existia no Brasil a intenção de destruição dos direitos sociais e trabalhistas com o intuito de implementar as práticas da chamada quarta revolução industrial. Nesse sentido, o discurso de que a flexibilização das relações de trabalho traria crescimento na geração de empregos foi amplamente utilizado como justificativa para a destruição dos direitos trabalhistas e sociais dos brasileiros (Cardoso, 2019).

O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, interrompeu o ciclo governamental que se comprometia com a implementação de políticas públicas voltadas aos direitos sociais importantes, dando espaço para políticas públicas que pouco consideram as demandas sociais. Emerge nesse cenário político um modelo de Estado mínimo, com baixo interesse em promover os direitos fundamentais da sociedade e quase ausente no que se refere ao seu papel como regulador para a garantia de direitos fundamentais da população.

O contexto político do pós-golpe se constitui por promover os interesses das classes dominantes, abrindo espaço para uma orientação política voltada para as elites do país, sob o discurso de que o país enfrentava uma grave crise econômica e política. Tal discurso impulsionado pela mídia teve importante papel na disseminação de um clima de

incerteza e insegurança no país, amenizando as dificuldades de se implementarem políticas impopulares. (FREITAS, SILVA, 2017)

O Projeto de Lei 6.787/2016, mobilizado pelo Poder Executivo, institui mais um movimento de desgaste para a classe trabalhadora, envolvendo ainda os órgãos de fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas no país. As representações de três categorias atingidas por esse projeto de lei sendo os Auditores-Fiscais do Trabalho, os Juízes e Procuradores do Trabalho, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) produziram uma nota técnica que discorre sobre as consequências negativas deste texto para a classe trabalhadora. (FILHO, 2017)

O PL 6.787/16 condensa o que há de mais devastador no que se refere a propostas para uma reforma da legislação trabalhista. Em consonância com o Projeto de Lei 4.302/1998, o qual aprovou a terceirização irrestrita, no dia 22 de março de 2017 chegou a Câmara dos Deputados, a proposta para a mudança na legislação trabalhista brasileira. (FILHO, 2017)

Segundo Filho (2017, p. 53)

A reforma propõe legalizar o que hoje é ilegal. Um tremendo contrassenso. O projeto propõe alterações no trabalho a tempo parcial e trabalho temporário, na jornada diária e semanal de trabalho, nos intervalos para alimentação e no parcelamento das férias; permite o trabalho intermitente, a dispensa do registro de ponto eletrônico e a instituição do negociado sobre o legislado; acaba com o pagamento das horas *in itinere*; flexibiliza o banco de horas, entre várias outras situações que não proporcionam quaisquer benefícios aos trabalhadores. Pelo contrário, precarizam as condições de trabalho, trazem insegurança e instabilidade.

A primeira grande perda de direitos da classe trabalhadora brasileira foi a aprovação da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, também conhecida como a lei da terceirização, por meio da qual o Congresso Nacional aprovou a liberação da terceirização das atividades fins das empresas, o que resultou na precarização das condições de trabalho e no aumento do número de acidentes relacionados ao trabalho (Brasil, 2017).

Ainda em 2017, os trabalhadores sofreram um novo retrocesso com a aprovação da Reforma Trabalhista, que alterou 130 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Dentre as alterações, pode-se evidenciar a possibilidade de que as empresas negociem diretamente com os trabalhadores, retirando a garantia de uma negociação

coletiva intermediada pelos Sindicatos. A CLT, criada em 1943, foi fruto das lutas dos trabalhadores que vinham se organizando no Brasil desde o final do século XIX.

A implementação da jornada intermitente propiciou a legalização da chamada “nuvem humana”, termo utilizado para definir um grupo de trabalhadores sem vínculo fixo, super explorados, ganhando apenas pelas horas trabalhadas, sem nenhum direito previdenciário ou assistencial (Cardoso, 2019).

As mudanças nos contratos de trabalho instituídas pela PL 6.787/16 eleva o limite de horas semanais para 30 horas sem horas extras, ou com 26 horas podendo fazer até 6 horas extras, totalizando até 32 horas de trabalho semanais. Nesta dinâmica o trabalho parcial se aproxima do trabalho e tempo integral, podendo haver substituição de trabalhadores. Ademais, as consequências também podem ser a redução do número de vagas de trabalho por tempo indeterminado, a arrecadação previdenciária e do FGTS.

Outra mudança que impacta a vida do trabalhador é a ampliação do contrato temporário que é de 90 dias prorrogáveis para mais noventa, sem aviso prévio e sem multa de 40% sobre o FGTS, para até 120 dias prorrogáveis para mais 120 dias, totalizando 240 dias que o trabalhador permanece na empresa sem gerar vínculo ou obrigação trabalhista. (FILHO, 2017)

Segundo Freitas e Silva (2017) pode-se mencionar algumas alterações na legislação trabalhista como:

1.O regime do contrato a tempo parcial é ampliado de acordo com o PL 6.787/2016. De acordo com o art. 58-A o limite de horas vai para 30 horas semanais e nos casos em que a jornada de trabalho não ultrapasse as 26 horas semanais, o empregador possa exigir do trabalhador até seis horas suplementares por semana;

2. É proibido o recurso com horas extras para os contratos com limite de 30 horas semanais, no entanto, são abertas exceções: a primeira é mencionada de forma explícita na lei no sentido de dar certa legalidade a esta prática empresarial, a segunda estimula a aderência política de fazer contratos precários, com horas extras habituais.

3. A eleição do trabalhador no local de trabalho e Art. 523-A da CLT. Só podem ter direito a representação dos trabalhadores as empresas que possuem mais de 200 profissionais em seu quadro funcional. A representação só poderá ser exercida por um único trabalhador. É vedada a dispensa sem justa causa do representante até seis meses após o termino do mandato. O representante só poderá ser reeleito uma vez.

4. Concessão de férias em três períodos está prevista na PL nº 91/2017;

5. O Projeto de Lei nº 218/2016, cria o contrato de trabalho intermitente.

Em resumo, a reforma trabalhista traz mudanças substanciais no que se refere a garantia de direitos aos trabalhadores, já citados por Freitas e Silva (2017, p.26-32):

permite o parcelamento das férias anuais; a realização de 220 horas extras mensais, ou seja, uma média de 50 horas extras semanais ou 8 horas extras diárias; a diminuição do intervalo intrajornada para no mínimo 30 minutos; a remuneração fixada por produtividade e não por tempo à disposição do empregador. Reforça a possibilidade de redução salarial, a fixação de jornada de trabalho normal de modo a ultrapassar os limites de 44 horas semanais e 8 horas diárias ou ultrapassar a regra das 6 horas de jornada nos turnos ininterruptos de revezamento. Acaba com a existência de normas cogentes, relativamente aos aspectos mais relevantes do contrato de trabalho que sempre prevaleceram (sob a égide da CLT) contra qualquer acordo individual e instrumento de regulamentação coletiva que pretendessem ser prejudiciais ao trabalhador e às conquistas históricas dos direitos fundamentais no campo laboral. Torna o direito laboral uma norma sem sentido, perfeitamente vencível e permeável, e a vantagem pecuniária, que deve ser evidente ou explícita para autorizar a superioridade do negociado sobre o legislado, segundo o próprio projeto, somente é exigível quando a própria Constituição for ultrapassada no tocante ao princípio da irredutibilidade salarial e ao princípio da limitação da jornada de trabalho.

## 2.2 O SINDICATO NO CONTEXTO DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES

Os sindicatos surgiram na Europa, no século XIX, com o objetivo de organizar e representar os interesses dos trabalhadores em um contexto onde havia precárias condições de trabalho e remuneração. A criação dos sindicatos tinha como objetivo reduzir a desvantagem dos trabalhadores nos conflitos vinculados ao binômio capital e trabalho, enquanto os donos dos meios de produção buscavam formas de aumentar os lucros por meio da exploração da mais-valia. Tais relações de trabalho, historicamente, são assentadas em uma relação desigual na qual os empregadores possuem poder sobre os trabalhadores, o que, na teoria marxista, é considerada a essência da luta de classes no capitalismo.

A historiografia registra movimentações organizadas dos trabalhadores já no início da Primeira República (1889-1930), influenciadas pelos movimentos dos trabalhadores europeus. No Rio de Janeiro, os trabalhadores se dividiam em duas perspectivas: sob a ótica reformista, eles defendiam a estabilidade institucional e financeira das organizações operárias; do ponto de vista revolucionário, estavam mais propensos a agir por meio de boicotes, sabotagens e greves para conquistar melhores salários e condições de trabalho (Batalha, 2017).

No Brasil, não há consenso sobre as origens do movimento sindical, contudo há registros que narram a organização dos trabalhadores no País no período entre 1890 até

meados de 1920 por correntes sindicalistas, anarquistas, revolucionárias, socialistas, positivistas, dentre outras. Batalha (1991) menciona alguns movimentos de operários no período da Primeira República, bem como faz um paradoxo entre a Revolução Francesa e a Revolução no Movimento Operário Brasileiro no início do século XX.

Foi no intervalo entre os governos de João Goulart e Jânio Quadros que os movimentos sindicais e grevistas cresceram. Até que, em 1964, a Ditadura Militar passou a perseguir os sindicatos por considerá-los uma ameaça ao regime, suprimindo as manifestações operárias e prendendo mais de 100 dirigentes sindicais (Oliveira; Mendes, 2021).

Dentre as contribuições dos sindicatos para a classe trabalhadora, destacam-se as negociações coletivas, que buscam ampliar direitos garantidos por lei, bem como adquirir novas conquistas. É importante destacar que, muitas vezes, os direitos conquistados por uma determinada categoria são estendidos a todos os trabalhadores, tais como o abono natalício, que em 1962 foi estendido a todos os trabalhadores e hoje se reconhece como 13º salário. Outro exemplo foi a conquista, a partir Constituição de 1988, da redução das horas de trabalho – de 48 para 44 horas semanais – e o aumento da majoração da hora extra para 50%, dentre outras.

Considerando os aspectos mencionados sobre o sindicalismo brasileiro, é importante destacar que

[...] para que os trabalhadores, como parte estruturalmente mais fraca na relação capital-trabalho, tenham chances de sucesso nos processos negociais, suas entidades representativas precisam dispor de recursos-políticos e financeiros – para se contraporem ao poder das corporações empresariais. (DIEESE, 2015, p. 6).

Como já exposto, com o golpe e, em seguida, a reforma trabalhista, os sindicatos foram muito impactados na sua estrutura organizacional, a qual foi imposta aos trabalhadores durante o período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de forma autoritária.

Feitas essas breves considerações, destacamos, a seguir, dois quadros, o primeiro sobre a produção de artigos sobre o sindicalismo brasileiro entre 2016 a 2020 e o segundo sobre o levantamento no banco de teses da CAPES, mais especificamente sobre trabalhadores eletricitários.

A busca na base Scielo apresentou 480 artigos científicos referentes ao trabalho, setor elétrico e sindicalismo (foi utilizada como chave de busca: trabalhadores *or* setor elétrico *or* sindicalismo). Foram utilizados os filtros: ano de publicação entre 1998-2000,

artigos, Área Temática de Ciências Sociais Aplicadas. Dentre esses filtros, destacam-se os descritos no quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - Demonstrativo dos artigos encontrados na Base Scielo (1998-2020), capturados em 27 de dezembro de 2022

<b>Busca base Scielo</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>
PASSOS, Saionara da Silva; LUPATINI, Márcio	A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil	Revista Katálysis	2020
GRANDI, Guilherme; NUNES, Ivanil	Sindicalismo e trabalho ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre o início do século XX e sua estatização	Economia e Sociedade	2019
CARDOSO, Adalberto; AZAÏS, Christian	Reformas trabalhistas e seus mercados: uma comparação Brasil-França	Caderno CRH	2019
LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida	Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade	Caderno CRH	2019
OLIVEIRA, Roberto Vêras de; LADOSKY, Mário Henrique; ROMBALDI, Maurício	A reforma trabalhista e suas implicações para o nordeste: primeiras reflexões	Caderno CRH	2019
GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira	Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo	Caderno CRH	2019
RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; RODRIGUES, Iram Jácome	Mudanças na legislação trabalhista, sindicato e empresas multinacionais	Caderno CRH	2019
NOGUEIRA, Rafael Maia; CARVALHO NETO, Antônio Moreira de; NUNES, Thiago Soares	A negociação coletiva e assédio moral no Brasil: alguma luz no fim do túnel?	REAd - Revista Eletrônica de Administração	2018
MAITAN FILHO, Pedro Luiz; GUEDES, Ana Lucia	Sindicalismo e produção flexível no setor automotivo: cooptação e fragmentação institucional no sul fluminense	REAd - Revista Eletrônica de Administração	2018
MATTOS, Enlinson; POLITI, Ricardo; FUSCHINI, Gabriela	Fiscalização no mercado de trabalho e informalidade nos municípios brasileiros	Nova Economia	2018
BELCHIOR, Carlos Alberto	A Terceirização Precariza as Relações de Trabalho? O Impacto Sobre Acidentes e Doenças	Revista Brasileira de Economia	2018
ROCHA, Cháris Telles Martins da; AMADOR, Fernanda Spanier	O teletrabalho: conceituação e questões para análise	Cadernos EBAPE.BR	2018
COSTA, Hermes Augusto	O sindicalismo ainda conta? Poderes sindicais em debate no contexto europeu	Revista de Cultura e Política	2018
DOBRUSIN, Bruno; CATO, Juan Montes	<i>Volviendo a las bases: el sindicalismo argentino frente a los retos del capitalismo actual</i>	Lua Nova: Revista de Cultura e Política	2018

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jácome	A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades	Tempo Social	2018
LOWY, Michael	Estrutura e consciência de classe operária no Brasil	Caderno CRH	2018
OLIVEIRA, Roberto Vêras de; LADOSKY, Mario Henrique Guedes	Das greves do ABC ao conselho de relações de trabalho: chances e limites da ação sindical institucional	Lua Nova: Revista de Cultura e Política	2018
PICOLOTTO, Everton Lazzaretti	Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas	Lua Nova: Revista de Cultura e Política	2018
PICOLOTTO, Everton Lazzaretti	Pluralismo, neocorporativismo e o sindicalismo dos agricultores familiares no Brasil	Sociedade e Estado	2018
RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome	Sindicalismo do ABC e a era Lula: contradições e resistências	Revista de Cultura e Política	2018
CABRAL, Rafael Lamera Giesta	Da resistência ao ajuste: o trabalhador na década de 1930	Revista Direito e Práxis	2017
BASTOS, Pablo Nabarrete	MST e Escola Nacional Florestan Fernandes: formação, comunicação e socialização política	Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação	2017
SANTIAGO, Carlos Eduardo; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales	Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil	Nova Economia	2017
STEIN, Guilherme; ZYLBERSTAJN, Eduardo; ZYLBERSTAJN, Hélio	Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil	Estudos Econômicos (São Paulo)	2017
BEZERRA, Gustavo	Sindicalismo ajustado ao neoliberalismo: os metalúrgicos do sul fluminense	Caderno CRH	2017
COSTA, Cândida da	Morte por exaustão no trabalho	Caderno CRH	2017
MORAES, Livia de Cássia Godoi	Nas asas do capital: Embraer, financeirização e implicações sobre os trabalhadores	Caderno CRH	2017
PIRES, Aline Suelen; LIMA, Jacob Carlos	Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho	Caderno CRH	2017
POLESE, Pablo	As lutas autônomas frente ao modelo democrático-popular de contrarrevolução permanente	Serviço Social & Sociedade	2017
CARDOSO, Adalberto; GINDIN, Julián	O movimento sindical na Argentina e no Brasil (2002-2014)	Sociedade e Estado	2017
LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de	Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional	Sociedade e Estado	2017
MARCELINO, Paula	Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil	Tempo Social	2017
ROMBALDI, Maurício	Diferentes ritmos da internacionalização sindical brasileira: uma análise dos setores metalúrgico e de telecomunicações	Caderno CRH	2016
LOBO, Valéria Marques	Resistência sindical a mudanças nos marcos regulatórios das relações de trabalho no Brasil e em países selecionados	Sociedade e Estado	2016

MENEZES, Marilda Aparecida; COVER, Maciel	Movimentos “espontâneos”: a resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais	Caderno CRH	2016
LOBO, Valéria Marques	Resistência sindical a mudanças nos marcos regulatórios das relações de trabalho no Brasil e em países selecionados	Sociedade e Estado	2016
SOARES, José Luiz	O que terá acontecido ao sindicalismo bancário no Brasil (2003-2014)?	Sociologia & Antropologia	2016
ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da	Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial	Caderno CRH	2015
BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio	Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora	Caderno CRH	2015
CARDOSO, Adalberto Moreira	Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro	Caderno CRH	2015
DIAS, Sabrina de Oliveira Moura	Trabalhadores terceirizados e luta sindical	Sociologias	2015
EVANS, Peter	Movimentos nacionais de trabalhadores e conexões transnacionais: a evolução da arquitetura das forças sociais do trabalho no neoliberalismo	Caderno CRH	2015
OLIVEIRA, Roberto Vêras de	Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão	Caderno CRH	2015
RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario Henrique Guedes	Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais	Lua Nova: Revista de Cultura e Política	2015
RODRIGUES, Iram Jácome	Trabalhadores e Sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos?	Caderno CRH	2015
SANTANA, Marco Aurélio	Para onde foram os sindicatos?	Caderno CRH	2015
FERRAZ, Alexandre Sampaio	Novos rumos do sindicalismo no Brasil	Revista Brasileira de Ciências Sociais	2014
FREITAS JÚNIOR, Antonio Rodrigues de	O trabalho à procura de um direito: crise econômica, conflitos de classe e proteção social na Modernidade	Estudos Avançados	2014
PICOLOTTO, Everton Lazaretti	A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no sul do Brasil	Sociologias	2014
GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos	Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação	Educar em Revista	2013
RODRIGUEZ, Margarita Victoria; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola	Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma	Educar em Revista	2013
TELLO, César	<i>Las políticas docentes y la perspectiva sindical en Argentina, México y Chile: debates y negociaciones. Los casos de CTERA, SNTE y el Colegio de Profesores en los últimos veinte años</i>	Educar em Revista	2013
BOITO JÚNIOR, Armando; MARCELINO, Paula	O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000	Caderno CRH	2010
RODRIGUES, Iram Jácome	Estratégia operária e neocapitalismo	Tempo Social	2009
SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy	O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil	Caderno CRH	2009
FAVARETO, Arilson	Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil	Revista Brasileira de Ciências Sociais	2006
COSTA, Hermes Augusto	O sindicalismo, a política internacional e a CUT	Revista de Cultura e Política	2005

RODRIGUES, Iram Jácome; MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza	Perfil socioeconômico de jovens metalúrgicos	Tempo Social	2005
ALVES, Giovanni	Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000)	Revista de Sociologia e Política	2002
RODRIGUES, Iram Jácome	Um laboratório das relações de trabalho: o ABC paulista nos anos 90	Tempo Social	2002
DONADONE, Julio César; GRUN, Roberto	Participar é preciso! Mas de que maneira?	Revista Brasileira de Ciências Sociais	2001
ALVES, Giovanni	Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998)	Revista de Sociologia e Política	2000
SANTANA, Marco Aurélio	As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas	Sociologias	2000
MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome	O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90	Tempo Social	1999
SANTANA, Marco Aurélio	Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro	Revista Brasileira de Ciências Sociais	1999
RODRIGUES, Leôncio Martins	O declínio das taxas de sindicalização: a década de 80	Revista Brasileira de Ciências Sociais	1998

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da busca na Base de dados Scielo (2022).

Observa-se nos títulos dos artigos mais recentes que os temas se relacionam diretamente com os acontecimentos do pós-Golpe de 2016 sobre a expansão da terceirização, as mudanças na legislação trabalhista e as dificuldades da organização sindical. Ao analisar as publicações de 2014 e 2015, percebe-se que os textos fazem uma reflexão sobre a “crise do sindicalismo” e seus desafios. À medida que retrocede a linha do tempo, percebe-se uma ênfase na década de 1990, que marca a ascensão do neoliberalismo no Brasil.

Destaca-se uma maior quantidade de publicações ligadas aos sindicatos dos metalúrgicos, trabalhadores rurais, bancários e professores. Na busca realizada, não foram encontradas publicações relacionadas aos sindicatos dos eletricitários, objeto de estudo desta dissertação.

A busca no banco de teses da CAPES utilizando a palavra-chave eletricitários revelou 24 teses e dissertações abordando essa temática em diferentes áreas de conhecimento (cf. Apêndice A e Apêndice B).

Evidenciou-se, nessa busca, que há estudos envolvendo o sindicalismo e os eletricitários desde 1989 e que o tema é discutido em diferentes áreas do conhecimento, conforme demonstram os resultados dos estudos descritos no quadro 2 anteriormente.

Foram encontradas 24 pesquisas no período de 1989 a 2021, sendo 21 de mestrado e três de doutorado. A maior concentração ocorreu na década de 2000, com doze pesquisas. A busca no banco de teses e dissertações revelou que as pesquisas abordaram temas como privatização do setor elétrico e seus reflexos, saúde dos trabalhadores eletricitários e organização dos sindicatos eletricitários. Os resultados apresentados revelam os prejuízos da classe eletricitária com as privatizações, como precarização das condições de trabalho, redução de direitos e aumento do número de acidentes. Os estudos relacionados à saúde dos trabalhadores revelam uma tendência do setor ao adoecimento relacionado à saúde mental. Já os estudos feitos no âmbito dos sindicatos trazem as alterações nas relações de trabalho e dos sindicatos com a mudança da forma de atuação destes no início da década de 1990, as privatizações e a terceirização das atividades no setor elétrico.

Observou-se nos estudos identificados na revisão da literatura que há certa heterogeneidade nas temáticas apresentadas pelos autores. Em cada estudo, tem-se uma perspectiva diferente, que, direta ou indiretamente, relaciona-se com o sindicalismo e com os trabalhadores. Alguns deles revelam situações locais; outros, situações mais abrangentes, denotando a importância de diversos olhares sobre cada contexto.

### **3 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

Refletir sobre o setor elétrico brasileiro é, sem dúvida, olhar para aspectos históricos da sociedade. Gomes e Vieira (2009) mencionam que o setor elétrico é um bem fundamental, no entanto o processo de construção desse setor é pouco conhecido. Os autores revelam, ainda, que o contexto histórico, o processo de estruturação, o cenário político, as influências econômicas, bem como as políticas públicas que levaram o setor ao desenvolvimento que conhecemos hoje não são amplamente discutidos (Gomes; Vieira, 2009).

Quando as demandas das pessoas e das cidades exigiram a mudança do lampião para a energia elétrica, o que havia disponível para a sociedade eram empresas geradoras e distribuidoras internacionais, que forneciam energia de alto custo à população brasileira.

No Brasil, no final da década de 1890, não existia sistema elétrico organizado, apenas pequenas empresas que faziam serviços locais (Gomes; Vieira, 2009).

Na região sul do estado de Santa Catarina, até os anos 1950, o sistema elétrico era organizado por pequenas concessionárias privadas, administradas pelos municípios ou por pessoas da própria comunidade. Geralmente essas empresas se localizavam em regiões mais desenvolvidas economicamente e atendiam às demandas da sociedade local. Aos poucos, a expansão do setor elétrico começou a ser caracterizada por fusões de abrangência regional, formando a hoje conhecida CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) (Moraes, 2022).

Durante todo o século XX, o sistema elétrico brasileiro se estruturou, ampliou seus serviços e dinamizou seus processos de geração, distribuição e comercialização, com o incentivo dos governos, para que a população crescente pudesse usufruir dos benefícios de ter energia elétrica de qualidade. Entretanto a política neoliberalista implementada a partir do movimento de globalização traz consigo o cenário da competitividade, da hegemonia trazida pelo capital estrangeiro ao País, bem como da mudança no perfil das políticas públicas que sustentavam o setor elétrico. As mudanças no perfil do setor foram impulsionadas pela política de privatizações implementada durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, o que mudou sobremaneira a organização das empresas estatais (Braunert; Figueiredo, 2021).

Uma sociedade se constitui eticamente pelas decisões sobre o seu modo de vida, as suas relações com a natureza e com as demais sociedades. Na era do conhecimento, da globalização e da internacionalização, mais do que a abertura do mercado para novas possibilidades, há também o empoderamento das pessoas para a tomada de decisões sobre as suas escolhas como cidadãos. Os governos precisam ser sensíveis a essa condição da participação popular no âmbito da construção de políticas públicas para que elas representem os anseios da maioria, bem como sejam capazes de responder aos desafios que a sociedade exige em seu processo de desenvolvimento. O planejamento, as decisões políticas, a participação e a responsabilização dos gestores e do Estado são um desafio em tempos nos quais as políticas precisam ser cada vez melhores (Castro, 2013).

A política pública como política é mais do que um ato governamental, envolve também a comunidade externa ao governo, a sociedade civil, o mercado e pode ser influenciada por ideologias, crenças, valores, necessidades, contextos, eventos e movimentos sociais. Desde a década de 1950, o conceito de política pública vem sendo mencionado, inicialmente, nos Estados Unidos como algo vinculado à necessidade de

organização e regulação de ações governamentais. Estudos mais recentes alinham as políticas públicas à ciência e desenvolvem modelos para análise, formação da política, avaliação e demais etapas que envolvem toda a sociedade. A partir das décadas de 1980-1990, os estudos das políticas públicas passaram a considerar alguns elementos, como atores, instituições, redes, ideias, fatores contextuais e eventos, constituindo a política pública como um processo, pois todos os elementos estabelecem relações, formando redes (Almeida; Gomes, 2018).

Perpassa pelas políticas públicas a valorização dos direitos sociais, das demandas que se constituem guias e marcos para a construção dos programas e projetos, das orientações e resoluções e dos demais elementos que integram o desfecho das políticas públicas, contribuindo para o movimento democrático (Carvalho, 2019).

O quadro 3 apresenta algumas políticas públicas do setor elétrico brasileiro e suas interfaces com a sociedade.

Quadro 3 - Características dos estudos incluídos, 2023

<b>Cód.</b>	<b>Autor/ano</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Delineamento metodológico</b>
<b>A22</b>	Alfredo Maciel da Silveira (1991)	Tarifa social – cultura e política no serviço de energia elétrica.	Premissas ideológicas e políticas, não só por causa das que suscitam diretamente, mas pelas potencialidades que encerram como princípios norteadores de outros serviços de utilidade pública.	Reflexão teórica baseada no Relatório denominado Tarifa Social
<b>A11</b>	Celso B. Camargo, Sílvia M. Nassa, Cristiano Almeida Cunha (1999)	Administração do consumo de energia elétrica em residências: um estudo de caso utilizando questionários.	Identificar o potencial de conservação de energia elétrica de consumidores residenciais, tendo em vista a possibilidade da adoção, a curto prazo, de programas de gerenciamento de carga no setor residencial de energia elétrica no Brasil.	Pesquisa quantitativa
<b>A18</b>	Élvia M. Cavalcanti Fadul (2004)	Regulação de serviços públicos num contexto de reforma do Estado e privatização no Brasil: impactos no setor de energia elétrica.	Discutir a definição dos marcos regulatórios para o setor de energia elétrica brasileiro, num contexto de reforma, redefinição do papel do Estado e reestruturação do próprio setor de energia elétrica, enfatizando o novo papel regulador assumido pelo Estado através da criação da agência de regulação de âmbito nacional.	Estudo bibliográfico
<b>A20</b>	Cecília Olivieri (2006)	Agências regulatórias e federalismo: a gestão descentralizada da regulação no setor de energia.	Balço descritivo da criação das agências nos níveis estadual e municipal, destacando o grande número de agências criadas a partir de 1997, e analisa os principais estudos sobre a origem e as características desse processo.	Pesquisa bibliográfica

<b>A13</b>	Waldemar José de Carvalho (2007)	O Ministério de Minas e Energia Elétrica como parte da reforma na administração brasileira.	Considerações baseadas na experiência do trabalho que vimos realizando na Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, fixando aspectos mais importantes do problema.	Estudo de reflexão teórica
<b>A19</b>	João Paulo Pombeiro Gomes, Marcelo Milano Falcão Vieira (2008)	O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002.	Analisar a evolução da formação e estruturação do setor elétrico brasileiro, desde o surgimento da energia elétrica no Brasil, em 1880, até o final de 2002.	Pesquisa qualitativa histórica
<b>A15</b>	Breno de Paula Andrade Cruz, Darla Renata Conceição de Assis (2009)	Os reflexos da crise financeira nas práticas de responsabilidade social de empresas do setor de energia elétrica que compõem o índice de sustentabilidade empresarial da Bm&F-Bovespa.	Identificar os reflexos da crise financeira nas práticas de Responsabilidade Social das empresas do setor de Energia Elétrica que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) BM&F-Bovespa.	Pesquisa qualitativa exploratória
<b>A23</b>	Bruno dos Santos Silvestre, Jeremy Hall, Stelvia Matos, Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira (2010)	Privatização: bom ou ruim? Lições do setor de distribuição de energia elétrica do nordeste brasileiro.	Analisar a evolução de cinco distribuidoras de energia elétrica localizadas no Nordeste do Brasil, por meio de indicadores técnicos e financeiros.	Pesquisa documental
<b>A8</b>	Fabricio Quadros Borges (2012)	Administração pública do setor elétrico: indicadores de sustentabilidade no ambiente residencial do estado do Pará (2001-10).	Apresentar uma proposta de indicadores de sustentabilidade de energia elétrica para a gestão pública no setor residencial paraense que poderá servir de modelo para a gestão pública do setor elétrico também em outros estados brasileiros.	Estudo de caso
<b>A10</b>	Talles Vianna Brugni <i>et al.</i> (2012)	IFRIC 12, ICPC 01 e Contabilidade Regulatória: Influências na Formação de Tarifas do Setor de Energia Elétrica.	Investigar se as características contábeis da nova norma alteram de forma significativa a formação das tarifas para os consumidores finais de energia, por via de uma análise das diferenças na contabilização pelas regras da agência reguladora e pelas regras da IFRIC 12/ICPC 01 e identificar motivos por parte da ANEEL para a não adoção da ICPC 01 como norma contábil também para a regulação do setor de energia elétrica no Brasil.	Estudo documental comparativo e de revisão bibliográfica
<b>A14</b>	Camila Moreira de Castro	Audiências públicas como ferramenta para melhorar a participação	Analisar os aspectos democráticos dessas audiências e questionar a hipótese de muitos estudiosos sobre	Estudo de caso

	(2013)	nas políticas regulatórias: estudo de caso da Agência Nacional de Energia Elétrica.	o viés da participação social nesse tipo de procedimento.	
<b>A12</b>	Rodrigo Camillo <i>et al.</i> (2015)	Responsabilidade social em uma empresa distribuidora de energia elétrica.	Propor ações de melhoria no Programa de Responsabilidade Social, com base no Instituto Ethos, de uma distribuidora de energia elétrica.	Estudo qualitativo descritivo
<b>A21</b>	Flávio Ribeiro <i>et al.</i> (2017)	Responsabilidade social corporativa e o desempenho financeiro no setor de energia elétrica: um estudo com modelo de dados em painéis.	Analisar a relação entre os indicadores socioambientais e o desempenho financeiro em companhias abertas do setor de energia elétrica que compõem o Índice Bovespa no período de 2009 a 2015.	Estudo <i>ex post facto</i>
<b>A16</b>	Vera Lúcia Cruz, Arthur Machado Duarte Deimos de Souza Falcão, Rodrigo José Guerra Leone (2019)	Responsabilidade socioambiental das empresas brasileiras de energia elétrica.	Investigar as informações sociais, ambientais e econômicas que são divulgadas pelos grupos brasileiros de distribuição de energia elétrica.	Abordagem documental qualitativa
<b>A17</b>	Luciano D'Ascenzi, Luciana Leite Lima (2019)	Análise de Impacto <i>ex ante</i> de Políticas Públicas: Desafios de uma Agência Reguladora no Desenvolvimento Local	Investigar os limites e as possibilidades de uma agência reguladora na promoção do desenvolvimento local, foi delineado um modelo analítico próprio.	Pesquisa documental
<b>A24</b>	Deborah Werner (2021)	Neoliberalização e mercadejação na transmissão de energia elétrica no Brasil: o caso do Amapá.	Identificar, a partir da análise sobre a reestruturação da atividade de transmissão de energia elétrica no Brasil, apreendida à luz do processo de mercadejação neoliberal, elementos que contribuem para a compreensão da crise elétrica no Amapá em 2020.	Estudo de caso

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Tendo em conta uma política pública como um elemento transformador e legitimador da sociedade por meio da representação dos problemas que se assentam no poder público, ela é considerada uma construção social a partir das demandas da vivência das pessoas coletivamente (D'Ascenzi; Lima, 2019).

A construção de políticas públicas ocorre de forma sistematizada, por etapas que se complementam e respondem aos problemas do poder público em lidar com as demandas da sociedade. D'Ascenzi e Lima (2019) mencionam algumas etapas na

formulação de políticas públicas: a formação da agenda, formulação de alternativas, a tomada de decisão, a implementação e avaliação.

Políticas públicas representam demandas sociais e devem ser resolutivas. Sendo assim, para que seja possível avaliar o seu alinhamento com as demandas da sociedade, foram criados modelos de avaliação que sejam sensíveis aos indicadores de eficácia das políticas públicas. O Modelo de Coalizões de Defesa (*Advocacy Coalitions Framework*) propõe a análise da visão geral sobre o funcionamento da política pública a partir de estágios. O Modelo de Múltiplos Fluxos busca explicar de forma abrangente o processo de formulação das políticas, com enfoque na formulação da agenda governamental. O Modelo do Equilíbrio considera que a política é formulada por grupos de indivíduos denominados legisladores, os quais têm autoridade para a tomada de decisão, que é delegada pelas autoridades governamentais (Almeida; Gomes, 2018).

A Agência Nacional de Energia Elétrica se constitui um órgão autônomo e interdependente, que tem o desafio de manter o equilíbrio do sistema de energia elétrica brasileiro por meio de relações com os consumidores, com os agentes distribuidores da energia, com o Poder Executivo e com o Congresso Nacional. Essas relações se configuram em mecanismos de alinhamento entre todos os setores envolvidos no setor elétrico e, especialmente, para que o setor mantenha um alinhamento com os seus objetivos para com a sociedade (Fadul, 2004).

A preocupação com o consumidor, bem como com o consumo de energia elétrica, faz parte das demandas das políticas públicas, por isso que evitar desequilíbrios entre o consumo e a oferta de energia são desafios constantes para os gestores. No ano de 2001, ocorreu no Brasil uma crise no setor de energia elétrica que envolveu diferentes problemas e demandas. Com frequência, a análise sobre a origem do problema é realizada sob a ótica técnico-econômica, mas é preciso também lançar um olhar sobre as políticas públicas envolvidas nesse contexto. O Brasil possui recursos naturais capazes de promover a diversidade na geração de energia, com uma matriz energética abundante; contudo ainda centra seus esforços na produção de energia a partir de recursos hídricos.

O Programa de Eficiência Energética criado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) objetiva a tomada de medidas permanentes para que ocorra o equilíbrio no consumo, com redução de desperdício, eficiência e equidade na distribuição de energia no País (Almeida *et al.*, 2002; Camargo; Nassar; Cunha, 1999).

A crise energética suscitou uma série de estudos com o intuito de compreender a amplitude dos danos. Dentre eles, ressaltamos os relacionados ao padrão de consumo de

energia pela população brasileira, sua heterogeneidade, suas características locorregionais, como menciona Borges (2012) em seu estudo sobre a relação do percentual entre a tarifa de eletricidade e o valor investido no setor elétrico brasileiro entre 2001 e 2010. O estudo registra uma tendência crescente entre a renda da população mais pobre e o valor investido em energia elétrica (Borges, 2012).

Outro estudo menciona que há heterogeneidade regional entre a renda domiciliar média nas regiões do Brasil, com renda domiciliar média nas regiões Norte e Nordeste em torno de R\$ 708,19, o que influencia sobremaneira o consumo de energia elétrica pela população, denotando o maior uso de equipamentos domésticos, microcomputadores, modems, internet e televisores nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul (Abrahão; Souza, 2021). Duas políticas públicas ganham destaque nos estudos, a responsabilidade social e a privatização. Ambas influenciam a demanda social e o conjunto de políticas públicas que envolvem o setor elétrico.

O movimento da privatização das empresas de distribuição de energia elétrica foi influenciado diretamente pelo sistema de concessões federais, mas isso foi resolvido por meio da regulamentação da Lei de Concessões nº 8.987/95 e da Lei 9.074/95, as quais permitiram a concessão federal às empresas estaduais (Olivieri, 2006).

Um estudo desenvolvido por Silvestre *et al.* (2010) mencionou que com relação aos dados obtidos pelo indicador EBITDA, bem como aos resultados do exercício das distribuidoras avaliadas, não há correlação entre a evolução das distribuidoras de energia elétrica privatizadas e das públicas, mencionando que de forma geral as concessionárias estudadas apresentaram uma melhora na Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) nos últimos anos.

Camargo, Nassar e Cunha (1999) referem que a presença do Estado é importante no setor elétrico, pois garante à população mais carente o acesso à energia elétrica, o que denominam de visão social, política e ecológica. Esse ponto revela a implicação das empresas públicas de energia elétrica no contexto da responsabilidade social. Uma empresa que assume a premissa da responsabilidade social se compromete para além de suas atribuições técnicas e administrativas com as demandas sociais em seu entorno, que incluem o bem-estar de todos os envolvidos no processo de trabalho e a comunidade adjacente.

Os investimentos destinados à sociedade externa à empresa representam o maior montante financeiro. Conforme mencionam Ribeiro *et al.* (2017), os investimentos

financeiros com os trabalhadores da empresa impactam positivamente no desempenho da empresa.

Estudos desenvolvidos por Siksnylyte e Stjepcevic *apud* Cruz *et al.* (2019) e por Camillo *et al.* (2015) relatam que a responsabilidade social desenvolvida por empresas de energia elétrica, do ponto de vista do bem-estar, da qualidade de vida, da motivação e do desenvolvimento de seus funcionários, possui melhores resultados.

Aumentar a consciência social da população sobre os serviços que ela utiliza é imprescindível para que ocorra a responsabilidade social, especialmente quando as pessoas utilizam os espaços de diálogo aberto pelas empresas. Nesse contexto, o setor elétrico brasileiro possui um conselho comunitário – considerando-se que tal conselho precisa ser um espaço de diálogo contínuo, de envolvimento e de participação ativa de todos (Castro, 2013).

Os estudos identificados na década de 1990 tratam, particularmente, do perfil do consumidor e do consumo de energia no Brasil, denotando que nesse período a preocupação era investigar quais eram as demandas da população brasileira no que se refere ao setor elétrico e como o setor deveria se organizar para que a energia chegasse ao maior número de pessoas possível.

Os estudos evidenciados no início dos anos 2000 trazem a preocupação da formulação de políticas públicas que possam fazer frente à crise econômica que o País atravessa – ajustes em tarifas, criação de agências reguladoras e demais estruturas necessárias para manter o sistema elétrico em expansão mesmo diante das adversidades.

Em meados de 2010 a 2015 são mencionados movimentos de mudança no perfil do setor elétrico, incluindo as privatizações, as avaliações sobre indicadores de consumo e de ajustes de tarifas, bem como a melhoria do sistema de regulação. Mas a partir de 2015, os estudos se voltaram mais para as políticas de responsabilidade social e a participação da comunidade na regulação dos serviços prestados pelo setor elétrico à comunidade e a responsabilidade socioambiental do setor.

Identifica-se que a maioria das pesquisas se concentra na região sudeste e norte do Brasil, havendo poucas evidências de estudos na região Sul no período estudado. As evidências encontradas a partir da leitura desses estudos denotam uma tendência à formulação das políticas públicas no Brasil se vincularem à perspectiva neoliberal, com o setor se desenvolvendo fundamentado pela realidade política e socioeconômica vigente no País em cada período.

Entre os anos de 1991 e 2021, os artigos trazem a movimentação, expansão e transformação do setor elétrico brasileiro, acompanhando o movimento político do País, ora se preocupando com o consumidor e o padrão de consumo, ora se preocupando com o vínculo do setor aos parâmetros estruturais do setor para manter seu desenvolvimento.

Foram identificados nos estudos diversos documentos, leis, decretos, normas, programas, políticas públicas e demais materiais que compõem esta análise e que, juntos, constituem o contexto das políticas públicas do setor elétrico do Brasil, conforme podemos constatar no quadro 4.

Quadro 4 - Legislação sobre as políticas públicas do setor elétrico brasileiro, 2023

<b>Legislação referente ao setor elétrico brasileiro</b>	
Modelo de Coalizões de Defesa ( <i>Advocacy Coalition Framework - ACF</i> ) proposto por Paul Sabatier no final dos anos 1980	É um modelo de análise de formulação de política, pois contempla todas as fases do ciclo de políticas, não apenas uma. Dessa forma, quem se utiliza do ACF visa estudar uma política de forma holística, em sua completude, não faseada nos estágios clássicos do ciclo de políticas públicas.
Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990	Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências.
Lei Nº 8.631, de 4 de março de 1993	Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, e dá outras providências.
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.
Programa Brasil em Ação - Lançado em agosto de 1996	O Programa Brasil em Ação agrupa 42 empreendimentos: 16 na área social e 26 na área de infraestrutura. Todos com o objetivo de reduzir custos na economia, propiciar o aumento da competitividade do setor produtivo e melhorar a qualidade de vida da população.
Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico (RE-SEB) – Criado em 1996	Objetiva o reequilíbrio setorial por meio da recuperação da capacidade de investimentos no setor elétrico brasileiro.
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998	Altera dispositivos das Leis 3.890-a, de 25 de abril de 1961, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autoriza o poder executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e de suas subsidiárias, e dá outras providências.
Decreto de 2 de dezembro de 1999	Institui o Programa Nacional de Eletrificação Rural "Luz no Campo", e dá outras providências.
Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000	Dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.
Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001	Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências.

Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001	Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências
Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) – Instituído em 2001	A partir da lei publicada em 17 de outubro de 2001, Lei nº 10.295, Lei de Eficiência Energética, o Inmetro, que de forma voluntária estabelecia programas de etiquetagem, passou a ter a responsabilidade de estabelecer programas de avaliação da conformidade compulsórios na área de desempenho energético. Tendo, portanto, papel fundamental na implementação da Lei de Eficiência Energética.
Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001	Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências.
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.
Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”.
Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004	Cria a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, aprova seu Estatuto Social, e dá outras providências.
Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004	Regulamenta os Arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
Programa Eletronorte de Eficiência Energética (PEEE), criado em 2 de março de 2005	A finalidade é ser um instrumento para o desenvolvimento de ações de combate ao desperdício e redução de custo com energia elétrica, por intermédio de programas e projetos de eficiência energética.
Lei Estadual nº 13.960, de 04 de setembro de 2007	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. – ADECE, e dá outras providências.
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.
Portaria Adece Nº 106/2009	Institui a Câmara Setorial de Energia Eólica do Ceará – CS Eólica
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, e dá outras providências.
No dia 1º de novembro de 2010, foi publicada a norma internacional ISO 26000	Diretrizes sobre Responsabilidade Social, cujo lançamento foi em Genebra, Suíça. No Brasil, no dia 8 de dezembro de 2010, a versão em português da norma, a ABNT NBR ISO 26000, foi lançada.
Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; e altera as Leis nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, e nº 11.488, de 15 de junho de 2007, que equipara o autoprodutor ao consumidor que atenda a requisitos que especifica.
Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021	Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis nºs 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de

	2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 13.182, de 3 de novembro de 2015, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.118, de 13 de janeiro de 2021, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 9.074, de 7 de julho de 1995; e revoga dispositivos da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961.
Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023	Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento.
Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022.

Fonte: Adaptado dos artigos incluídos neste estudo (2023).

No período histórico entre 1980 e 2023, foram mencionadas nos estudos identificados nas fontes pesquisadas 28 iniciativas legais, que, de forma direta ou indireta, influenciaram o setor elétrico brasileiro, dentre elas são descritas leis, decretos, projetos, programas e outras iniciativas políticas para a melhoria dos serviços de energia elétrica disponibilizados à população.

Cabe ao Estado a organização política, econômica e de infraestrutura para a manutenção da qualidade de vida das pessoas, incluindo o acesso a serviços essenciais como os vinculados ao fornecimento de energia elétrica. Nesse contexto, observou-se nos estudos aqui mencionados que diferentes iniciativas foram tomadas para que o setor acompanhasse o desenvolvimento das comunidades, sejam elas pequenas ou metrópoles.

As políticas entre a década de 1980 até 2010 eram voltadas à estruturação do próprio setor elétrico para fazer frente ao crescimento do setor. Havia uma preocupação em fornecer energia nos diferentes contextos sociais, o que denota a mudança no perfil do consumo de energia pela sociedade capitalista, industrializada e deslocada circunstancialmente do meio rural para o meio urbano nessa época.

A mudança de um perfil energético exclusivamente hidrelétrico para outras possibilidades surge por volta de 2009, com a instituição de políticas públicas voltadas para os estudos climáticos e de novas fontes energéticas no País. Essa mudança no perfil do setor elétrico fez com que houvesse a preocupação com o clima e também com as novas leis de responsabilidade social aos quais as empresas precisaram se adequar para melhorar seus processos e obter reconhecimento internacional.

Entre 2015 e 2023, observa-se uma lacuna no que se refere à criação de leis vinculadas ao desenvolvimento do setor elétrico. É possível inferir uma relação entre a constituição de políticas públicas voltadas ao crescimento do setor elétrico no período

anterior ao Golpe de 2016 e a retomada da política de extinção do setor elétrico estatal no período pós-Golpe de 2016, que resultou na privatização da maior empresa do setor da América Latina (Silva; Zanelatto, 2023).

O perfil das cidades muda continuamente, impulsionado por novas necessidades, consumos, ideologias, enfim, pelo desenvolvimento natural a que estamos sujeitos na vida em comunidades. Para atender a essas demandas cada vez mais complexas e desafiadoras, o governo estrutura, organiza e conduz as políticas públicas, com o intuito de estabelecer a conexão entre os cidadãos e o mundo que os cerca.

Nesse contexto evolutivo, o setor elétrico brasileiro se alinha a políticas públicas intrínsecas à sua área de atuação e também se alicerça em políticas públicas de outras áreas, denotando o interesse em conectar-se com o desenvolvimento das comunidades. Para isso, são criadas políticas de manutenção do próprio setor elétrico, mas também que se vinculam aos trabalhadores, aos *stakeholders*, à natureza e à responsabilidade social implicada.

O aumento do consumo de energia, o crescimento significativo de algumas regiões do País e as novas demandas de energia, que o processo de viver exige, fizeram com que o setor elétrico precisasse também ampliar a sua capacidade de geração, distribuição e comercialização.

O desafio da universalização do Estado como órgão regulador, jurídico e político o leva a assumir o papel e a responsabilidade em prover políticas públicas inclusivas, solidárias, responsáveis socialmente, capazes de ser sensíveis às especificidades locais regionais do País. Para isso, é necessária a contínua evolução também das próprias políticas públicas para que atendam ao desenvolvimento das comunidades.

O que se pode concluir é que o setor elétrico brasileiro representa um valor social, influencia e é influenciado por políticas públicas capazes de fazer frente ao desenvolvimento; que os investimentos financeiros não são os únicos elementos importantes para a melhoria da experiência da população no que se refere ao uso da energia elétrica, mas que também fazem parte disso cientistas políticos, bons gestores, políticas adequadas, indicadores socioambientais, conexões internacionais e estudos científicos e técnicos que possam trazer as políticas públicas cada vez mais próximas da vida das pessoas.

### 3.1 ESTRUTURA E CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Incidentes críticos, segundo Gomes e Vieira (2009), são acontecimentos que transformam de alguma forma o ambiente organizacional em um determinado período de tempo. O setor elétrico brasileiro passou por mudanças em sua estrutura ao longo do tempo, especialmente induzidas por políticas públicas que atendiam às necessidades da comunidade, como descreve o quadro 5:

Quadro 5 - Histórico de incidentes críticos envolvendo o setor elétrico brasileiro no período de 1880-2002

Período	Incidente crítico
1880-1930 Monopólio privado	Primórdios do uso da energia elétrica no Brasil, com a implantação dos primeiros empreendimentos nacionais e estrangeiros, dominados a partir da década de 1920 pelas empresas de capital estrangeiro. Corresponde ao período da República Velha.
1931-45 Presença do Estado	O Estado elabora as primeiras regulamentações no setor, com destaque para a implantação do Código de Águas, em 1934. A aceleração do desenvolvimento econômico brasileiro corresponde a um aumento da demanda de energia que não tem contrapartida em investimentos. Corresponde ao governo de Getúlio Vargas.
1946-62 Estado indutor	Com a queda de Vargas, é estabelecida uma maior participação do Estado no setor elétrico, com aumento dos investimentos públicos, especialmente nas concessionárias estaduais. Criação da Eletrobras em 1962.
1963-79 Modelo estatal	A Eletrobras é a empresa indutora do processo de nacionalização e estatização do setor elétrico, efetuando grandes investimentos. É consolidado um novo modelo institucional que atingiu seu ápice em 1979.
1980-92 Crise institucional	Com a crise econômica se agravando, o crescimento do setor elétrico é afetado. Em 1992, a inadimplência é generalizada e o modelo estatal é questionado.
1993-2002 Modelo Híbrido	Promulgada a Lei nº 8.631/93, que equaciona os débitos. Começam as mudanças institucionais no setor elétrico brasileiro. Ao final de 2002, a geração e a transmissão de energia eram, majoritariamente, de empresas estatais e a distribuição era principalmente privada.

Fonte: Gomes e Vieira (2009).

Seguindo nessa perspectiva histórica, em 1965, foi criado o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, integrando o sistema do ponto de vista técnico aos demais sistemas de governança instituídos no Brasil. Pode-se acompanhar a evolução desse sistema no quadro 6.

Quadro 6 - Sistema e governança do setor elétrico brasileiro no período de 1933 a 1997

1933	Reorganização do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, com a criação da Diretoria de Águas, posteriormente transformada no Serviço de Águas.
------	--

1934	Surgiu o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, abrangendo, entre outros, o Serviço de Águas, em consequência da Reforma Juarez Távora.
1939	Criação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE, pelo Decreto-lei nº 1.285, de 18 de maio de 1939, diretamente subordinado à Presidência da República, como órgão de consulta, orientação e controle quanto à utilização dos recursos hidráulicos e de energia elétrica, com jurisdição em todo o território nacional, e mais tarde também com atribuições executivas.
1940	Baixado o Decreto nº 6.402, de 28 de outubro de 1940, que transformou o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil em Divisão de Geologia e Mineralogia, alterando também o Serviço de Águas para Divisão de Águas.
1960	A Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960, criou o Ministério das Minas e Energia, subordinando o CNAEE ao Ministério.
1961	O Departamento Nacional da Produção Mineral foi desligado do Ministério da Agricultura, passando a integrar o Ministério das Minas e Energia. A constituição das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, autorizada pela Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, absorveu várias atribuições anteriormente de competência do CNAEE.
1965	A Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral foi transformada no Departamento Nacional de Águas e Energia – DNAE. A Lei nº 4.904, de 17 de dezembro de 1965, criou o Departamento Nacional de Águas e Energia – DNAE, sem ficar textualmente expresso que o CNAEE deixaria de intervir nos assuntos da competência do DNAE. A existência de dois órgãos com finalidades análogas ocasionou, durante alguns anos, dificuldades que se refletiam na política energética nacional.
1968	O Decreto nº 63.951, de 31 de dezembro de 1968, aprovou a estrutura básica do Ministério das Minas e Energia, dispôs no parágrafo único, alínea "a", de seu artigo 1º: "Deverá ser iniciado o processo de absorção, pelos Departamentos a seguir indicados, das atribuições ora afetas aos órgãos adiante mencionados: a) Pelo DNAE, que passa a se denominar Departamento Nacional de Águas e Energia – DNAEE, as atribuições do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no prazo de 60 dias”.
1969	O Decreto-lei nº 689, de 18 de julho de 1969, completou os trâmites legais, extinguindo o CNAEE e decretando a definitiva absorção, por parte do DNAEE, de todas as atribuições do extinto CNAEE, definidas na legislação vigente.
1977	Pela Portaria nº 234, de 17 de fevereiro de 1977, do Ministro das Minas e Energia, foi aprovado o Regimento Interno do DNAEE. A natureza e a finalidade do DNAEE estão consignadas no art. 1º do referido Regimento Interno: "Art.1º - O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, instituído pela Lei nº 4.904, de 17 de dezembro de 1965, com autonomia financeira assegurada pelo art. 18 do Decreto nº 75.468 de 11 de março de 1975, é o Órgão Central de Direção Superior responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos estudos hidrológicos em todo o território nacional; pela supervisão, fiscalização e controle dos aproveitamentos das águas que alteram o seu regime; bem como pela supervisão, fiscalização e controle dos serviços de eletricidade”.
1996	A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, com sede e foro no Distrito Federal, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as Políticas e Diretrizes do Governo Federal. Constituída a Agência, com a publicação de seu Regimento Interno, ficará extinto o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE.
1997	O Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, aprova a Estrutura Regimental da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. E em 28 de dezembro de 1997, por meio da Portaria nº 349, do Ministro de Estado das Minas e Energia, é aprovado o Regimento Interno da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que exercerá as suas competências segundo as normas específicas do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e legislação complementar subsequente, na forma estabelecida em seu Regimento Interno.

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2022).

Considerando as atribuições do Departamento Nacional de Águas e Energia – DNAE, ficou estabelecido que cabe à Divisão de Águas as atividades relacionadas às águas e à de Energia Elétrica cabe cuidar exclusivamente do que se refere à indústria da eletricidade (Carvalho, 2007).

Após a década de 1990, fica evidente a mudança na postura do Estado com relação à constituição de políticas públicas direcionadas ao setor elétrico, com ações de descentralização, desestatização, desnacionalização, em um movimento que retrata uma expressão mencionada por Werner (2021) como “mercadejação neoliberal”, a qual está relacionada a serviços públicos, gerando movimentos de privatização e com parcerias público-privadas. Esse movimento tinha a intenção de melhorar a oferta de serviços para a população, o que, de fato, percebeu-se anos depois, não ocorreu efetivamente (Werner, 2021).

As políticas públicas alicerçadas no modelo da nova gestão pública tinham o objetivo de reduzir a influência do governo na economia, aproximando e incentivando setores que estavam sob sua tutela para a iniciativa privada, especialmente a partir da década de 1990, por causa da instabilidade econômica internacional que afetou o Brasil. Segundo Abreu e Câmara (2015), a instabilidade do sistema econômico capitalista, que depende do fluxo financeiro internacional, fez com que o programa de gestão econômica sucumbisse e alavancasse uma mudança no paradigma da gestão do orçamento (Abreu; Câmara, 2015).

O modelo econômico emergente nesse período privilegiou a descentralização e o aumento do capital estrangeiro também nas empresas públicas brasileiras, o que mobilizou a estrutura da propriedade. Conforme a BM&Bovespa, citada por Brey *et al.* (2014), há concentração da propriedade na figura de um acionista majoritário, considerando que em média o maior acionista possui 62,77% do capital de votantes e 49,78% do capital total das empresas no Brasil. Os mesmos autores mencionam que quando o governo é acionista, geralmente possui objetivos diferentes das instituições privadas, priorizando ações que promovam o bem-estar das pessoas e comunidades.

A influência do governo nas empresas ocorre mesmo quando não está diretamente ligado a elas, conforme revela o estudo de Brey *et al.* (2014), no qual apresentam que das 675 empresas que estão sob a influência do governo, 88 sofrem influência indireta por meio de fundos estatais. A influência direta do governo nas empresas tem tendência majoritária, sendo que, em média, o governo mantém no primeiro nível direto 49,72%

das ações com voto e 39,01% do total das ações das empresas. No segundo nível direto, o perfil continua concentrado e, em média, 54,29% das ações pertencem a empresas diretamente conectadas ao governo. No que tange à participação setorial, das 143 empresas estudadas por Brey *et al.* (2014), 44 estão no setor de energia elétrica, o que corresponde a 13%. A concentração do governo está no setor químico (35%), seguido pelo elétrico (29%), do total das 52 empresas em que o governo tem participação direta no 3º nível (Brey *et al.*, 2014).

A Resolução Normativa nº 396/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, institui que as empresas sob sua regulação deveriam seguir o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, adotando uma contabilidade paralela à societária. A característica dessa determinação é a criação da contabilidade regulatória, que impossibilita o registro dos passivos e ativos por parte das empresas concessionárias, o que influencia na definição das tarifas utilizadas para o faturamento da concessionária (Brugni; Rodrigues; Cruz; Szuster, 2012).

No que se refere à geração de energia, o governo criou o Eixo Energia a partir do PAC 2<sup>3</sup>, o qual possuía estratégias de expansão e estruturação de fontes geradoras no período de 2012-2015 no território nacional. Mesmo com diferentes possibilidades de fontes geradoras, o governo optou por manter a maioria delas com geração hídrica. Nesse contexto, a Eletrobras/Eletronorte criou três programas de pesquisa e desenvolvimento, a saber: o Programa Eletronorte de Eficiência Energética (PEEE), o Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual (PEPI) e o Programa Eletronorte de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PEPD) (Alão; Borges, 2018).

Mesmo com o incentivo governamental para manter a maioria da geração elétrica de forma hídrica, houve a pressão dos chamados *stakeholders* quanto às políticas públicas. A influência da comunidade para que empresas investissem no setor eólico fizeram com que o próprio governo investisse em políticas indutoras da produção desse tipo de energia por meio de programas como o PROINFRA, o qual tornou o setor atrativo para os investidores, viabilizando a produção de energia eólica na matriz energética do País (Abreu *et al.*, 2014).

---

<sup>3</sup> O PAC 2 foi lançado em março de 2010, prevendo um conjunto de investimentos nas áreas de transporte, energia, cultura, habitação, saúde e social. São seis áreas de investimento previstas no PAC 2: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para Todos, Transporte e Energia (Nunes, 2023).

#### 4 DA EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL CATARINENSE À ORGANIZAÇÃO SINDICAL E PERFIL DOS TRABALHADORES

A indústria de energia elétrica brasileira vem acompanhando o desenvolvimento da sociedade na medida em que atende às necessidades da população em seus âmbitos privados e coletivos, na família, na empresa e na indústria e nos demais segmentos que tornam possível a vida coletiva. Borges (2012) menciona que o setor elétrico se configura por ser uma organização social que por meio de conexões complexas transforma a energia primária, dando condições para que ela possa ser utilizada pelos consumidores a partir de um conjunto de ações desde a geração e transmissão até a distribuição. Referido autor esclarece que esse percurso interliga a geração até os pontos de consumo final.

A modernização da indústria de energia elétrica acompanha o desenvolvimento da sociedade, mas para atender a esse novo perfil de consumidor é necessário também investimento que atenda à sua demanda. Nesse sentido, Mendonça, Pereira Júnior e Aylmer (2022) relatam que o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 2,5% entre os anos de 2000 e 2020, conforme dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), destacando o investimento que o País fez no sentido da expansão do setor elétrico para atender ao consumo emergente em 3,1% no setor de geração (MENDONÇA; PEREIRA JR; AYLMEER, 2022).

O quadro 7, a seguir, mostra o contexto do consumo e dos consumidores no Brasil em 2021.

Quadro 7 - Demonstrativo do consumo e número de consumidores no Brasil, 2021

Consumo e número de consumidores no Brasil												
BRASIL - Consumption and Number of consumers												
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ% (2021/2020)	Part. %
Consumo (GWh)	448.126	463.143	474.823	465.708	461.780	467.161	475.764	482.527	476.569	497.503	4,4	100,0
Residencial	117.646	124.908	132.302	131.190	132.872	134.369	137.615	142.411	148.173	149.798	1,1	30,1
Industrial	183.425	184.685	179.106	169.289	165.314	167.398	170.066	167.701	166.452	180.366	8,4	36,3
Comercial	79.226	83.704	89.840	90.768	87.873	88.292	88.631	92.083	82.524	86.807	5,2	17,4
Rural	22.952	23.455	25.671	25.899	27.267	28.136	29.671	29.563	31.709	32.772	3,4	6,6
Poder Público	14.077	14.653	15.355	15.196	15.096	15.052	15.076	15.702	12.764	13.710	7,4	2,8
Iluminação Pública	12.916	13.512	14.043	15.333	15.035	15.443	15.690	15.845	15.463	14.034	-9,2	2,8
Serviço Público	14.525	14.847	15.242	14.730	14.969	15.196	15.778	15.964	16.345	16.668	2,0	3,4
Consumo Próprio	3.360	3.379	3.265	3.304	3.355	3.277	3.238	3.257	3.138	3.348	6,7	0,7
Consumidores (mil)	72.377	74.814	77.171	79.107	80.624	82.464	83.682	85.071	86.665	86.979	0,4	100,0
Residencial	61.697	63.862	66.007	67.746	69.277	70.907	72.081	73.380	74.808	75.232	0,6	86,5
Industrial	573	584	574	549	536	528	519	472	469	469	-0,2	0,5
Comercial	5.271	5.445	5.566	5.689	5.689	5.754	5.785	5.895	5.853	5.791	-1,1	6,7
Rural	4.129	4.200	4.279	4.366	4.365	4.499	4.520	4.528	4.715	4.421	-6,2	5,1
Poder Público	536	544	561	568	560	573	572	574	599	837	39,8	1,0
Iluminação Pública	83	87	88	93	96	99	97	105	98	103	5,5	0,1
Serviço Público	76	79	84	87	91	95	99	106	114	117	3,0	0,1
Consumo Próprio	12	12	14	10	9	9	9	10	10	10	1,1	0,0

Fonte: Brasil (2022).

Em Santa Catarina, os primeiros movimentos no sentido de implementar um sistema de distribuição de energia elétrica em substituição ao uso de lampiões e às demais formas de iluminação ocorreram no ano de 1897. Logicamente, a substituição de sistemas domésticos rudimentares por um sistema de iluminação em rede não ocorreu de forma simples e rápida, foram várias tentativas que trouxeram em cada uma delas algum avanço até chegar à primeira concessão para a exploração de energia elétrica no estado de Santa Catarina, em 1905, na cidade de Joinville (SAMPAIO, 2001).

O desenvolvimento do setor elétrico em Santa Catarina sofreu influência da economia e de suas dinâmicas no Estado como parte da automatização trazida pela indústria, bem como do movimento impulsionador vindo do comércio e sua influência na sociedade da época. A economia surgiu como catalizador desse desenvolvimento fortemente associado à emergência do setor industrial, integrando as microrregiões de desenvolvimento, como o complexo ervateiro no Norte, o complexo carbonífero no Sul, o complexo madeireiro no Planalto e a produção de alimentos e indústria têxtil no Vale do Itajaí (SAMPAIO, 2001).

Os serviços de fornecimento de energia elétrica no sul do Estado, até o ano de 1925, eram levados pelo menos até cinco localidades: Criciúma, Imbituba, Orleans, Tubarão e Laguna. Em todos esses municípios, bem como nas usinas construídas posteriormente nas cidades de Criciúma, Araranguá, Jaguaruna, Urussanga, Içara e, ainda mais tarde, em Sombrio e Forquilha, a produção de energia elétrica era realizada por meio de usinas térmicas que utilizavam carvão mineral como combustível. Há registros ainda de pequenas usinas hidrelétricas nas cidades de Nova Veneza e Meleiro, que juntamente com outras usinas menores garantiam que o extremo sul catarinense não ficasse desabastecido. A região ficou dependente dessas pequenas usinas até a década de 1960, quando as linhas de transmissão da Usina Termoelétrica da Companhia Siderúrgica Nacional (UTE-CSN) chegaram e passaram a abastecer a região, conforme os dados demonstrados no quadro 8.

Quadro 8 - Geração de energia elétrica do sul do estado de Santa Catarina na primeira metade do século XX.

<b>Identificação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Município</b>	<b>Potência (Kw)*</b>	<b>Data de Operação</b>
S.A. Ind. e Comércio Bortoluzzi	Hidro	Nova Veneza	15	1914
Cia. Docas de Imbituba (H. Lage)	Termo	Imbituba	372	1919
Marcos Rovaris	Termo	Criciúma		1919

Cia. Nac. Mineração do Barro Branco	Termo	Orleans	294	1922
CBCA	Termo	Tubarão	55	1923
CBCA	Termo	Laguna	203	1925
Egídio Tomasi	Hidro	Jacinto Machado	12	1929
Theodoro Schlickmann	Hidro	Braço do Norte	951***	1930
Celeste Losso	Hidro	Treviso	9	1930
Força e Luz de Criciúma (Ch Pitet.)	Termo	Criciúma	22	1932/1939
José Firmino Leitão	Termo	Araranguá	Nd	1934
Aleinoé (Honorato M. Serafim)	Hidro	Sangão	4	1935
Bez Batti e Martins	Termo	Jaguaruna	11	1936
Turvo (Abel Bez Batti e Luiz Rovaris)	Hidro	Turvo	5	1936
Ângelo Peruchi/Cerâmica Cocal	Hidro	Cocal	Nd	1937
Cia. Nac. de Miner. Barro Branco	Hidro	Orleans	258	1937
Cia. Carbonífera de Urussanga	Termo	Urussanga	184	Ant. 1938
José Firmino Leitão	Hidro	Meleiro	74	1938
Antônio Rossi Fermo	Termo	Içara	4	1938
Ângelo Alberton Luiz	Hidro	Grão Pará	11	1939
Angelo Izé	Hidro	Maracajá	7	1939
Abel Estever de Aguiar	Hidro	São João do Sul	8	Ant. 1940
Paulo Isopo e José Stuart	Termo	Sombrio	4	1941
Eflu	Hidro	Urussanga	Nd	1944
UTE-CSN	Termo	Capivari de Baixo	15000*	1947
Sociedade União Colonial	Termo	Forquilha	Nd	1949

Fonte: Elaborado a partir de Moraes (2019).

Durante a década de 1950, o consumo de energia elétrica em Santa Catarina cresceu em descompasso com a produção, provocando um estrangulamento no crescimento da indústria e, por consequência, o aumento dos investimentos do Estado no setor. Com o objetivo de planejar, construir e explorar o sistema de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado, no dia 09 de dezembro de 1955, foi criada por Decreto Estadual a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) (MORAES, 2019).

No início, a CELESC atuava repassando recursos públicos para as empresas em funcionamento no Estado, mas com o passar do tempo ela assumiu o controle acionário

dessas empresas, passando a operar como uma *holding*, sendo a partir daí responsável pelo planejamento no setor elétrico catarinense (MORAES, 2019).

Paralelamente à criação da CELESC, o estado de Santa Catarina vivenciou, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, a criação de diversas Cooperativas de Eletrificação Rural, que tinham por objetivo levar energia elétrica de qualidade às comunidades agrícolas, ao comércio e às indústrias rurais de algumas regiões do Estado, principalmente na região Sul. A primeira Cooperativa foi fundada na cidade de Forquilha, no dia 27 de janeiro de 1959 (FECOERUSC, 2022).

Desde então, o setor elétrico catarinense vem sofrendo mudanças estruturais na sua forma de organização, produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Da expansão na área de atuação da CELESC com a incorporação de diversas empresas privadas e algumas cooperativas, a privatização do complexo Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, nos anos de 1990, e mais recentemente a privatização da Eletrosul (Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil) caracterizam a CELESC como única empresa pública do setor elétrico atuando em Santa Catarina e uma das três últimas empresas públicas de distribuição de energia elétrica do País ao passo que a região sul do Estado permanece com uma realidade *sui generis* ao contar com mais de 20 Cooperativas atuando no setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A estrutura de cooperativas surgiu na Europa e chegou ao Brasil na década de 1930 influenciada pelos imigrantes que chegaram principalmente ao sul do País. O objetivo das cooperativas, inicialmente, foi levar energia para as pequenas comunidades e regiões mais remotas onde as comunidades se desenvolviam (CARDOSO; CAMILO, 2018).

Marra (2024) refere que o cooperativismo moderno emerge no mesmo período da Revolução Industrial como resposta as precárias condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores nessa época. Retrata ainda que o movimento ocorreu na cidade de Manchester na Inglaterra quando vinte e oito moradores do bairro de Rochdale se uniram para fundar a Sociedade dos PROBOS Pioneiros de Rochdale.

A cooperação é uma característica humana. Em diferentes tempos históricos o homem se conecta por meio de cooperação, seja em seu micro ambiente social até na organização de comunidades. Marra (2024 p.3) menciona que “cooperar é colaborar, é trabalhar simultaneamente para o bem público, é cooperar em trabalhos de equipe”.

No Brasil iniciativas pioneiras ocorreram a partir da década de 1889 em Minas Gerais quando foi fundada a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (MG), vinculada ao setor agrícola. À partir dessa cooperativa outros estados também passaram a adotar esse tipo de gestão para as comunidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. (SEBRAE, 2024; SALES, 2010)

Cardoso e Camilo (2018) mencionam que o cooperativismo foi impulsionado como prioridade pelo governo, especialmente a partir da promulgação do Estatuto da Terra em 1964, que visava à expansão do meio rural, sendo o primeiro marco regulatório das cooperativas de eletrificação o Decreto nº 1.033, de 22 de maio de 1962, o qual “[...] veio a realizar uma ação comum do Direito, de transformar uma situação de fato em uma situação de direito, trazendo para a regulamentação do setor um agente existente” (CARDOSO; CAMILO, 2018, p. 4).

Diferentes modelos de Cooperativas surgiram com finalidades distintas, dentre elas pode-se citar: Crédito, Saúde, Agropecuário, Infraestrutura, Transporte, Consumo e Trabalho de Produção de Bens e Serviços.

As cooperativas estão distribuídas por todo o país, conforme pode-se observar no mapa:

Figura 01 - Distribuição das cooperativas no país, 2023.



Fonte: Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020.

É possível observar à partir do mapa a robustez do contexto cooperativo no Brasil que a cada dia ganha mais espaço na gestão de diferentes setores da sociedade.

#### 4.1 AS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

No setor elétrico, as cooperativas acompanharam o desenvolvimento que ocorreu nos demais setores do cooperativismo nacional e internacional. Aos poucos as cooperativas de eletrificação rural foram ganhando mais estrutura, associados e investidores que desejavam o desenvolvimento das comunidades.

O Estado de Santa Catarina conta com 21 cooperativas, distribuídas nas regiões, tendo maior concentração na região Sul e da Grande Florianópolis, conforme observa-se no mapa:

**Figura 02** - Distribuição das Cooperativas de Eletrificação no Estado de Santa Catarina 2024.



Fonte: Cooperativa de Eletricidade de Gravatal. Relatório Socioambiental 2019.

As primeiras cooperativas de Eletrificação no sul do Estado de Santa Catarina surgiram na década de 1960 conforme observa-se no quadro.

Quadro 9 - Distribuição das cooperativas segundo o ano de criação e cidade

NOME	FUNDAÇÃO	ABRANGÊNCIA
COOPERA	1959	Forquilha, Nova Veneza, Criciúma
CEJAMA	1961	Jacinto Machado
CERGRAL	1961	Gravatal
CERSUL	1961	Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande, Timbé do Sul, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha, Nova Veneza

COORSEL	1961	Treze de Maio, Orleans, Pedras Grandes, Tubarão
CERBRANORTE	1962	Braço do Norte, Rio Fortuna, Gravatal, Armazém, Santa Rosa de Lima, Grão Pará
CERGAPA	1962	Grão-Pará
CERMOFUL	1962	Pedras Grandes, Urussanga, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Criciúma, Içara
CERPALO	1962	Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Imaruí
CERTREL	1962	Treviso, Urussanga, Siderópolis, Cocal do Sul, Lauro Müller, Criciúma, Nova Veneza
COOPERZEM	1962	Armazém, São Bonifácio, São Martinho
CEPRAG	1963	Praia Grande, São João do Sul, Passo de Torres, Balneário Gaivota, Jacinto Machado, Santa Rosa do Sul
CERGAL	1963	Tubarão, Jaguaruna, Laguna, Gravatal
COOPERALIANÇA	1963	Içara, Balneário Rincão, Jaguaruna, Araranguá
CEGERO	1963	São Ludgero, Braço do Norte, Orleans, Tubarão, Pedras Grandes
COOPERCOCAL	1964	Cocal do Sul, Urussanga, Orleans, Lauro Müller, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Criciúma, Siderópolis, Treviso

Fonte: Elaborado a partir de Moraes (2022).

Até 2018, as cooperativas de eletrificação atendiam a mais de 664 mil unidades consumidoras em 703 municípios brasileiros, com importante representatividade no fornecimento de energia elétrica para os municípios com baixa densidade demográfica (CARDOSO; CAMILO, 2018).

As cooperativas que integram o setor elétrico catarinense representam um percentual considerável de empresas nesse segmento. São dezesseis cooperativas atualmente oferecendo serviços de energia elétrica no Estado, todas elas constituídas entre 1959 e 1964. Nesse período, havia grande influência internacional pelo desenvolvimento industrial, com a necessidade de adequação do País para enfrentar esse contexto capitalista que se espalhava pelo mundo. Dentre as necessidades imediatas para favorecer o crescimento do País, o setor elétrico é a estrutura fundamental, pois a expansão da indústria só ocorreria se tivesse acesso à energia para mover as máquinas e os equipamentos.

O governo de Juscelino Kubitschek, em meados de 1950, iniciou essa propulsão do País para o desenvolvimento especialmente na tentativa de englobar mais do que o contexto nacional, também o capital estrangeiro disponível para a indústria na época.

Foram investimentos em transporte, energia, siderurgia, estradas, indústria, navegação, construção naval, automobilística e demais segmentos que formam o contexto de desenvolvimento capitalista (MORAES, 2019).

O movimento de criação e expansão das cooperativas de eletrificação na época se consolidou em decorrência da necessidade de expansão do setor elétrico para comunidades com menor população, pois o custo da instalação de energia pelas grandes corporações era inviável, restando à própria comunidade se estruturar e tomar frente (CARDOSO; CAMILO, 2018).

#### **4.1.1 Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA**

A primeira cooperativa de eletrificação rural foi fundada em 27 de janeiro de 1959, na cidade de Forquilha, à época distrito de Criciúma, com 60 associados, tendo como primeiro Presidente o Sr. Alfredo Michels e razão social Cooperativa de Eletrificação Rural de Forquilha (CERFOL). Com a finalidade de atender com o fornecimento de energia elétrica de boa qualidade e com baixo custo, principalmente, às comunidades agrícolas, ao comércio e às pequenas indústrias rurais na região.

Sua razão social foi alterada e, no dia 21 de julho de 1985, passou a denominar-se Cooperativa Mista Pioneira Ltda – COOPERA, em virtude da diversificação de atividades, passando a operar no setor agropecuário, além de efetuar a distribuição de energia elétrica.

Em setembro de 2003, foi liquidado o setor agropecuário e a COOPERA passou a atuar exclusivamente no setor elétrico, mantendo a razão social Cooperativa Mista Pioneira – COOPERA. E em 19 de agosto de 2006, foi aprovada a reforma estatutária e a adequação do nome às atividades, mudando sua razão social para Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA, que se mantém até hoje.

Atualmente, seu quadro conta com 77 trabalhadores(as) e atende a 25 mil associados(as) e consumidores(as) nos municípios de Forquilha, Nova Veneza e parte de Criciúma (OCESC, 2023).

#### **4.1.2 Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado – CEJAMA**

Na década de 60, após a emancipação política e administrativa do município de Jacinto Machado, a expansão urbana e o crescimento do município em nível regional, foi

fundada, em 20 de setembro de 1961, a Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado Ltda, que visava fazer frente aos obstáculos causados pela falta de energia. Objetivando o desenvolvimento social e econômico do município recém-emancipado, membros da comunidade acreditaram no sistema cooperativista e fazendo uso de suas próprias economias construíram redes, dando início à Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado.

A energia era, inicialmente, provinda da Usina Termoelétrica de Capivari (atual Capivari de Baixo) e distribuída aos seus 17 sócios fundadores (CEJAMA, s.d.). Segundo dados da OCESC (2023), a CEJAMA possui 5.318 associados. Para atendê-los, ela conta com 32 trabalhadores(as) (OCESC, 2023).

#### **4.1.3 Cooperativa de Eletrificação Rural de Gravatal – CERGRAL**

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Gravatal surgiu da necessidade de abastecer e servir Gravatal com energia elétrica, que, até então, não tinha perspectiva de ser atendida pela CELESC. Em 17 de dezembro de 1961, ano em que aconteceu a emancipação política do município de Gravatal, foi fundada a Cooperativa de Eletrificação Rural por 30 moradores da cidade.

Para sua fundação a CERGRAL dispunha de poucos recursos técnicos e financeiros. A mão de obra pesada foi realizada por meio de mutirões realizados pelos fundadores, já a mão de obra técnica e os materiais necessários foram cedidos pela empresa criada pelo governo da época. Em 10 de outubro de 1964, aconteceu a inauguração da distribuição de energia pela CERGRAL para a sede do Município, Tiradentes e Termas do Gravatal (CERGRAL, s.d.). Conforme dados da OCESC (2023), a CERGRAL possui 8.998 associados e conta com 34 trabalhadores(as) em seu quadro.

#### **4.1.4 Cooperativa de Distribuição de Energia – CERSUL**

Em 20 de setembro de 1961, foi constituída a Sociedade Cooperativa de Eletrificação Rural de Turvo e, em 1962, foi inaugurada a ligação de energia elétrica no município de Turvo. Em 1978, o nome da Cooperativa foi alterado para o atual, Cooperativa de Distribuição de Energia CERSUL, abrangendo áreas de Turvo, Timbé do Sul, Meleiro, parte de Nova Veneza, Jacinto Machado, Criciúma, Araranguá e Maracajá.

Em 2022, a CERSUL possuía cerca de 18 mil associados. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a maior obra da história da cooperativa, a Linha de Distribuição 69 kV (CERSUL, s.d.). Segundo a OCESC (2023), a CERSUL possui em seu quadro 102 trabalhadores(as).

#### **4.1.5 Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural – COORSEL**

A Coorsel começa sua história em 10 de dezembro de 1961, a partir de uma reunião com a presença de 54 pessoas na sede do Clube Recreativo 7 de Setembro, localizado na cidade de Treze de Maio, à época ainda distrito da cidade de Tubarão, com a fundação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Treze de Maio-Azambuja de Responsabilidade Ltda, com o objetivo construir as redes elétricas, comprar energia da Cia. Siderúrgica Nacional e, conseqüentemente, distribuí-la aos seus associados, trazendo progresso e desenvolvimento para toda a região de Treze de Maio, Pedras Grandes e Tubarão (COORSEL, s.d.).

Em 29 de dezembro de 1963, o Governo Estadual, por meio da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), autorizou as construções das redes elétricas da Cooperativa. Em 1964, foi assinado um convênio com a CEEE visando à construção da subestação abaixadora de 44.000 volts, que transformaria a voltagem em 13.800 volts para a distribuição em alta tensão (COORSEL, s.d.).

A partir de 1974, incorporam-se à Coorsel a Cooperativa de Eletrificação Rural de Pindotiba Ltda e a Cooperativa de Eletrificação Rural de Rio Novo Ltda, ambas no município de Orleans, SC, ampliando o número de associados(as) de 762 para 1611. Hoje a Coorsel possui 12.406 associados(as) e conta com uma força de trabalho de 64 trabalhadores(as) (OCESC, 2023).

#### **4.1.6 Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE**

Em fevereiro de 1962, foi fundada a Cooperativa Cerbranorte com o objetivo de oferecer a seus associados, dentro de sua área de atuação, os serviços de iluminação pública e também dos estabelecimentos públicos de sua sede, além de promover o desenvolvimento rural e urbano.

O primeiro desafio da diretoria foi aumentar a capacidade de produção, já que a usina da represa não permitia mais novas ligações. Então, em 1965, ocorreu uma ação

conjunta entre a Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina e a população de Braço do Norte, sendo posteriormente construída uma subestação em Gravatal, com rede de transmissão vinda da Companhia Siderúrgica Nacional, de Tubarão (CERBRANORTE, s.d.).

Segundo dados da OCESC (2023), a CERBRANORTE possui 25.925 associados(as) e 93 trabalhadores(as).

#### **4.1.7 Sociedade Cooperativa de Eletrificação Rural de Grão-Pará – CERGAPA**

A Cooperativa de Eletricidade Grão-Pará (CERGAPA) foi fundada em fevereiro de 1962 por um grupo de 38 moradores da cidade de Grão-Pará (CERGAPA, s.d.).

Segundo dados da OCESC (2023), a CERGAPA possui 4.573 associados(as) e 32 trabalhadores(as).

#### **4.1.8 Cooperativa Fumacense de Eletricidade – CERMOFUL**

Foi fundada em 13 de novembro de 1963 por um grupo de 97 pessoas que se reuniram para transformar a Força e Luz São Roque em uma Cooperativa de Eletrificação. O primeiro presidente, Jorge Silva, conseguiu que os integrantes da Sociedade Força e Luz São Roque Limitada subscrevessem o capital social da empresa ao capital da recém-criada Cooperativa de Eletrificação Rural de Morro da Fumaça Limitada (CERMOFUL). A Força e Luz São Roque enfrentava dificuldades na manutenção dos serviços por não receber incentivos do governo devido à sua natureza jurídica (CERMOFUL, s.d.).

A formação da cooperativa trouxe aos consumidores uma melhoria na qualidade da prestação dos serviços e, ao mesmo tempo, aumentou o número de associados e a área de atuação, passando a atender também a outras localidades, como São Simão, em Criciúma, Pindotiba, em Orleans, e Rio Maior, em Urussanga (CERMOFUL, s.d.).

Em 16 de outubro de 2009, a cooperativa passou por uma Reforma no Estatuto Social, mudando sua razão social de Cooperativa de Eletrificação Rural de Morro da Fumaça Limitada para “Cooperativa Fumacense de Eletricidade” (CERMOFUL, s.d.).

A CERMOFUL tem sua área de atuação definida pela União Federal, com poligonais nos municípios de Criciúma, Içara, Cocal do Sul, Urussanga e Pedras Grandes.

Dados divulgados pela OCESC (2023) afirmam que a CERMOFUL tem um quadro com 16.444 associados(as) e 53 trabalhadores(as).

#### **4.1.9 Cooperativa de Eletrificação Rural de Paulo Lopes – CERPALO**

Fundada em 21 de maio de 1962, a Cooperativa de Eletrificação Rural de Paulo Lopes atende a cerca de 17.000 unidades consumidoras e 50.000 consumidores. Sua área de atuação compreende os municípios de Paulo Lopes, Imbituba, Garopaba e Imaruí. Em 2008, a CERPALO se tornou uma Permissionária de energia elétrica, passando, assim, a ser regulamentada e fiscalizada (CERPALO, s.d.).

Segundo dados da OCESC (2023), a CERPALO possui 20.880 associados(as) e seu quadro é de 69 trabalhadores(as).

#### **4.1.10 Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso – CERTREL**

No dia 27 de maio de 1962, foi fundada a Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso com Responsabilidade Ltda - CERTREL. Além de fundador, Modesto Carminatti foi o primeiro presidente da CERTREL, que hoje possui mais de 3.800 associados(as).

Para que a CSN fornecesse energia para a CERTREL, foram feitas duas exigências: levar a energia por meio da rede da Carbonífera Treviso com a devida autorização e comprar 3.000 quilowatts/mês, mesmo não conseguido consumir toda a energia.

Com a energia vieram os primeiros sinais de progresso, como a instalação de indústrias, o surgimento de novos moradores, casas comerciais, escolas, etc. (CERTREL, s.d.).

Segundo dados da OCESC (2023), a CERTREL possui 4.308 associados(as) e dispõe de 50 trabalhadores(as).

#### **4.1.11 Sociedade Cooperativa de Eletrificação Rural de Armazém – COOPERZEM**

A Cooperzem Distribuição, constituída em 1º de março de 1962 com o nome de Sociedade Cooperativa de Eletrificação Rural de Armazém (Cooperzem), surgiu para suprir a necessidade de fornecimento de energia elétrica para a população em geral, pois, anteriormente, esse fornecimento estava restrito à população urbana, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da região.

É uma cooperativa permissionária, do ramo de infraestrutura, de serviço público e que tem por objetivo o fornecimento de energia elétrica. É de responsabilidade da Cooperzem a construção, manutenção e operação das redes de distribuição, fornecendo toda assistência necessária à aproximadamente 8.000 unidades consumidoras.

Respeitando as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 24 de julho de 2009, a Cooperzem se dividiu em duas empresas: Cooperzem Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento, responsável pela geração de energia, e Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica.

Dados divulgados pela OCESC (2023) afirmam que a COOPERZEM possui 9.103 associados(as) e conta com uma força de trabalho composta por 49 trabalhadores(as).

#### **4.1.12 Cooperativa de Eletricidade Praia Grande – CEPRAG**

A Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - CEPRAG foi fundada no dia 02 de junho de 1963 com o objetivo de atender às comunidades agrícolas, ao comércio e às pequenas indústrias rurais que se instalaram na sua área de atuação, atendendo aos municípios de Praia Grande, São João do Sul e Passo de Torres.

Visando sempre a um melhor atendimento aos associados e consumidores, a CEPRAG mantém escritórios e equipes de trabalho em Praia Grande, São João do Sul e Passo de Torres e em Rosa do Mar, município de Passo de Torres. Sua administração é feita por um conselho, cujo presidente atual é o senhor Patrique Alencar Homem (CEPRAG, 2023).

Segundo dados da OCESC (2023), a CEPRAG possui 19.652 associados(as) e 105 trabalhadores(as).

#### **4.1.13 Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi – CERGAL**

Fundada em 17 de dezembro de 1961, a CERGAL tem sede na cidade de Tubarão e possui 31.703 associados(as), contando com uma força de trabalho de 80 trabalhadores(as) (OCESC, 2023).

#### **4.1.14 Cooperativa de Eletrificação Rural de Gravatal – CERGRAL**

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Gravatal surgiu em dezembro de 1961 a partir da necessidade de abastecer e servir Gravatal com energia elétrica que, até então, não tinha perspectiva de ser atendida pela Estatal Celesc, a qual detinha a concessão para exploração do serviço e não o fazia por ser área economicamente inviável.

Para a sua fundação, a CERGRAL dispunha de poucos recursos técnicos e financeiros. A mão de obra pesada foi efetuada por meio de mutirões realizados pelos fundadores; já a mão de obra técnica e os materiais necessários foram cedidos pela empresa criada pelo governo da época.

Em outubro de 1964, ocorreu a inauguração da distribuição de energia pela CERGRAL à sede do Município, bem como a Tiradentes e Termas do Gravatal (CERGRAL, s.d.).

Segundo dados da OCESEC (2023), a CERGRAL possui 8.998 associados(as) e 34 trabalhadores(as).

#### **4.1.15 Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA**

Em 1939, o município de Içara era um vilarejo, que pertencia a Criciúma. A energia elétrica era fornecida por Antônio Rossi Fermo, proprietário de uma serraria. A energia era produzida por uma caldeira, a qual mantinha um gerador que supria a população e a iluminação pública até às 22 horas, porém logo essa produção não foi mais suficiente para suprir as necessidades do desenvolvimento da cidade. Então, em 1957, foi criada a sociedade Força e Luz Içarense Ltda.

Em 1961, o então distrito de Içara se emancipou de Criciúma e, em 1963, foi constituída a Cooperativa Aliança (COOPERALIANÇA, s.d.).

Segundo dados da OCESEC (2023), a COOPERALIANÇA possui 46.416 associados(as) e seu quadro é de 110 trabalhadores(as).

#### **4.1.16 Cooperativa de Eletrificação Rural de São Ludgero – CEGERO**

A Cooperativa de Eletrificação Rural de São Ludgero (CEGERO) foi fundada em 1963 e trouxe o desenvolvimento para o município de São Ludgero. A CEGERO iniciou suas atividades em 09 de agosto de 1963 por meio da cooperação de 162

associados que necessitavam de energia elétrica em suas propriedades rurais, bem como de melhorias nas poucas redes já existentes (SCHLICKMANN, 2016).

Hoje, a Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero distribui energia elétrica para aproximadamente 5.271 associados(as) e tem em seu quadro 39 trabalhadores(as) (OCESC, 2023).

#### **4.1.17 Cooperativa de Eletrificação Rural de Cocal do Sul – COOPERCOCAL**

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Cocal do Sul (CERCOCAL) foi fundada no dia 2 de março de 1964, tendo como primeiro presidente o senhor Venícios Búrigo e 87 sócios-fundadores. Nesse momento, era necessário um local para ser a sede da Cooperativa, a qual foi improvisada em uma sala na firma da família Búrigo.

Em dezembro de 1973, foi inaugurada a primeira sede própria e, em 1978, foi realizada uma reforma e ampliação juntamente com a construção da sede, que algum tempo depois, em março de 2001, foi substituída por uma nova sede, a qual atendia às necessidades da população daquela época (COOPERCOCAL, s.d.).

Segundo a OCESE (2023), a COOPERCOCAL possui 16.388 associados(as) e possui em seu quadro 83 trabalhadores(as).

#### **4.1.18 Cooperativa de Eletrificação Rural de Anitápolis – CERAL**

Em junho de 1967, no município de Anitápolis, foi constituída a Cooperativa de Eletrificação Rural de Anitápolis, com o objetivo de produzir, transmitir e distribuir energia elétrica para uso domiciliar e industrial, podendo, no entanto, realizar a transmissão e distribuição ou somente a distribuição (CERAL, s.d.).

Com a regulamentação do setor elétrico, em meados de 1997, a CERAL-Anitápolis, por meio de sua direção e de seus associados, decidiu se tornar uma permissionária de distribuição de energia elétrica. Então, em agosto de 2008, foi assinado o contrato de prestação de serviços públicos no Governo Federal, por meio de sua Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A CERAL-Anitápolis atende à sua poligonal, que abrange os Municípios de Anitápolis e Santa Rosa de Lima (CERAL, s.d.).

Segundo dados da OCESE (2023), a CERAL possui 4128 associados(as) e possui em seu quadro 28 trabalhadores(as).

#### **4.1.19 Cooperativa Mista Lauro Müller Ltda – COOPERMILA**

Em 14 de dezembro de 1971, agricultores de diversas localidades do município deliberaram pela fundação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Lauro Müller Ltda – CERLAM. As informações a seguir mostram os principais eventos que ocorreram desde a sua fundação até os dias atuais.

Na década de 1970, houve a construção das redes de distribuição nas localidades de Novo Horizonte e Rocinha. O projeto foi executado com a participação do governo estadual, por intermédio da ERUSC – Eletrificação Rural de Santa Catarina S/A. Em 1975, 1976 e 1977, novos auxílios foram angariados na ERUSC para a execução de outros empreendimentos, resultando na construção das redes de distribuição para atender às localidades de Lageado, Vargem Grande, Rio Capivaras Alto, Rio Amaral, Rio Amaral Gruta, Santa Rosa e Rio Queimado.

Nos anos de 1980, foram implantadas redes de distribuição, melhorando, dessa forma, a arrecadação da Cooperativa e possibilitando melhores condições de atendimento. A construção da sede própria abrangeu uma área construída de 150 m<sup>2</sup>. Houve a aquisição de um caminhão Ford-11.000, acoplado com guindaste *munch*, e a ampliação e energização das comunidades de Morro da Palha e Palermo.

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Lauro Müller Ltda (CERLAM), em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de novembro de 1985, diversificou suas atividades, passando a atuar como Cooperativa Mista e com a denominação social de Cooperativa Mista Lauro Müller Ltda – COOPERMILA. No final dos anos 80, houve a extensão do benefício às comunidades de Rio da Vaca, Morro Preto, Rio do Rastro e Rio Apertado.

Nos anos 2000, alguns eventos ocorreram, como a aquisição de religadores para a utilização no sistema de distribuição para melhorar a qualidade dos serviços. Nesse período, a COOPERMILA se integrou na luta pela regulamentação como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Foi comprado um lote urbano na Rua Valdir Cotrin para a futura instalação de setor de atendimento.

Uma boa notícia foi que a ANEEL, por meio de resolução normativa, definiu os critérios para fixação das tarifas iniciais de suprimento e fornecimento às cooperativas permissionárias. A cooperativa assinou o contrato com a CELESC, definindo as áreas de atuação da permissão de distribuição de energia elétrica.

Em 2006, o programa de recuperação das redes de distribuição foi implantado, tendo como prioridade a reconstrução dos alimentadores (linha tronco), com deslocamento para as margens das estradas. Já em dezembro de 2007, foram concluídas as obras do novo galpão do almoxarifado e garagem da COOPERMILA.

Houve a ampliação do convênio assistencial (criação de atendimento médico e odontológico), a intensificação da melhoria em redes de distribuição, o início da aplicação das novas tarifas aos associados a partir do faturamento de maio de 2008 (dois mil oito), cuja redução alcançou 48,42% (quarenta e oito vírgula quarenta dois por cento), as quais ficaram menores que as anteriores, resultantes da assinatura do contrato de permissão para distribuição de energia elétrica com o poder concedente (ANEEL).

O desenvolvimento da cooperativa acompanhou as mudanças na sociedade a partir de algumas ações: a implantação da emissão de fatura de energia instantânea; o início da manutenção preventiva das redes de distribuição, minimizando desligamentos e interrupções no fornecimento; a ampliação da sede social; e a instalação de religadores. Também houve a Certificação de Autogestão do Cooperativismo Catarinense (CACC); a aquisição de estações transformadoras de distribuição, que foram implantadas em pontos críticos da distribuição, marcando ganho na qualidade; a mudança no estatuto; e a ampliação das redes de alta tensão nas localidades de Lageado, Palermo, Rio da Vaca e Rio Capivaras Alto.

Em 2021, o ano do cinquentenário da Cooperativa ficou marcado pela realização e participação no Leilão de Compra de Energia no Mercado Livre, que resultou exitoso, garantindo o fornecimento da energia elétrica a ser distribuída pela COOPERMILA para os próximos 15 anos.

Segundo dados da OCESC (2023), a COOPERMILA possui 1.095 associados(as) e 11 trabalhadores(as) em seu quadro de funcionários.

Além das Cooperativas, o sistema de energia elétrica de Santa Catarina conta com empresas privadas, conforme descreve o quadro 5:

Quadro 10 - Distribuição das empresas privadas de energia elétrica de Santa Catarina

<b>FUNDAÇÃO</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>CIDADE</b>
1944	Empresa Força e Luz Urussanga Ltda	Urussanga
1957	Diamante Geração de Energia	Capivari de Baixo
1962	Empresa Força e Luz João Cesa Ltda	Siderópolis
1969	CGT Eletrosul	Capivari de Baixo
1990	Comercial Elétrica Sul	Turvo

2003	CYMI O&M Ltda	Forquilha
2003	Hidrelétrica Jelu Ltda	Anitápolis
2004	Central Ger. Hid. Barro Branco Ltda - ME	Orleans
2004	Geradora de Energia Nova Fatima S.A.	Santa Rosa de Lima
2004	Geradora de Energia Rio Fortuna S.A.	Rio Fortuna
2004	Geradora de Energia São Mauricio S.A.	Brusque
2005	HPF - Prestadora de Serviços Ltda	Tubarão
2006	Central Geradora Hidrelétrica JE Ltda	Tubarão
2007	AGELUZ - Instalações Elétricas Ltda	Turvo
2007	PCH Santa Rosa	Santa Rosa de Lima
2008	Pequena Central Hidr. Teodoro Schlickmann	Braço do Norte
2013	Treze de Maio Geração Energia Ltda EPP	Treze de Maio
2016	Consórcio Operação e Geração Catarinense	Florianópolis
2018	EDP Transmissão Aliança SC S.A.	São Paulo
2018	EDP Transmissão Litoral Sul	São Paulo
2020	Ilumina Içara S.A.	Içara

Fonte: Elaborado a partir de SINTRESC (2023).

O setor elétrico integra, para além das cooperativas, dois tipos de empresas com natureza jurídica distinta, a pública ou a privada. Nesse momento, a única empresa de caráter público no estado de Santa Catarina é a CELESC. Na sequência, apresentaremos um breve histórico dessa empresa.

#### **4.1.20 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC**

Com o intuito de implementar uma política unificada de distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, em 1956, o então Governador Irineu Bornhausen, por meio do Decreto Estadual nº 22, criou a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), com o objetivo de planejar, construir e explorar o sistema de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina. O número de unidades consumidoras, que era 35 mil em 1956, passou a ter 3 milhões em 2018. A CELESC atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia desde 1955, o ano de sua fundação. No ano de 2006 foi organizada gerencialmente como uma Holding, com duas subsidiárias a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A.

Integrando atualmente o cenário entre as melhores empresas de energia elétrica do país, a CELESC tem participação acionária em diversas outras empresas, e, a cada dia amplia seu capital social, o qual em 2011 era de aproximadamente R\$ 1.017.700.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137

ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto. Este contexto econômico, social e patrimonial histórico faz da CELESC uma companhia promissora e bem sucedida no setor elétrico nos âmbitos nacional e internacional. (GAVAZZONI, SIEWERT, MARCELLINO JR, 2012).

Na década de 1950, poucas pessoas tinham acesso à energia elétrica, que era distribuída de forma racionada, conforme menciona o

Plano Regional de Eletrificação de Santa Catarina do Governo Jorge Lacerda, documento produzido pela Companhia Brasileira de Energia, em 1957, relata que "em setembro de 1956, chegou a vigorar na cidade de Joinville o seguinte regime de racionamento: nos dias úteis, o fornecimento de energia era suspenso entre 6 e 11 horas na parte da manhã, e entre 13 e 18 horas na parte da tarde; nos domingos e feriados, a suspensão se dava entre às 6 e 17 horas, na falta dos suprimentos de Capivari (Usina Termelétrica)". Naquele ano, a Celesc atendia apenas 16 municípios, incluindo cidades como Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville e Mafra (CELESC, s.d.).

Quadro 11 – Principais eventos na história da Celesc

<b>Década</b>	<b>Principais eventos</b>
<b>50</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 9 de dezembro de 1955 - Decreto Estadual n. 22 de Criação da Empresa;</li> <li>✓ 30 de janeiro de 1956 - Nomeação de Júlio Coelho de Souza como 1º Presidente;</li> <li>✓ 11 de abril de 1956 - Edição do Decreto 39.015 – Autorização de funcionamento da Empresa por Juscelino Kubitschek;</li> <li>✓ 31 de julho de 1956 - 1ª reunião de Diretoria, com primeiras providências;</li> <li>✓ 4 de agosto de 1956 - Efetiva instalação da Empresa por Assembleia Geral.</li> </ul>
<b>60</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 1961 e 1962 – subsidiárias - Cia. Pery de Eletricidade S.A., Cipel, a Cia., Cioeste, Cosel e a Empresa Força e Luz de Santa Catarina S.A.</li> <li>✓ 1962, operava em 39 cidades, com mais de 87 mil consumidores, presente nos maiores municípios catarinenses: Florianópolis, Joinville e Blumenau.</li> <li>✓ 1963 - aprova a incorporação de todas as suas sete subsidiárias. A sede administrativa da Celesc passa a funcionar na rua Frei Caneca, no bairro Agrônômica, em Florianópolis;</li> <li>✓ 1963 e 1967 - inaugura cinco usinas hidrelétricas: Garcia (em Angelina), Celso Ramos (Faxinal dos Guedes), Palmeiras (Rio dos Cedros), Pery (Curitibanos) e Governador Ivo Silveira (Campos Novos);</li> <li>✓ 1966, é criado, em parceria com a Sotelca (hoje Termelétrica Jorge Lacerda), o CATI – Centro de Aprendizagem e Treinamento de Ilhota, embrião do Centro de Aperfeiçoamento e Treinamento da Empresa (CEFA).</li> </ul>

70	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 1968 a 1973 - anexou cerca de 50 municípios à sua área de atendimento e chegou ao final de 1974 com 300 mil consumidores;</li> <li>✓ 1973 - incorporou os serviços de distribuição de energia elétrica do município de Laguna, o sistema UTE (Sul do Estado) e a Companhia Bom Sucesso de Eletricidade (Caçador);</li> <li>✓ 1973 - a Empresa ingressa no mercado financeiro e torna-se empresa de capital aberto, com ações negociadas na Bovespa;</li> <li>✓ 1974 - inicia o processo de incorporação da empresa Força e Luz de Chapecó S.A.;</li> <li>✓ 1974 - contrato para interligação e fornecimento de energia elétrica entre a Celesc, Eletrosul, Cia. Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE) e a Cia. Paranaense de Energia Elétrica (Copel);</li> <li>✓ Construção das subestações Itajaí Salseiros e Camboriú, conectadas por meio da linha de transmissão SE Itajaí Salseiros-SE Camboriú, e as subestações Videira e Caçador, no Oeste, interligadas pela linha de transmissão SE Videira-SE Caçador;</li> <li>✓ 1978 - recapacitado o sistema Tronco Norte (construído na década anterior), que passou da tensão 69 kV para 138 kV.</li> </ul>
80	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 1980 atingiu a marca histórica de meio milhão de clientes. Nove anos depois, em setembro de 1989, a Empresa registrava atendimento a um milhão de clientes;</li> <li>✓ Energia para a Capital, implantou o sistema de 69kV para atendimento à Ilha de Santa Catarina;</li> <li>✓ 1986 – a Subestação Trindade (energizada em 1981) passaria a operar em 138 KV;</li> <li>✓ 1980 - foram incorporadas as empresas Eletricidade Luz e Força de Araranguá S.A., as cooperativas de eletrificação rural Vale do Chapecó, Vale do Itajaí e Vale do Rio do Peixe, a Cia. Docas de Imbituba e a Força e Luz de Criciúma S.A.;</li> <li>✓ 1984 - o Extremo Oeste foi beneficiado com a ampliação da capacidade do sistema de distribuição, com a recapacitação da Linha de Transmissão e Subestação Pinhalzinho de 69 para 138 kV;</li> <li>✓ 1987 - confirmando o seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico de Santa Catarina, a Celesc incorporou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina – ERUSC.</li> </ul>
90	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 1990 - construção das linhas de transmissão entre as subestações Blumenau, Guaramirim e Jaraguá do Sul, em 138 kV, fechando o anel elétrico em Joinville; o segundo circuito para atendimento à Ilha de Santa Catarina; o entroncamento com a Subestação Campos Novos, do sistema Eletrosul, e a implantação do Sistema Digital de Supervisão e Controle;</li> <li>✓ 1993 - novo marco regulatório do Setor Elétrico Nacional, visando promover a modicidade tarifária e a segurança do abastecimento;</li> <li>✓ Final da década de 90 - iniciou o processo de participação societária em outras empresas de infraestrutura como acionista minoritária. São daquela época as participações na Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE, Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Companhia de Água e Saneamento – CASAN, Machadinho</li> </ul>

	Energética S.A. – MAESA e Energética Campos Novos S.A. – ENERCAN.
2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 2004 - dois milhões de clientes. Em 2018, três milhões de catarinenses passaram a ser atendidos pela companhia;</li> <li>✓ 2006 - estruturada como <i>holding</i>, com duas subsidiárias integrais, a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A., mantendo participações nas empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica - ECTE, Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN e Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., além de outras pequenas participações acionárias;</li> <li>✓ 2007 - a <i>holding</i> adquiriu o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, empresa detentora da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994 e com prazo de vigência de 50 anos.</li> </ul>

Fonte: Organizado pelo autor a partir de dados do *site* <https://www.celesc.com.br/home/historia> (2022).

No que se refere a gestão da CELESC ocorreram mudanças no controle acionário nas três últimas décadas impulsionadas pela legislação do setor que foi sendo alterada à partir da década de 1990 até a compra de ações pela EDP Energias do Brasil S.A. que atualmente é a maior acionista da companhia. (TEODORO, 2006)

A partir da Lei das Concessões nº 8.987 de 13.02.1995 que propõe a desestatização do governo federal à partir do processo de privatização, ocorreram mudanças como a extinção gradual do monopólio no setor elétrico modificando a organização acionária da CELESC. (TEODORO, 2006)

Nesse contexto, o governo do Estado de Santa Catarina criou a empresa SC Participação e Investimentos S/A – INVESC, objetivando a captação de recursos por meio do mercado acionário à partir da criação de debêntures permutáveis por ações da CELESC. Nesse momento foram disponibilizados 10 mil debêntures no valor de R\$ 100 milhões. (CELESC 1995)

A Lei nº 4.062, de 22.11.1995, promulgada pela Assembleia Legislativa Estadual, permitiu a transferência da participação do Estado nas Ações Ordinárias da CELESC para a INVESC, o que reduz substancialmente seu controle acionário que era 80% passando para 50,8%. (TEODORO, 2006)

O sistema PREVI (Caixa de Previdência do Banco de Brasil) foi o maior beneficiário com 12,6% das Ações Ordinárias, e em 1996 passa a participar do Conselho de Administração e Fiscal da CELESC. O ano de 2017 essas ações foram compradas pela EDP Energias do Brasil S.A. (TEODORO, 2006)

Atualmente a empresa tem a composição acionária estruturada da seguinte forma:

Quadro 12: Controle acionário CELESC, 2023.

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ESTADO DE SANTA CATARINA	7.791.010	50,18%	191	0,00%	7.791.201	20,20%
EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A.*	5.140.868	33,11%	6.390.720	27,73%	11.531.588	29,90%
FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL – CELOS	1.340.474	8,63%	230.800	1,00%	1.571.274	4,07%
GERAÇÃO L.PAR FUNDO DE INVESTIMENTO	460.600	2,97%	2.880.001	12,50%	3.340.601	8,66%
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS – ELETROBRAS *	4.233	0,03%	4.142.774	17,98%	4.147.007	10,75%
ALASKA POLAND FIA	0	0,00%	3.534.800	15,34%	3.534.800	9,16%
OUTROS	789.952	5,09%	5.865.168	25,45%	6.655.120	17,25%
TOTAL	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Fonte: CELESC, 2024.

A mobilização popular bem como a pouca intervenção do Estado na gestão da companhia mantiveram a CELESC pública e continuou trabalhando para que o Estado de Santa Catarina atingisse 100% de seu território eletrificado na década de 2000. Foi nesse período também que o sistema passou a ser interligado à partir da criação do Sistema Interligado Nacional (SIN). (MORAES, 2022)

Mesmo que o maior acionista seja a EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A., o Estado de Santa Catarina detém o controle da CELESC, por possuir 50,18% das ações ordinárias, fazendo com que ela permaneça como empresa pública.

#### 4.1.21 Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda – CTJL

Com o objetivo de minimizar os problemas da falta constante de energia elétrica no Brasil e, conseqüentemente, em Santa Catarina, em 1957, foi criada a Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A. (SOTELCA), empresa responsável pela construção de uma termoelétrica na cidade de Capivari de Baixo, a qual inaugurou, em 1965, a Usina Termoelétrica Jorge Lacerda.

Em 1968, a partir da constituição da ELETROSUL, foram incorporadas várias unidades geradoras e transmissoras, incluindo a SOTELCA, em 1971.

Em 1997, a ELETROSUL foi dividida em duas empresas: a Gerasul, responsável pelas unidades geradoras, e a Eletrosul, responsável pelas linhas de transmissão. Em 1998, a Gerasul foi vendida para a Tractebel, que assumiu a Usina Termoelétrica Jorge Lacerda (GOULARTI FILHO; MORAES, 2004).

A Usina Termoelétrica Jorge Lacerda consome apenas o carvão catarinense, é o maior complexo termoelétrico a carvão da América Latina, com potência instalada de 857MW e representa 1,54% da energia gerada do País. A energia produzida por ela atualmente chega até o estado de São Paulo.

A geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, atualmente, configura-se em um complexo sistema forjado historicamente por iniciativas locais, simples e vindas da necessidade da população e das comunidades em sua vida diária.

A organização do sistema de energia elétrica brasileiro perpassa hoje por cooperativas, empresas privadas e empresas públicas, as quais atendem às demandas da sociedade e à sua evolução, pois produzir energia e disponibilizá-la vai além do conforto pessoal e se configura como uma questão de sobrevivência, considerando a abrangência que esse segmento tem hoje na sociedade.

A organização das empresas descritas imprime à região sul de Santa Catarina uma condição diferenciada no que diz respeito à sua pluralidade, seja na natureza das atividades ou na natureza jurídica dessas empresas. Essa diversidade reflete uma atuação diferenciada do SINTRESC em relação aos(às) trabalhadores(as) por ele representado. Conforme descreve Luiz Antônio Barbosa (2023), ex-presidente do SINTRESC.

A base do SINTRESC é muito eclética do ponto de vista da relação contratual de seus representados. A diversidade da natureza jurídica e técnica das empresas da base territorial do sindicato abrange todos os segmentos do sistema elétrico. Essa pluralidade de segmentos que vai da geração (Diamante) a distribuição (Celesc, Cooperativas de e Empresas de Força e Luz), passando pela transmissão e empresas prestadoras de serviços, é sensivelmente refletida na diversidade de relações e condições de trabalho, influenciadas principalmente pela governança corporativa de cada empresa. Do ponto de vista do regime jurídico na base sindical do SINTRESC é formada por empregados de empresas de economia mista com controle público, Sociedades Anônimas (S.A.) e Sociedades Limitadas (Ltda) com objetivo de geração de lucros, como também as Cooperativas que nasceram pela associação de pessoas com interesses e necessidades comum, sem fins lucrativos. Toda essa diversidade impõe desafios constantes aos dirigentes sindicais, pois cada segmento tem suas próprias demandas o que exigem adaptação, conhecimento e entendimento das reais necessidades de cada grupo de empregados, bem como as características e a realidade da empresa. Essa diversidade também se reflete nas condições de trabalho, níveis salariais e benefícios estabelecidos em convenções e acordos coletivos firmados com cada uma das empresas. Ao longo dos anos, o grande objetivo sindical é diminuir as diferenças salariais, de benefícios e condições de trabalho entre os segmentos, com base no que há de melhor em cada empresa, respeitando a cultura e a condição econômica de cada uma.

Considerando esse depoimento, destaca-se que a heterogeneidade das empresas do setor elétrico da região sul de Santa Catarina determina formas e resultados diferentes no que se refere ao trabalho desempenhado pelo SINTRESC em relação aos seus representados.

## 5 SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SINTRESC)

Historicamente, a classe trabalhadora precisa ser representada quanto ao ganho, à manutenção e às conquistas de novos direitos trabalhistas, que, no interior da sociedade de produção, vêm ganhando cada dia mais complexidade, impulsionada por novas legislações, conexões, tipo de trabalho e relações profissionais. Para que seja possível o equilíbrio entre patrões e empregados, meios de produção e demais segmentos, os quais integram esse contexto do mundo do trabalho, foi que emergiram os sindicatos, os quais, hoje, possuem uma estrutura hierárquica. Em 2015, o Brasil possuía 11.173 sindicatos, distribuídos em todo o território nacional, representando cerca de 50 milhões de trabalhadores. Além de organizar e defender os direitos dos trabalhadores, o movimento sindical brasileiro também protagoniza ações na política nacional, como, por exemplo, em sua atuação no combate à ditadura e na luta pela redemocratização do Estado brasileiro, em campanhas pela anistia, em eleições diretas para presidente, bem como na convocação de uma assembleia constituinte (DIEESE, 2015).

No Brasil há 16.491 organizações. Dessas, 15.892 são sindicatos, 549 são federações, 43 são confederações e sete são centrais sindicais. Das 16.491 organizações, 5.251 representam os empregadores e 11.240 representam os trabalhadores, sendo 10.817 sindicatos representando os trabalhadores (CAMPOS, 2016).

Tabela 1 - Perfil dos sindicatos dos trabalhadores no Brasil (2016)

Área	Quantidade de sindicatos	%
Rural	2.831	26,2
Urbana	7.986	73,8
<b>Total</b>	<b>10.817</b>	<b>100,0</b>

Região		
Norte	729	6,7
Nordeste	2.924	27,0
Sudeste	3.578	33,1
Sul	2.572	23,8
Centro-Oeste	1.013	9,4
Não informado	1	0,0
<b>Total</b>	<b>10.817</b>	<b>100,0</b>
Tipo		
Empregados privados	4.692	43,4
Rurais	2.831	26,2
Empregados públicos	1.882	17,4
Categorias diferenciadas <sup>1</sup>	498	4,6
Outros	914	8,5
<b>Total</b>	<b>10.817</b>	<b>100,0</b>
Abrangência		
Local (município)	5.414	50,1
Intermunicípios	3.279	30,3
Regional (estado)	2.002	18,5
Interestados	85	0,8
Nacional	37	0,3
<b>Total</b>	<b>10.817</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Brasil (2015).

Para serem representados pelos sindicatos, os trabalhadores precisam se filiar voluntariamente. A representatividade é organizada com base territorial, bem como pelo segmento da empresa no cenário nacional. Sendo assim, presume-se que os sindicatos tenham a abrangência de 107,2 milhões de trabalhadores no território nacional, o que indica a aproximação do trabalhador com o sindicato no País (CAMPOS, 2016).

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC) foi fundado em 31 de dezembro de 1967, sendo inicialmente denominado Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Energia Termoelétrica de Tubarão, chancelado pelo Ministério do Trabalho em 18 de março de 1968. Em seguida, foi denominado Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Termoelétrica de Tubarão (SINTRINETE) e somente em junho de 1992 foi oficialmente denominado SINTRESC.

Apesar de toda essa conjuntura desfavorável a quaisquer manifestações reivindicatórias de direitos constitucionais, em 31 de dezembro de 1967, um grupo de pessoas formou a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Energia Termoelétrica de Tubarão. Érico Knabben, nascido na localidade de Travessão, divisa de Braço do Norte e Gravatal, funcionário da Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A. (SOTELCA) desde 1º de dezembro de 1957, foi o responsável pela abertura da

Associação. Érico era químico industrial, formou-se em Curitiba e veio fazer estágio na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Antes mesmo de a Associação estar oficialmente criada, o presidente da entidade enviou correspondência ainda em 15 de dezembro de 1967 à diretoria da SOTELCA sobre a mais nova entidade representativa dos trabalhadores. Não só o fez como aproveitou a oportunidade para solicitar que a Sociedade procedesse o desconto de contribuição mensal dos trabalhadores que viessem a se associar à entidade. Em resposta, em 23 de janeiro de 1968, 23 dias após a fundação, o então presidente da SOTELCA, engenheiro Benjamin Mário Baptista, respondeu ao comunicado dos trabalhadores, rasgando elogios pela atitude e prometendo-lhes todo o apoio possível. Também assegurou, conforme documento abaixo, que “[...] tão logo essa Associação se converta no sindicato, para cujo fim foi fundada [...]”, não haverá a menor dúvida do atendimento ao pedido (SOTELCA, 1968).

**Figura 3** – Correspondência da SOTELCA em resposta ao comunicado dos trabalhadores

SOCIEDADE TERMOELÉTRICA DE CAPIVARI S. A. — SOTELCA  
Caixa Postal 38 — TUBARÃO — Santa Catarina  
End. Teleg.: SOTELCA

DSA-127/68  
DP-018/68

Tubarão, 23 de janeiro de 1968

Ilmos. Srs. Diretores da  
Associação Profissional dos  
Trabalhadores na Indústria da Energia Elétrica de Tubarão  
N e s t a

Prezados Senhores:

Acuso recebida a carta de 15 de Dezembro do ano findo e agradeço a comunicação dela constante, referente a fundação da "Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Tubarão".

Valho-me da oportunidade, para em meu nome pessoal e no da Diretoria da SOTELCA, formular votos de pleno êxito aos organizadores e membros da Diretoria da Associação, cuja eventual transformação em Sindicato de classe, virá certamente a contribuir positivamente para a crescente melhoria dos atuais excelentes níveis de relações, existentes entre funcionários e Diretores da SOTELCA.

No que diz respeito ao desconto em fôlha de pagamento, das mensalidades dos seus associados, cabg-nos dizer que não haverá a menor dúvida em a tanto se proceder tao logo essa Associação se converta no Sindicato, para cujo fim foi fundada.

Por ora, porém, enquanto essa transformação não se opera, e os descontos seriam especificamente a favor da Associação, deverá o assunto merecer estudo por parte do Sr. Diretor-Financeiro desta empresa, uma vez que já se efetua o desconto, em fôlha de pagamento, das mensalidades atribuídas à ASES.

Com a natural atenção, pois, retornaremos a V. Sas., sôbre o assunto, na devida oportunidade.

Atenciosamente  
SOCIEDADE TERMOELÉTRICA DE CAPIVARI S. A. — SOTELCA  
*B. M. Baptista*  
Eng.º E. Energia Elétrica  
Presidente

A/JC.

Inscr. no Cadastro Gerat de Contribuintes do Ministério da Fazenda n.º 86.429.542

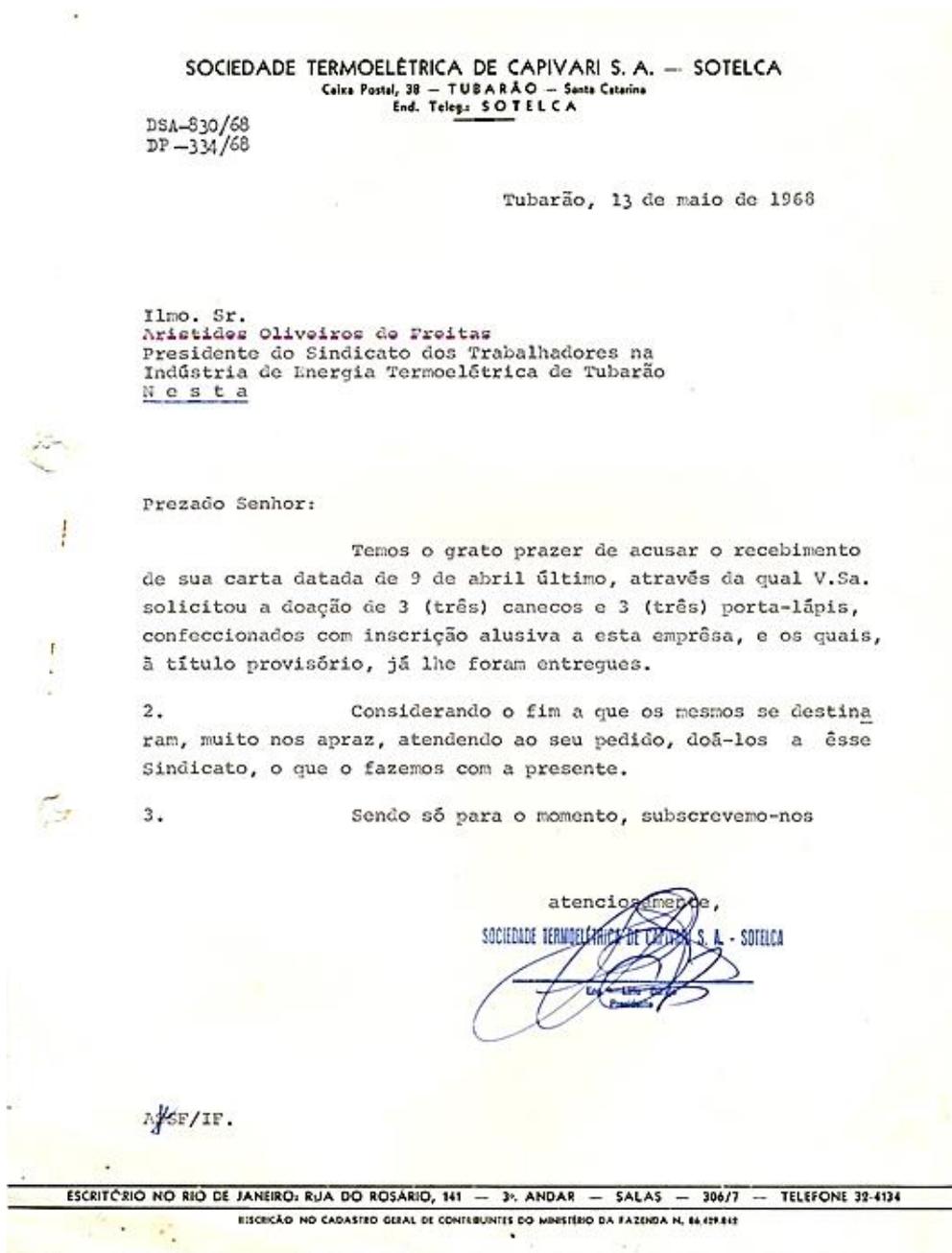
---

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO: RUA DO ROSÁRIO, 111 — 3.º ANDAR — SALAS — 316/7 — TELEFONE 32-1131

Fonte: Acervo documental do SINTRESC (1968).

O início do Sindicato foi de inúmeras dificuldades enfrentadas até mesmo para fazer as ações mais básicas. Em 13 de maio de 1968, a SOTELCA, já sob outro presidente, Lírio Búrigo, respondeu a um pedido do recém-formado sindicato, o qual foi encaminhado em 9 de abril daquele ano, para que a empresa doasse à entidade três canecos e três porta-lápis com inscrição alusiva à SOTELCA.

**Figura 4** – Carta-resposta enviada pela SOTELCA ao Sindicato



Fonte: Acervo documental do SINTRESC (1968).

Se a nova entidade carecia de recursos para subsistência e para melhor representar seus associados, o salário dos empregados da SOTELCA também não ajudava, pois era baixo para os padrões da época. Por esse motivo e também pela própria conjuntura político-econômica daquele momento, iniciou-se aí uma filosofia assistencialista dentro da entidade, tendência que prevaleceria até a década de 1990.

Há dezenas de registros de manifestações que denotam esse espírito assistencialista do Sindicato, mas destaco apenas algumas. Em 10 de maio de 1968, o Conselho Fiscal se reuniu por solicitação verbal do presidente Manoel Rocha para avaliar a possibilidade de o “[...] sindicato arcar com despesa de NCR\$ 2,5 mil para compra de material escolar para assistência educacional” (SINTRESC, 1968).

Em todo início de ano, o SINTRINETE literalmente “raspava o fundo do cofre” para comprar material escolar para os filhos dos associados que necessitassem de ajuda. A necessidade de cada família era avaliada e comprovada diretamente pela diretoria.

No mesmo mês de maio de 1968, no dia 30, o mesmo Conselho se reuniu para avaliar “[...] a compra do que for necessário para montar uma barbearia e a contratação de um barbeiro” (SINTRESC, 1968). A ideia era montar uma barbearia em Tubarão, cuja finalidade era “[...] prestar assistência à higiene corporal dos associados e dependentes [...]”, como consta na ata (SINTRESC, 1968). Levantou-se que de imediato precisaria contrair um gasto de NCR\$ 800 para a montagem, que teria uma despesa mensal de NCR\$ 190. O Conselho Fiscal também deu parecer favorável. Mais tarde, em outubro daquele mesmo ano, o Conselho avalizou o contrato de locação de uma sala para a instalação da barbearia. O Sindicato também oferecia ajuda aos associados por meio de compras em açougue, padaria e farmácia. No final da década de 1980 e início da década de 1990, a crise nacional, somada à renovação do quadro de dirigentes, pôs fim ao ciclo assistencialista do SINTRINETE.

Em 1993, o SINTRESC se filiou à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e hoje representa cerca de 2 mil eletricitários e aposentados que integram a ELETROSUL, CELESC, Força e Luz e Cooperativas de Eletrificação Rural. Ana Maria Tancredo foi a primeira mulher a se filiar e a única presidente do sexo feminino. O primeiro homem a se filiar foi José Pedro Martins. Atualmente, o SINTRESC é administrado por uma diretoria eleita pelos trabalhadores a cada três anos e possui 22 diretores (SINTRESC, 2022).

O SINTRESC tem como princípios a garantia da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias. Ele considera que a classe trabalhadora tem na unidade um dos pilares básicos que sustentará suas lutas e conquistas e a solidariedade com todos

dessa classe. As atividades do sindicato se constituem em democratizar as relações de trabalho, lutar pelo contrato coletivo de trabalho, desenvolver, organizar e apoiar as ações que visem a melhores condições de vida e trabalho, lutar para a superação da estrutura sindical corporativa, defender e apoiar a ampliação das liberdades democráticas, promover a solidariedade entre os trabalhadores e defender o direito da organização nos locais de trabalho (SINTRESC, 2022).

## 5.1 TRABALHADORES DO SETOR ELÉTRICO DO SUL CATARINENSE VINCULADOS SINTRESC

A flexibilização dos direitos trabalhistas é uma realidade no cotidiano dos trabalhadores e expressa a disputa com o capital, que moderniza e modifica a realidade social, levando o trabalhador a acumular prejuízos aos direitos laborais ao longo da história. Nesse sentido, é preciso garantir a dignidade do trabalhador como um direito conquistado, considerando que já não é mais reconhecido, *a priori*, como digno (OLIVEIRA, 2016).

Para assegurar os direitos dos trabalhadores e pacificar as relações entre eles e os patrões, a Organização Internacional do Trabalho definiu, na Convenção nº 154, a expressão “negociação coletiva”, que

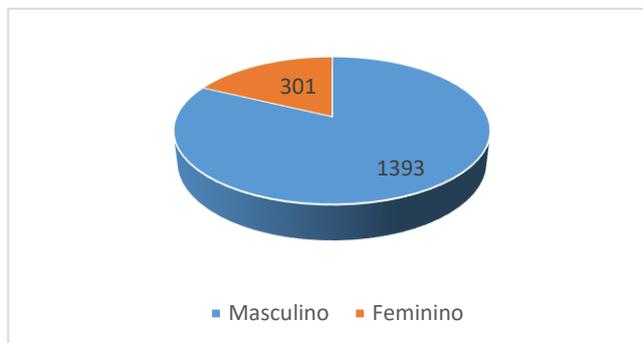
[...], compreende todas as negociações que tenham lugar entre, de uma parte, um empregador, um grupo de empregadores ou uma organização ou várias organizações de empregadores, e de outra parte, uma ou várias organizações de trabalhadores; com o fim de: a) Fixar as condições de trabalho e emprego; b) Regular as relações entre empregadores e trabalhadores; c) Regular as relações entre os empregadores ou suas organizações e uma ou várias organizações de trabalhadores, ou alcançar todos estes objetivos de uma só vez (OIT, 1981, Art. 2).

Nesse processo, conforme a Constituição Federal de 1988, “[...] cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria” (BRASIL, 1988, Art. 8).

O SINTRESC integra a Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina (INTERCEL) e a Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil (INTERSUL), configurando-se em instâncias representativas dos trabalhadores vinculados às empresas CELESC, CGT ELETROSUL e Engie.

Os trabalhadores representados pelo SINTRESC totalizam 1694, sendo em sua maioria do sexo masculino, conforme o gráfico 1 abaixo.

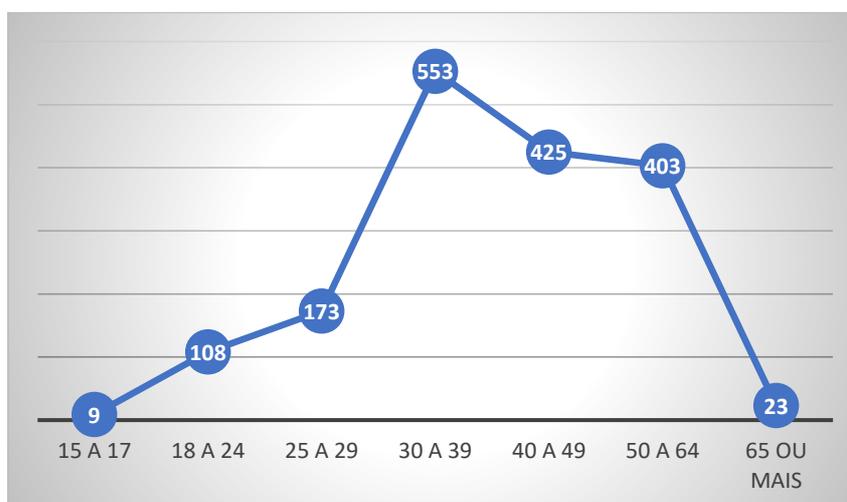
**Gráfico 1-** Distribuição dos trabalhadores – base SINTRESC por sexo (2020)



Fonte: RAIS (2022).

Observa-se que a maior massa de trabalhadores tem entre 30 a 64 anos, conforme gráfico 2.

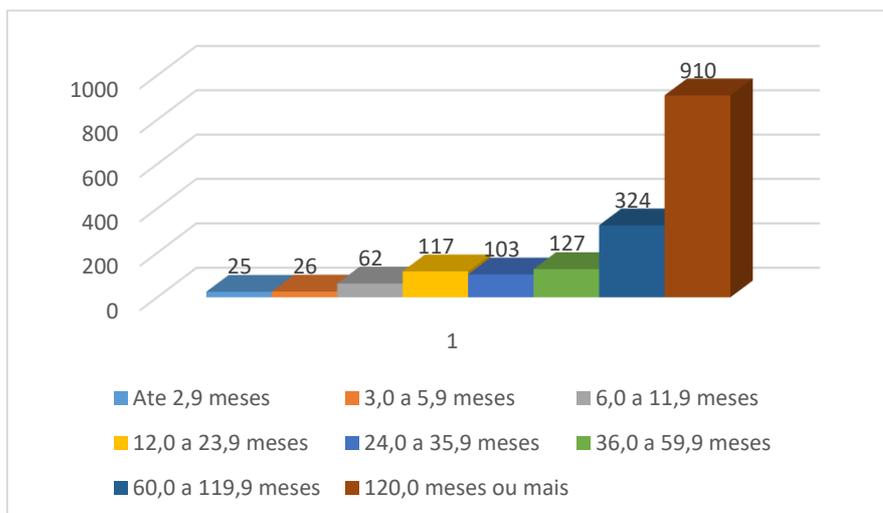
**Gráfico 2 -** Distribuição dos trabalhadores – base SINTRESC por idade (2020)



Fonte: RAIS (2022).

Considerando o tempo de atuação dos trabalhadores nas empresas de energia elétrica da base de atuação do SINTRESC, a pesquisa revela que a maioria permanece atuando por mais de 10 anos.

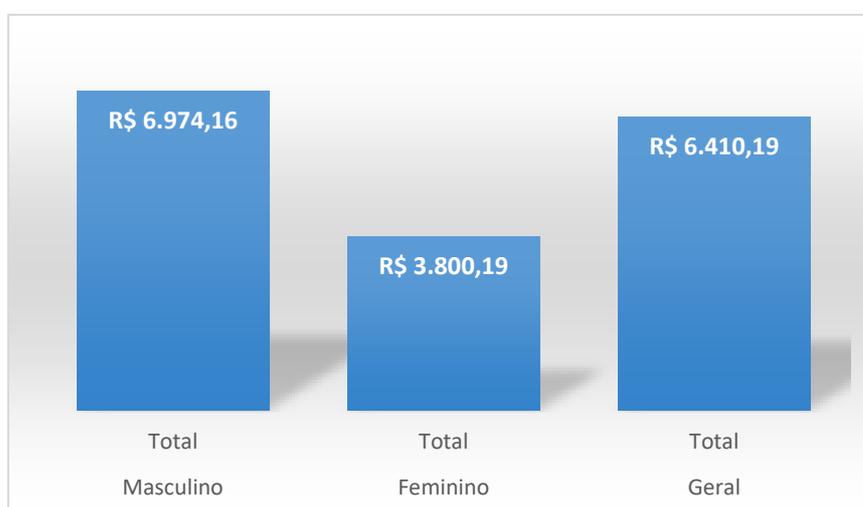
**Gráfico 3** - Distribuição dos trabalhadores – base SINTRESC por tempo de atuação (2020)



Fonte: RAIS (2022).

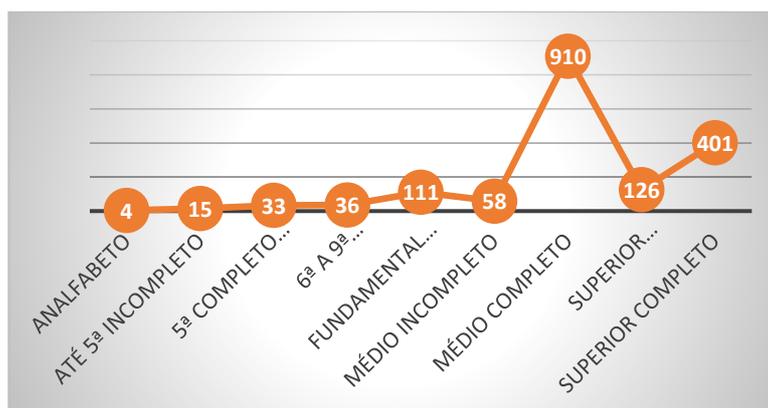
A remuneração média dos trabalhadores da base do SINTRESC é de R\$ 6.410,19, sendo que se considerarmos a remuneração por sexo, observa-se uma diferença significativa entre homens e mulheres.

**Gráfico 4** - Renda média dos trabalhadores – base SINTRESC (2020)



Fonte: RAIS (2022).

A escolaridade pode ser visualizada pelos graus de instrução, sendo que a maioria possui como formação o Ensino Médio completo. Nesse contexto, há trabalhadores analfabetos e trabalhadores com mestrado, denotando a pluralidade na escolaridade.

**Gráfico 5** - Escolaridade dos trabalhadores – base SINTRESC (2020)

Fonte: RAIS (2022).

Manter-se estudando é sem dúvida um desafio para os trabalhadores, considerando a rotina intensa que a jornada de trabalho promove. Outros desafios podem ser a distância da instituição de ensino da sua casa, a dificuldade em se reintegrar no sistema de ensino por pensar não ter mais o mesmo alinhamento do os estudantes mais jovens, os custos que o sistema de ensino impõe nos dias de hoje, dentre outros.

Um plano de incentivo para que os trabalhadores permaneçam estudando objetiva mobilizar as pessoas dos diferentes setores para dar continuidade nos seus estudos, o que é disponibilizado pela CELESC por meio do Auxílio ao Empregado Estudante, no qual oferece aos trabalhadores um valor de R\$ 500,00 mensais para desenvolver seus estudos. (ACT, 2024)

Podemos também evidenciar a remuneração média por grau de escolaridade, observando-se que quanto maior o grau de instrução, maior é a remuneração.

**Gráfico 6** - Escolaridade dos remunerados por grau de instrução – base SINTRESC (2020)

Fonte: RAIS (2022).

O perfil dos trabalhadores evidenciado neste estudo denota que a maioria são do gênero masculino, com grau de escolaridade no Ensino Médio e remuneração média entre três salários mínimos para os trabalhadores com menor grau de instrução, com possibilidades de aumento considerável conforme melhora a escolaridade.

Dentre os trabalhadores representados pelo SINTRESC, 642 são sindicalizados, sendo eles distribuídos nas atuais 45 empresas que integram a base territorial do sindicato. A distribuição dos sócios é heterogênea no que se refere ao percentual de empregados sindicalizados por empresa, variando de 0 a 100%.

Bastos (2022) afirma que o setor elétrico brasileiro e em Santa Catarina foi estruturado em três momentos. Iniciou no final do século XIX até a Revolução de 1930, caracterizado pelo investimento de capital privado, com iniciativas na geração elétrica por pequenas empresas que se localizavam perto de cursos d'água e aproveitavam a força hidráulica. O segundo momento iniciou na década de 1930 até 1990, com a geração de energia predominantemente estatal e a criação da ELETROBRAS e da ELETROSUL, bem como o uso do carvão e o surgimento da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda, inicialmente estatal, depois privatizada na década de 1990, configurando um sistema regional que foi posteriormente expandido para um sistema elétrico estadual com a criação da CELESC. O terceiro momento se configurou pela iniciativa privada e o impulso das privatizações do setor elétrico mobilizadas pelo neoliberalismo que se instaurou no País e dividiu a ELETROSUL em duas partes, uma estatal e a outra privada.

Destaca-se, nesse sentido, a configuração descentralizada do setor elétrico catarinense, o qual veio sendo formado por empresas e cooperativas a partir da década de 1960 e 1970, com a criação das centrais de distribuição em todo o Brasil, onde emergiram as Cooperativas e Empresas de Força e Luz que mantiveram como característica a diversidade de empresas vinculadas ao setor.

Atualmente, o setor de geração de energia elétrica catarinense é composto por Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), que operam a partir de pequenos e médios fluxos de água, o que confere a característica ao estado de descentralização e flexibilidade no que se refere aos custos da produção, bem como ao repasse ao Estado de taxas pelo uso de recursos hídricos, favorecendo a manutenção de menores taxas ao consumidor (BASTOS, 2022).

Outra característica do setor elétrico é a sua configuração no que se refere à distribuição. Como menciona Moraes (2022), o setor passou por quatro grandes períodos:

o primeiro com a prevalência de circuitos locais, seguido pelos sistemas elétricos regionais, com a eletrificação planejada e, por último, com um sistema elétrico interligado estadual.

Uma questão intrínseca ao sistema de distribuição descentralizado e centrado em pequenas empresas e cooperativas de eletrificação é que, como representa e se localiza em pequenos municípios, acaba, muitas vezes, configurando-se em elemento político, vinculando-se a poderes paralelos no que se refere à sua gestão e administração. Tal poder pode desvincular o setor elétrico de seu foco central, que é o provimento de um serviço de qualidade que atenda às demandas da população locorregional.

O SINTRESC tem sua sede em Capivari de Baixo e foi criado, inicialmente, nesse local para atender aos trabalhadores da Indústria Termoelétrica Jorge Lacerda. Hoje, representa diversos municípios do sul catarinense.

As mudanças no contexto político, econômico e, conseqüentemente, o perfil dos trabalhadores do setor elétrico estadual promoveram a ampliação da representação do sindicato para outras categorias de trabalhadores, não mais somente para os vinculados à Indústria Termoelétrica.

A estrutura física do Sindicato oferece infraestrutura para reuniões, salas para os diretores sindicais, anfiteatro, espaço para eventos sociais e garagem, a qual acomoda os quatro veículos da instituição.

A organização administrativa integra os diretores, um quadro funcional composto por três trabalhadores, sendo um no setor financeiro, um na secretaria e um nos serviços de higiene e limpeza. O sindicato é organizado por bases de atuação, a saber: CELESC, ELETROSUL, Diamante e Cooperativas, cada uma delas com seus respectivos trabalhadores sindicalizados. Semanalmente, os dirigentes sindicais visitam a região e atualizam os trabalhadores sobre as questões relacionadas à sua base, bem como distribuem material informativo e tiram dúvidas.

A gestão financeira do Sindicato é realizada pela diretoria, e a arrecadação é majoritariamente proveniente das mensalidades pagas pelos associados, o que muitas vezes gera dificuldades no cumprimento das demandas exigidas para manter o bom funcionamento de toda a estrutura necessária para atender às necessidades dos trabalhadores.

As mudanças na gestão e na política estadual e nacional influenciam sobremaneira a estrutura dos sindicatos, pois, como estatais, as empresas de energia elétrica sofrem as

consequências das mudanças nas gestões, nos cargos de diretorias e gerências, que são indicações vinculadas à gestão estadual.

Por vezes, as tratativas e negociações para garantir os direitos dos trabalhadores perpassam por essas demandas políticas e são mobilizadas forças opositoras ou favoráveis aos trabalhadores. A estrutura capitalista e o estado neoliberalista geram demandas de controle e desfavorecimento dos trabalhadores em prol da manutenção do capital e da busca constante por privatizações, o que gera a necessidade da atuação do sindicato em diferentes frentes para amparar a classe trabalhadora no sentido de manter estratégias para proteger o maior número de pessoas possível, evitando o desemprego, a precarização do trabalho, o subcontrato, a terceirização e a perda de direitos.

Diante desse quadro, o movimento sindical, longe de contrapor-se radicalmente ao capital, assume uma posição defensiva frente às ofensivas do sistema, tentando resistir à crescente degradação das condições de trabalho e de vida de uma classe cada vez mais fragmentada, cuja identificação e organização coletivas têm sido dificultadas pelas novas formas de (sub)contratação e pela intensa rotatividade de força de trabalho num mercado desregulamentado ou regulado pelas diretrizes neoliberais (CAVAIGNAC, 2012, p. 51).

Como já dito anteriormente, a maioria dos trabalhadores vinculados ao SINTRESC é do sexo masculino, denotando, nesse sentido, a diferença de gênero em trabalhos ainda considerados pela sociedade como atividades masculinas. Às mulheres cabem as funções de manutenção da estrutura administrativa, mais precisamente no atendimento à população, aos escritórios e ao serviço de higiene e limpeza. “Em momentos de crise – econômica e política, por exemplo como o que vivemos no Brasil, os grupos que não representam o modelo hegemônico de poder, como as mulheres, são os mais atacados para a perda de direitos que pareciam definitivos” (CAETANO; MARTINS, 2022, p. 848). Com os menores salários, a fome tem gênero e seguiu crescendo nos últimos dois anos, sendo que nas “[...] casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%” (CAETANO; MARTINS, 2022, p. 848).

A baixa representatividade feminina no mundo do trabalho no setor elétrico reflete a realidade da sociedade patriarcal que ainda vivemos, na qual a classe trabalhadora está sujeita ao condicionamento e a determinações de que algumas profissões são masculinas e que não podem ser ocupadas por mulheres. “É importante compreender as diferentes formas de opressão, as diferenças no mundo do trabalho e seus desdobramentos como desigualdade” (CAETANO; MARTINS, 2022, p. 858).

Sendo assim, podemos afirmar que, no que diz respeito às questões de gênero no universo dos eletricitários do sul de Santa Catarina, as trabalhadoras desse setor seguem em desvantagem tanto no que se refere à quantidade de vagas ocupadas quanto no que diz respeito à remuneração. Aqui uma questão emerge para além da verificação dos fatos, devemos refletir quais as razões pelas quais as desigualdades se mostram tão acentuadas.

A estrutura sindical brasileira, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, prevê que apenas os trabalhadores com vínculo formal de emprego têm direito à associação sindical, o que caracteriza um contexto que não representa o cenário dos trabalhadores do País, considerando que há um grande percentual de trabalhadores no mercado informal que não podem se sindicalizar. Nesse contexto, observam-se os baixos índices de sindicalização em proporção ao total de trabalhadores vinculados ao emprego formal, os quais vêm reduzindo a cada ano, sendo que em 2001 eram 26,4%, em 2009 baixaram para 25%, em 2018 estavam em 12,5% e em 2019 eram 11,2%, conforme dados divulgados pelo IBGE (GARCIA; DEDECCA, 2013).

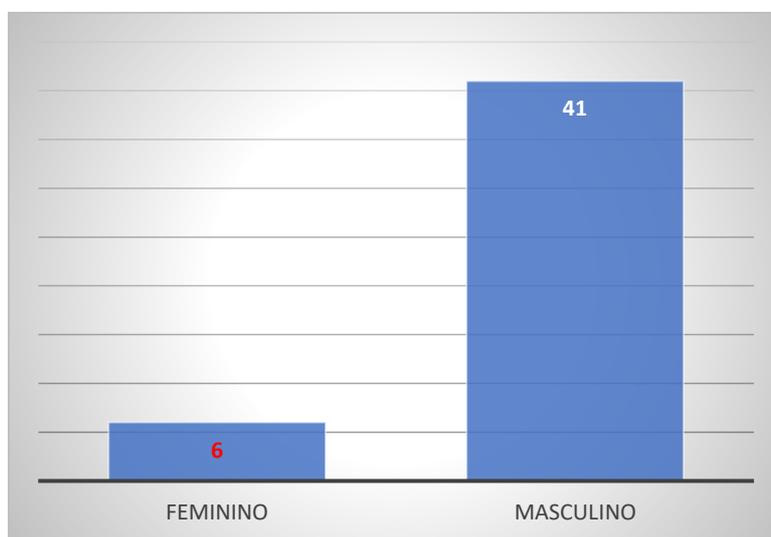
## 6. AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO SINTRESC APÓS O GOLPE DE 2016

Esta etapa do estudo se caracteriza por conhecer a atuação do SINTRESC após o golpe de 2016 na visão dos trabalhadores das empresas e cooperativas de sua área de abrangência. Foi enviado para os trabalhadores um formulário com questões abertas e fechadas, na tentativa de identificar qual é a impressão deles sobre o trabalho desenvolvido pelo sindicato.

Os dados apresentados nesta seção se referem aos 48 trabalhadores que responderam às questões, as quais estão organizadas em três eixos: o primeiro se refere ao perfil dos respondentes dos questionários enviados pela plataforma *google forms*®, o segundo menciona a vivência sindical dos participantes e o terceiro menciona a opinião dos trabalhadores sobre a atuação do Sindicato.

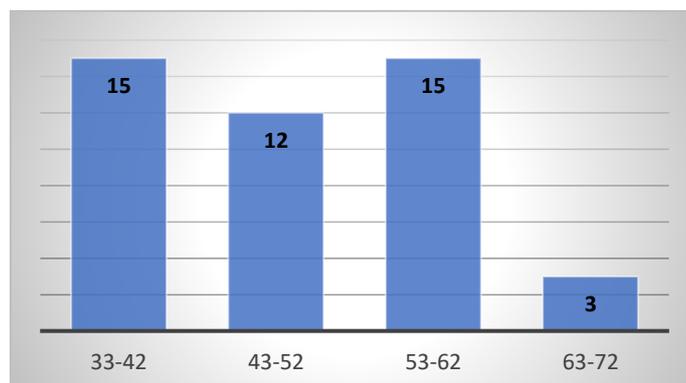
Do mesmo modo que se apresentou o perfil dos trabalhadores baseado nos dados da RAIS, neste segmento, a pesquisa teve a participação de um público majoritariamente masculino, evidenciando que a maioria dos trabalhadores do setor elétrico pertence a esse gênero, conforme demonstra o gráfico 7.

**Gráfico 7** – Demonstrativo do gênero dos participantes do estudo, 2023



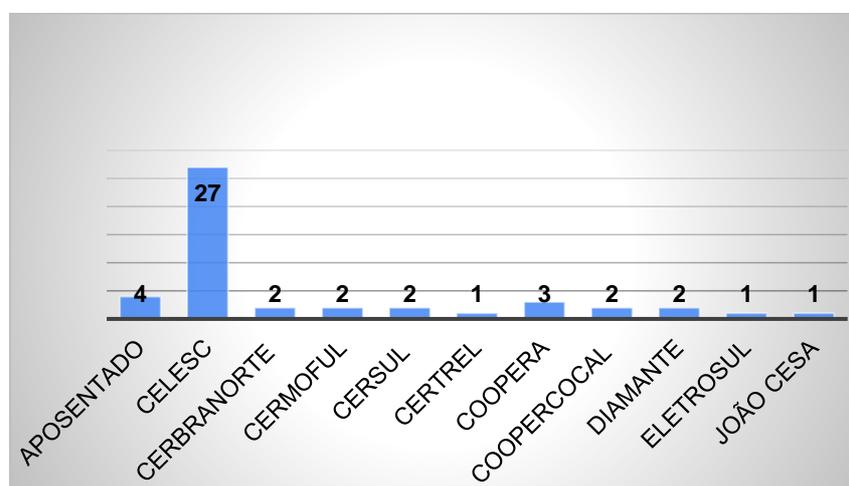
Fonte: Dados da pesquisa.

A idade dos participantes está concentrada na faixa de 33 a 62 anos, aproximando-se dos dados levantados no perfil dos trabalhadores na RAIS, como demonstra o gráfico 8.

**Gráfico 8** – Demonstrativo da idade dos participantes do estudo, 2023

Fonte: Dados da pesquisa.

O estudo também identificou a empresa na qual os participantes ativos e aposentados trabalham/trabalhavam, tendo representação dos diferentes segmentos que compõem o sistema elétrico – geração, transmissão e distribuição. Quanto à natureza jurídica, contou com a participação de trabalhadores de empresas privadas, públicas e cooperativas. A maioria dos participantes são trabalhadores da CELESC, como é possível verificar no gráfico 9.

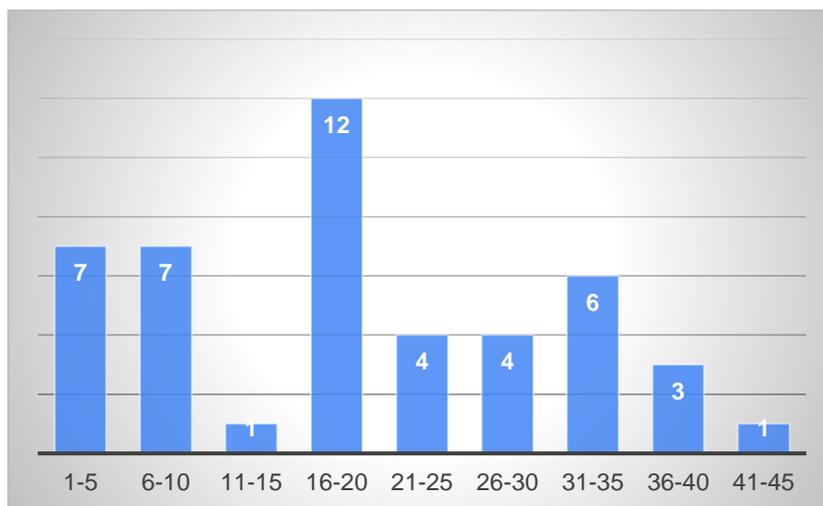
**Gráfico 9** – Demonstrativo das empresas dos participantes do estudo, 2023

Fonte: Dados da pesquisa.

O tempo de atuação dos participantes na pesquisa varia entre um a 45 anos de trabalho, tendo maior concentração entre 16 a 20 anos de empresa, seguindo o perfil identificado na RAIS, o qual demonstra que a maioria dos trabalhadores está atuando há mais de 120 meses.

Uma empresa sólida garante estabilidade aos seus trabalhadores, fazendo com que permaneçam vinculados a ela por muitos anos. O objetivo do trabalhador em seu trabalho é sem dúvida construir uma vida confortável e próspera, e, para isso, manter-se em um emprego seguro faz toda a diferença.

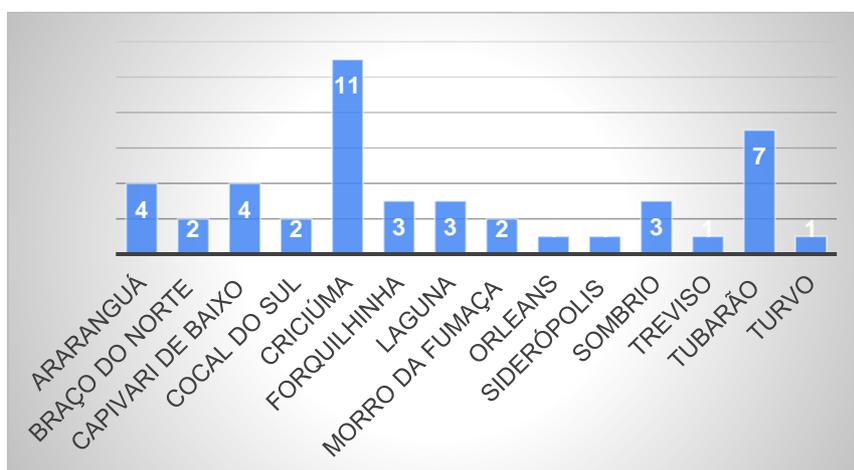
**Gráfico 10** – Tempo de empresa dos participantes do estudo, 2023.



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos trabalhadores participantes está lotada nas cidades de Criciúma e Tubarão, que são as maiores cidades da área de atuação do SINTRESC, bem como são sedes das agências regionais da CELESC, empresa com maior quantidade de participantes do estudo.

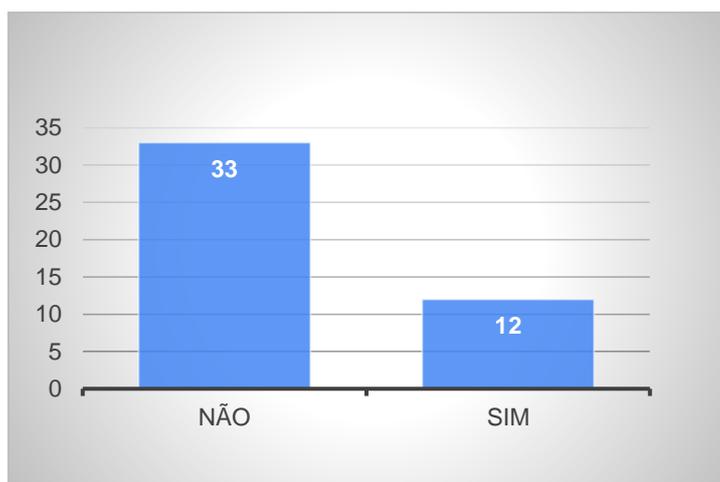
**Gráfico 11** – Demonstrativo da cidade onde atuam os participantes do estudo, 2023



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos trabalhadores mencionou que nunca trabalhou em outra companhia de energia elétrica, conforme gráfico 12.

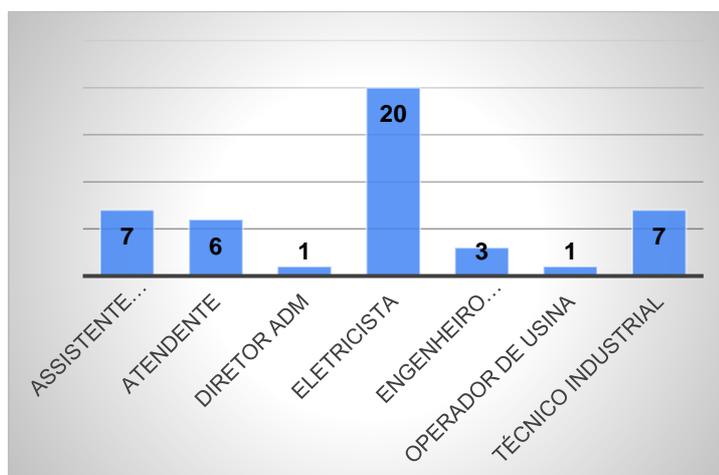
**Gráfico 12** – Experiência profissional em outra companhia de energia elétrica, 2023



Fonte: Dados da pesquisa.

Majoritariamente, os respondentes do estudo trabalham na empresa de energia elétrica no cargo de eletricista, mas também participaram assistentes, atendentes, engenheiros e técnicos industriais, bem como um diretor administrativo e um operador de usina, conforme ilustrado no gráfico 13.

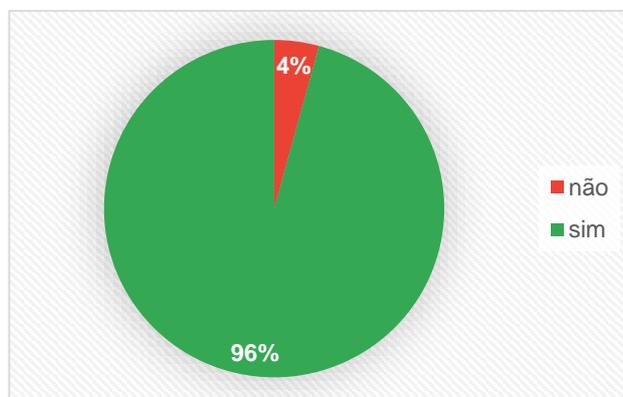
**Gráfico 13** – Cargo que ocupa na empresa de energia elétrica, 2023



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à vivência sindical, os participantes mencionaram que conhecem o SINTRESC de alguma forma.

**Gráfico 14** – Resultado sobre conhecer o SINTRESC, 2023

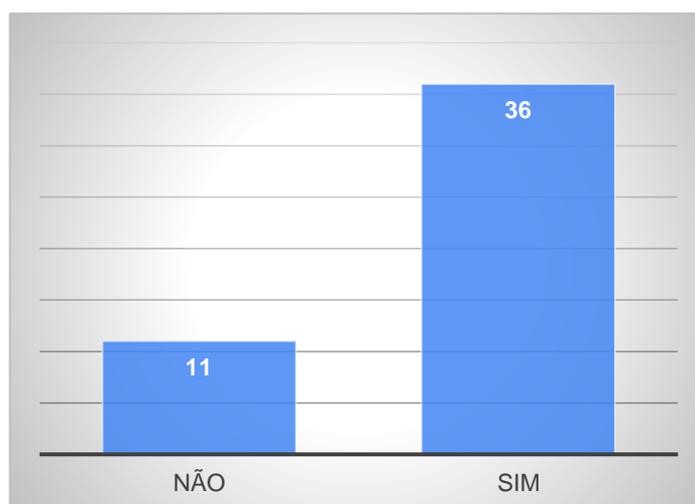


Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os trabalhadores vinculados à base sindical do SINTRESC, 11 (23%) não são filiados, mas a maioria está filiada ao sindicato de sua área de abrangência.

As transformações no mundo do trabalho nos últimos anos, a mudança no perfil do trabalhador e suas demandas, o contexto econômico e político do País e as representações sindicais constituem o novo cenário do sindicalismo brasileiro. Para compreender a baixa adesão dos trabalhadores ao sindicato, a diminuição das filiações e o descrédito na representação coletiva, é preciso considerar todo esse panorama.

Muitas vezes, o trabalhador não consegue visualizar o sindicato em seu cotidiano, não conhece mais as estratégias de luta, não tem informações sobre o que está sendo realizado pelo sindicato, não confia nas ações sindicais feitas na mesa de negociação com as empresas, talvez por não ter suas reivindicações atendidas ou sequer colocadas em pauta. Esse contexto desmotiva a consciência coletiva de luta por melhores condições de trabalho, pois, muitas vezes, a exposição direta dos trabalhadores faz com que percam o emprego.

**Gráfico 15** – Resultado sobre ser filiado ao SINTRESC, 2023

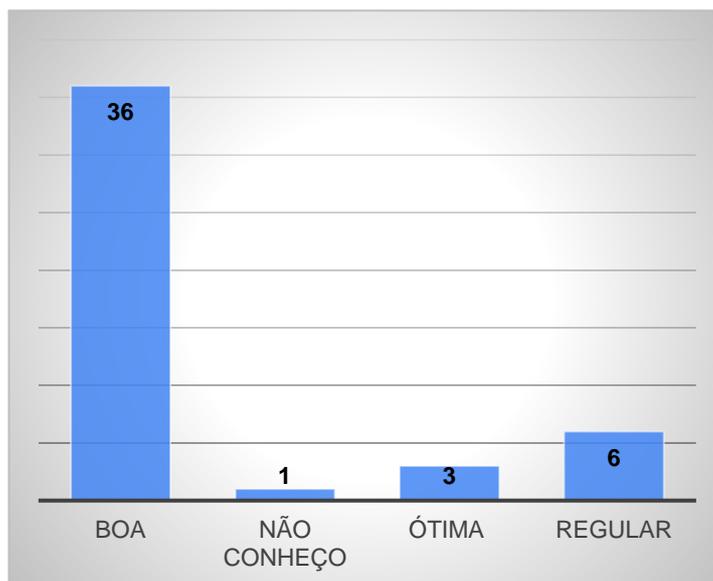
Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre a atuação sindical na base, a maioria considera a atuação sindical boa ou ótima, seis mencionaram ser regular e um participante disse não conhecer o trabalho do sindicato em defesa dos trabalhadores.

O golpe impactou o vínculo da população ocupada com o Sindicato, reduzindo significativamente as filiações e a participação dos trabalhadores nas entidades sindicais, representando a falta de identificação do trabalhador com os sindicatos.

Conforme demonstra a reportagem divulgada pelo G1 em 15 de setembro de 2023, os principais motivos pelos quais houve a diminuição dos sindicalizados foram: a flexibilização dos vínculos trabalhistas, o fim do imposto sindical, o aumento de trabalhadores por conta própria, o aumento de trabalhadores autônomos e informais e o aumento da população ocupada sem aumento da filiação, causados, em grande parte, pela reforma trabalhista.

**Gráfico 16** – Resultado do questionamento sobre como considera a atuação do SINTRESC na defesa dos trabalhadores, 2023



Fonte: Dados da pesquisa.

Foram incluídas nesse questionário três perguntas abertas, sendo elas: Você saberia destacar/apontar algum aspecto dessas reformas que mais impactaram na estrutura/organização do Sindicato? Quais foram as estratégias para o enfrentamento das mudanças e das dificuldades encontradas pelo SINTRESC a partir do golpe de 2016? Você poderia falar sobre a atuação do SINTRESC antes e após o golpe de 2016?

As respostas da primeira pergunta foram codificadas, gerando duas categorias: mudança na estrutura do sindicato e influência política do golpe no sindicato. Sobre a mudança na estrutura do sindicato, é possível observar questões como a redução de dirigentes liberados e as questões financeiras como principais observações dos trabalhadores relacionadas à atuação do Sindicato no pós-golpe, como é possível ser observado no quadro 12.

O primeiro passo para qualquer mudança que se deseja é, sem dúvida, reconhecer o problema. Considerando o fenômeno estudado aqui, é possível descrever que, na visão dos trabalhadores vinculados ao SINTRESC, houve uma movimentação deles para melhorar o vínculo com o sindicato. Ações como a melhoria no planejamento, a redução de gastos e o aumento das filiações foram descritas como importantes para o enfrentamento do impacto que o golpe e a conjuntura social trouxeram para o movimento sindical.

**Quadro 13 – Organização e categorização dos dados a partir da questão aberta, 2023**

Você saberia destacar/apontar algum aspecto dessas Reformas que mais impactaram na estrutural/organização do Sindicato?	CODIFICAÇÃO	CATEGORIA 1 MUDANÇA NA ESTRUTURA DOS SINDICATOS	CATEGORIA 2 INFLUÊNCIA POLÍTICA
SÓ SEI QUE NÃO HOUE GOLPE	Não houve golpe		Não houve golpe
Menos dirigentes liberados	Redução de dirigentes liberados	Redução de dirigentes liberados	
Financeiras e políticas.	Questões financeiras	Questões financeiras	
	Questões políticas		Questões políticas
Recursos humanos e financeiros	Redução de dirigentes liberados	Redução de dirigentes liberados	
Principalmente os repasses de monetários ao sindicatos, tanto governamental como o dos associados.	Questões financeiras	Questões financeiras	
	Questões políticas	Questões financeiras	
Diminuição dos liberados e no poder econômico	Redução de dirigentes liberados	Redução de dirigentes liberados	
	Questões políticas		Questões políticas
Ouve uma tentativa de desacreditar os Sindicato passando a imagem de um órgão política da esquerda	Questões políticas		Questões políticas
Contribuição Sindical.	Questões financeiras	Questões financeiras	
Recursos financeiros	Questões financeiras	Questões financeiras	
Flexibilidade dos contratos por via de PJ	Mudança Legislação		Mudança Legislação
O fim da contribuição sindical e a propaganda de que sindicalista é vagabundo.	Questões financeiras	Questões financeiras	
	Questões políticas		Questões políticas
Desconheço	Desconhece		
NÃO	Desconhece		
Retirada de direitos e ataque a organização sindical	Mudança Legislação		Mudança Legislação
	Questões políticas		Questões políticas
Não	Desconhece		
A falta da contribuição sindical.	Questões financeiras	Questões financeiras	
Menos dirigentes menos tempo pra respassar as informações	Redução de dirigentes liberados	Redução de dirigentes liberados	
O sindicato está perdendo as forças aos poucos	Questões políticas		Questões políticas
Redução de receita e representantes.	Questões financeiras	Questões financeiras	
	Redução de dirigentes liberados	Redução de dirigentes liberados	
Financiamento sindical	Questões financeiras	Questões financeiras	
Prefiro não me envolver	Não quis se manifestar		
Fim do imposto sindical e fim da aposentadoria especial	Questões financeiras	Questões financeiras	
	Mudança Legislação		Mudança Legislação
Não	Desconhece		
Enfraquecimento da representação dos sindicatos.	Questões políticas		Questões políticas
Retirada ou redução de percentual de periculosidade, horas extras, etc	Mudança Legislação		Mudança Legislação
Já disse não houve golpe	Não houve golpe		Não houve golpe
A principal foi a exclusão da contribuição sindical.	Questões financeiras	Questões financeiras	
Não	Desconhece		
Aposentadoria especial	Mudança Legislação		Mudança Legislação
Falta de Dinheiro	Questões financeiras	Questões financeiras	
Ataques aos trabalhadores e sindicatos	Questões políticas		Questões políticas
A reforma trabalhista enfraqueceu a capacidade de ação dos sindicatos ao tomar a contribuição sindical não obrigatória e tornar mais difícil a cobrança de taxas sindicais. Isso reduziu a receita dos sindicatos e sua influência nas negociações trabalhistas e introduziu várias mudanças nas relações trabalhistas, como a	Questões financeiras	Questões financeiras	
	Mudança Legislação		Mudança Legislação
	Terceirização		Terceirização
Exclusão do Imposto sindical	Questões financeiras	Questões financeiras	
A diminuição das receitas, sindicalizações e dificuldades em negociações aumentaram muito o empenho e as dificuldades dos sindicatos ...E no sintesc n foi diferente	Questões financeiras	Questões financeiras	
	Questões políticas		Questões políticas
	Redução filiações		Redução filiações
Talvez a reforma de 2019 ,pela aposentadoria especial .	Mudança Legislação		Mudança Legislação
Perda na força de atuação devido a alta baixa de filiados.	Questões políticas		Questões políticas
	Redução filiações		Redução filiações

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na questão que se refere às estratégias utilizadas pelo sindicato, foram mencionadas diferentes ações adotadas, gerando 28 códigos, porém alguns trabalhadores referiram desconhecer as formas para o enfrentamento das dificuldades. A codificação gerou duas categorias para análise: enfrentamento das mudanças e enfrentamento das dificuldades.

**Quadro 14** – Organização e categorização dos dados sobre as estratégias de enfrentamento das dificuldades do Sindicato no pós-golpe de 2016

Quais foram as estratégias para o enfrentamento das mudanças e das dificuldades encontradas pelo SINTRESC a partir do golpe de 2016?	CODIFICAÇÃO	CATEGORIA 1 ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS	CATEGORIA 2 ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES	RESPOSTA NÃO VALIDADA
NÃO HOUE GOLPE	Não houve golpe			Não houve golpe
Retirada do desconto do dia de trabalho dos trabalhadores para federações e sindicatos				0
Paralisação	Mobilizações	Mobilizações		
Comunicação através de redes sociais, colaboradores filiados.	Filiação		Filiação	
	Comunicação		Comunicação	
Montagem de plano de ação para sobreviver ao golpe.	Planejamento	Planejamento		
Fortalecimento junto dos trabalhadores da importância de uma categoria organizada	Organização	Organização		
Não sei dizer	Desconhece			Desconhece
Buscando por mais sócios	Filiação		Filiação	
Desconheço	Desconhece			Desconhece
Tentar sempre a união dos trabalhadores para não perdermos a direção das nossas lutas.	Organização	Organização		
Desconheço	Desconhece			Desconhece
Adequação a nova realidade e trabalho de base	Organização	Organização		
Desconheço	Desconhece			Desconhece
Utilização de recursos mínimos para as negociações	Redução de gastos		Redução de gastos	
Formar pessoas para repassar as informações mais rápido	Formação da categoria	Formação da categoria		
Redes Sociais ajudaram muito.	Comunicação		Comunicação	
Desconheço	Desconhece			Desconhece
Foram muitas dificuldades				0
Manter o diálogo com os empregados visando conscientizar sua importância.	Organização	Organização		
Redução de despesas como assembleias de act, uso de reuniões via Internet, diminuição de percorridas nas bases devido ao fim da contribuição sindical.	Redução de gastos		Redução de gastos	
Não houve golpe	Não houve golpe			Não houve golpe
Não sei	Desconhece			Desconhece
Muita reunião para esclarecimentos	Organização	Organização		
Corte de pessoas	Redução de gastos		Redução de gastos	
Não sei	Desconhece			Desconhece
Não sei.	Desconhece			Desconhece
Diminuição de custos internos ...pessoal e estrutural.... otimização do uso dos recursos disponíveis e com a covid, q tb impactou o dia a dia, a implantação do trabalho em home office ajudou tb a controlar gastos e manter a participação de todos	Redução de gastos		Redução de gastos	
Não lembro	Desconhece			Desconhece
Não tenho conhecimento.	Desconhece			Desconhece

Fonte: Dados da pesquisa.

Após apontar as estratégias para a mudança e o enfrentamento das dificuldades, os trabalhadores responderam como veem a atuação do Sindicato a partir do golpe de 2016. O quadro 12 apresenta os códigos e as falas.

## Quadro 15 – Atuação do Sindicato após o golpe de 2016

Você poderia falar sobre a atuação do SINTRESC antes do golpe e nos pós	CODIFICAÇÃO	MANTEVE A ATUAÇÃO	REDUZIU OU PIOROU	DESCONHECE
PRIMEIRO QUE NÃO HOUVE GOLPE	Desconhece			Desconhece
Antes tínhamos estrutura financeira para fazer os trabalhos sindicais e agora não temos condições para fazer o nosso trabalho	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
Boa	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Tem respondido à altura dis desafios.	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Destaque aos sindicalistas por superar as dificuldades geradas, com empenho e dedicação extra para que os empregados continuassem sendo assistidos.	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Sintresc teve uma excelente atuação defendendo os direitos dos associados tanto antes como atualmente.	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Continuo trabalhando com mesmos objetivos de manter a categoria organizada	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
De forma geral, válido para antes e depois, o poder de mobilização.	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Não consigo mensurar	Desconhece			Desconhece
Atividades sindicais presentes nos locais de trabalho. Diálogo constante com seus representantes e representados.	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Acredito que o sintresc era mais presente, mas talvez se tornou menos presente devido a novos métodos de comunicação não presenciais.	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
Antes o governo federal se importava com o trabalhador. Após o governo (temer e bolsonaro) passaram a tratar o trabalhador como estorvo e assim tentar escravizá-los.	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
Sempre confiei e admiro o trabalho de todos os dirigentes do SINTRESC. Apoio e tento sempre unir meus colegas para que tomem consciência do quanto é importante sindicalizar-se e se engajarem nas lutas pelos nossos direitos.	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Desconheço	Desconhece			Desconhece
Resiliência	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Queda do número de associados.	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
Antes com mais recurso conseguia atuar mais de forma presencial	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
Tinha mais força mais filiados e assim era mais ágil para nós trazer informações	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
Antes tinha força porque tinha dinheiro p lutar, depois com o cancelamento da contribuição obrigatória ficou mais difícil p lutar.	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
Sempre foram ativos batalhadores defensores dos direitos trabalhistas	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Antes era mais presencial e depois mais raro por falta de recursos	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
Havia mais disponibilidade de recursos para organizar, juntar em assembleia em Act, percorridas frequentes as bases das empresas. Após, foi restritiva a atuação em razão da redução de recursos financeiros.	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
A mesma de agora	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Não sei	Desconhece			Desconhece
Muito atuante antes e depois	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
Tomou-se mais difícil	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
O que percebi que após 2016/2017 os acordos coletivos ficaram menos favoráveis para nós trabalhadores, especificamente para os novos empregados contratados após 2016.	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
Antes tínhamos uma condição estrutural mais benéfica, tanto interna quanto externa para os trabalhos sindicais e de base. A proximidade junto a base era maior. As negociações mais tranquilas e o ambiente n era tão hostil. Após o golpe, o inverso em todos os aspectos. Mas, sobrevivemos e continuamos a luta	Redução do trabalho sindical		Redução do trabalho sindical	
Continuaram defendendo a classe trabalhista na medida do possível. Não posso comentar.	Continua atendendo as necessidades do trabalhador	Continua atendendo as necessidades do trabalhador		
	Desconhece			Desconhece

Fonte: Dados da pesquisa.

A atuação do SINTRESC após o golpe, na opinião dos trabalhadores que participaram da pesquisa, foi mencionada em dois eixos de análise: uma parte dos respondentes referiu que o Sindicato manteve sua atuação e atendeu às necessidades dos trabalhadores; a outra parte declarou que a sua atuação foi reduzida. Cinco participantes disseram que desconhecem a atuação do Sindicato após o golpe. Um depoimento foi enfático ao mencionar que não houve golpe.

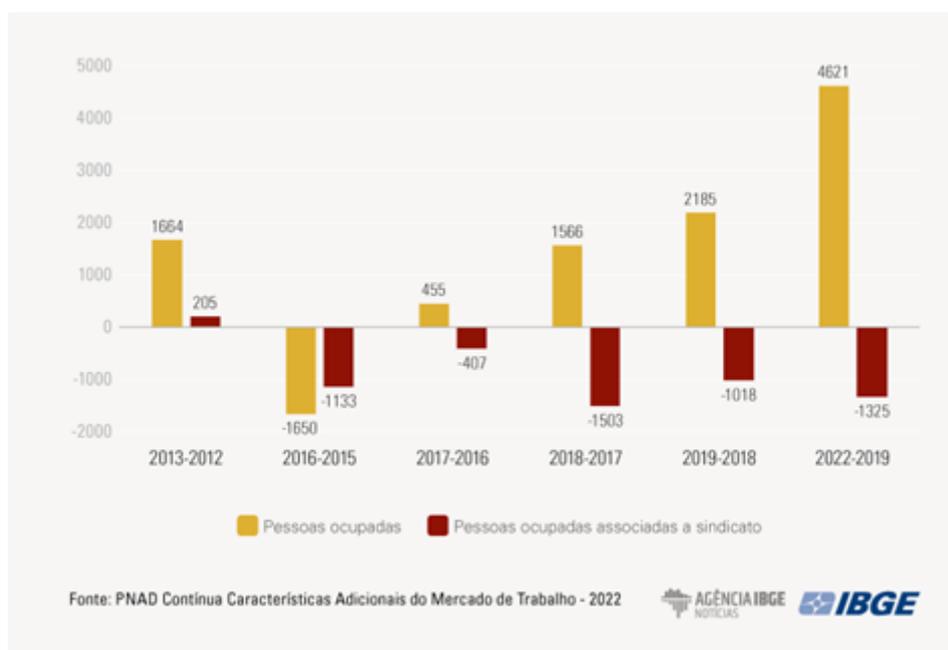
A redução do trabalho sindical se vincula fortemente à diminuição dos recursos do sindicato após a reforma trabalhista, retirando o imposto sindical, o que reduziu as filiações e, conseqüentemente, as contribuições dos trabalhadores para o sindicato. Corroborando o estudo, Schenferd (2023, p. 59) assim se refere ao impacto do imposto sindical no contexto do movimento:

[...] o fim da contribuição sindical obrigatória trazida pela Reforma Trabalhista enquanto uma das razões mais práticas e evidentes da crise enfrentada pelos sindicatos hodiernamente. Conforme discutido, a perda das receitas sindicais, dado o enorme número de trabalhadores do setor informal e daqueles considerados desempregados estruturais, dissociados da estrutura sindical atinge os sindicatos, subtraindo sua força de negociação sindical, na medida em que os trabalhadores preferem trabalhar em condições muitas vezes degradantes a entrar em qualquer atrito com seus empregadores sob o risco de acabar aumentando ainda mais os índices de desemprego.

Os dados da pesquisa têm afinidade com os dados divulgados pelo IBGE a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no que se refere à redução do vínculo dos trabalhadores com o Sindicato (IBGE, 2022).

Nessa série histórica entre 2012 e 2022, o percentual de pessoas ocupadas associadas aos sindicatos reduziu de 16,1% para 9,2%, menor percentual já registrado no contexto brasileiro, conforme demonstra o gráfico 17 (IBGE, 2022).

**Gráfico 17** – Variação da população ocupada e da população ocupada associada ao Sindicato, 2023



Fonte: IBGE (2022).

O mercado de trabalho e a própria concepção do trabalhador sobre o trabalho vêm sendo influenciados ao longo do tempo e mobilizados pelo desenvolvimento, com a ampliação do trabalho informal ou a partir da nova postura do trabalhador diante do contexto laboral. O trabalhador passa a pensar sobre o papel do trabalho na sua vida e até que ponto há necessidade da manutenção de um emprego que não agrega mais ao seu projeto de vida. Essas novas conexões fazem com que também ocorra influência na representação sindical. Schenferd (2023, p. 59) menciona que

[...] a nova situação do mercado de trabalho exerce pressão sobre sua representatividade, enfraquecendo seu potencial coletivo, principalmente diante da perda de membros e contribuições, forçando-os a atender os interesses imediatos e exclusivos daqueles que ainda possuem emprego e dos empregadores. E é aqui que se delinea a contraposição entre a priorização dos anseios e interesses individuais dos participantes de uma mesma comunidade em detrimento do bem maior advindo do interesse coletivo que caracteriza o sindicalismo em sua mais pura concepção.

O reconhecimento de diferentes situações e condições políticas nacionais e internacionais advindas do movimento de globalização o qual se vive também permeiam as condições e a estrutura do trabalho. A tecnologia, as novas habilidades e a capacidade de resiliência e enfrentamento das crises econômicas afetam a forma de o trabalhador se relacionar com o trabalho e mudam sobremaneira o significado deste em sua vida. Segundo Habermas *apud* Schenferd (2023), há uma perda de sentido do trabalho enquanto estruturante da vida das pessoas, o que constituía o ser coletivo e cidadão hoje passa a ser um movimento de escolha individual para interesses pessoais.

A tendência à busca por um trabalho que atenda aos anseios do projeto de vida da família, incluindo o local, a moradia, o transporte, a qualidade de vida faz com que, às vezes, a busca se configure em desenvolver uma atividade informal, sem vínculo empregatício, valorizando alguma habilidade de um membro da família que possa ser explorado economicamente, bem como prover o sustento da casa. Esse trabalhador/empresário não compreende a necessidade de uma representação sindical para garantir seus direitos; ele se coloca em uma posição individualizada e se sente atendido pelas leis trabalhistas vigentes (Schenferd, 2023).

Nesse contexto, a mudança no perfil do sindicato influencia diretamente a vinculação do próprio trabalhador no movimento sindical, que na década de 1990 assumiu a postura da negociação e do colaboracionismo, como menciona Alves (2000). O sindicato colaborativo e não confrontativo contribui para a perda da credibilidade dos

trabalhadores no movimento e cria uma nova perspectiva da pessoa ocupada sobre a representação sindical, que sob o olhar do mesmo autor supracitado tende a atender às demandas da cúpula do próprio sindicato mais do que as dos trabalhadores de base.

A nova ordem neoliberal com a qual os trabalhadores, as empresas e os sindicatos estão envolvidos transforma a atuação sindical em uma atuação em nome da empresa, com reivindicações que atendam ao mercado, com perda da representatividade, em uma posição pacífica diante do cenário do trabalho e do trabalhador, conseqüentemente gerando pouca identificação do trabalhador com o sindicato e perda da legitimidade (Schenferd, 2023).

O que se evidencia neste momento é um sindicalismo negocial, mencionado por Antunes e Silva (2015), discutido e refletido ao longo de sua obra, especialmente quando nos remete à pergunta: para onde foram os sindicatos? Tal sindicalismo remete à mudança no perfil do sindicato, que se constituía por um coletivo de lutas ideológicas, mobilizações, movimentos organizados em torno do contexto operacional do trabalhador e passa a ser voltado a um trabalho centrado nas mesas de negociação, junto da empresa e, de certa forma, distante do trabalhador.

Outro fenômeno mencionado por Schenferd (2023) é a tendência do sindicato à prestação de serviços mais do que a luta por melhores condições de trabalho, ou seja, a busca por benefícios sociais, muitos deles vinculados à programas do próprio Estado, mudam o rumo do sindicato raiz, que passam a ser quase como organizações não governamentais vinculadas ao terceiro setor, lutando por interesses individuais dos trabalhadores e abandonando as lutas coletivas, refletindo na estrutura produtiva.

A atuação sindical entra em crise justamente por ter mudado sua essência, causando desinteresse por parte dos trabalhadores e desprestígio do sindicato, talvez, por sua postura defensiva e o abandono do seu verdadeiro papel revolucionário em prol da coletividade, também por sua nova missão mais corporativista, adentrando os interesses das empresas e do mercado (Antunes, 2015).

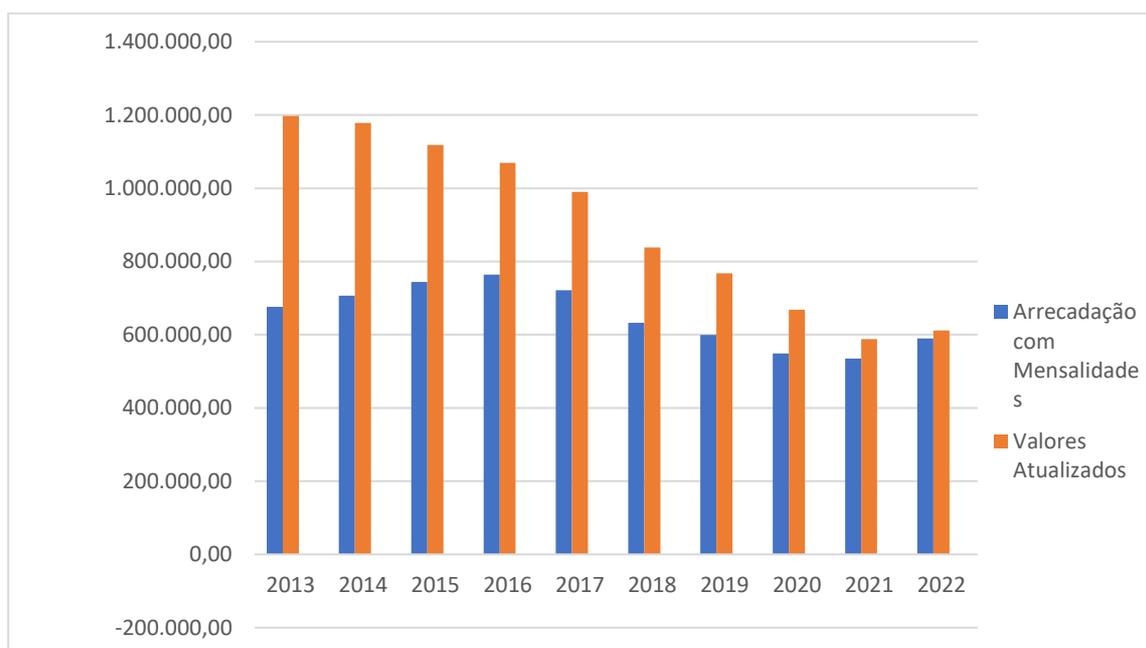
Para Schenferd (2023, p. 59), esse fenômeno de descrédito do sindicalismo para com os trabalhadores pode ser compreendido porque, talvez,

[...] ao mesmo tempo em que o sindicalismo brasileiro permitiu a criação de fenômenos político-sociais de relevância indiscutível, também permitiu a perpetuação de poder, o uso de estruturas para a obtenção de vantagens financeiras e uma excessiva judicialização de conflitos trabalhistas coletivos, em detrimento de construções democráticas de acordos e convenções coletivas, desenhando um cenário de crise e enfraquecimento.

A partir do levantamento feito sobre as arrecadações dos últimos dez anos, é possível perceber o impacto do golpe na diminuição dos valores que provêm das filiações. Somente no ano de 2022, houve o aumento de 4% em relação ao ano anterior, porém o que se observa no gráfico 18 é uma consecutiva queda na curva. Entre os anos 2017 e 2021, a redução da arrecadação com mensalidades atingiu os maiores patamares do período analisado, com destaque para o ano de 2018, quando o percentual de redução chegou a 15%.

Um dos aspectos que tiveram influência direta na redução da arrecadação do SINTRESC foi a aprovação da Lei nº 13.429/2017, que, na prática, possibilitou a terceirização irrestrita dentro das empresas, estimulando a criação de planos de demissão com reposição de mão de obra terceirizada. No setor elétrico, essa prática se reflete na redução direta da quantidade de trabalhadores representados pelos sindicatos, pois em geral, os trabalhadores terceirizados são representados por outras categorias. Nessa mesma linha também houve influência devido à contratação de trabalhadores com salários reduzidos. Em alguns casos, essa redução chegou a 40%, como ocorreu com a Celesc em 2017 (CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A./INTERCEL, 2017).

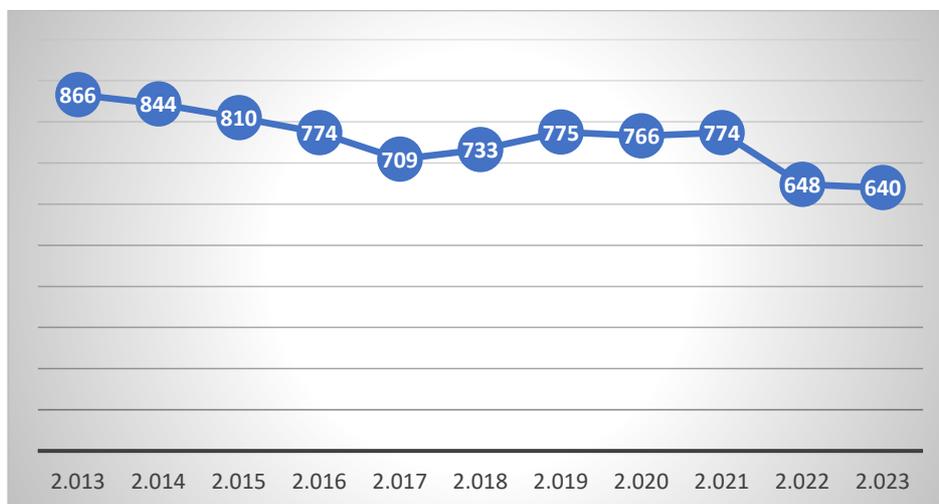
**Gráfico 18** – Demonstrativo da arrecadação do sindicato com mensalidades entre 2013 a 2022



Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere à quantidade de trabalhadores associados ao SINTRESC, a redução no mesmo período analisado foi de 26%.

**Gráfico 19** – Quantidade de sócios SINTRESC, 2023



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados lentados pela pesquisa na base de dados do SINTRESC corroboram as entrevistas da pesquisa, apontando para uma redução da quantidade de associados, bem como a redução na arrecadação da entidade.

Assim como os dados da PNAD apontam para a menor taxa de sindicalização no País, observa-se que no SINTRESC essa realidade se reproduz, pois, em 2023, a quantidade de associados é a menor já registrada no período apurado.

Por fim, salienta-se que os dados apresentados neste estudo se refletem também na micro realidade do SINTRESC, que é continuamente desafiado a se manter atuante mesmo em condições precárias de trabalho. Sendo assim, parafraseando Antunes (2015), fica o questionamento: *para onde irão os sindicatos?*

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver estudos envolvendo fenômenos sociais, políticos e econômicos é um desafio. Mesmo que as tentativas de explicar a realidade a partir do olhar do pesquisador possam ser sistematizadas rigorosamente, não é possível compreendê-las em sua totalidade. Nesse contexto, esse estudo teve como tema central compreender o movimento político pelo qual o Brasil passou em 2016 com a deposição da presidenta da república Dilma Rousseff, o qual se denomina aqui como Golpe.

As consequências desse evento histórico atingem não somente as estruturas centrais do País, mas também chega até a periferia. Um golpe de estado é um movimento radical que representa mais do que um gesto jurídico, mas uma mudança de perspectiva da própria sociedade com relação ao seu governo. Observou-se no referido golpe uma característica não só de cunho político, mas também um efeito moral que destilou no País uma onda de ódio, resistência e desconstrução da democracia.

O golpe de 2016 se mostrou diferente do golpe de 1964 por não ter o protagonismo das formas armadas, no entanto os impactos sofridos pela população foram também devastadores.

As mudanças na legislação trabalhista e previdenciária, bem como a extinção de políticas públicas de assistência social trouxeram e continuarão trazendo por um longo período prejuízos até então imensuráveis para maioria da população.

Cabe ainda citar a retomada das privatizações, que, conforme descrito neste estudo, praticamente extinguiram o setor elétrico estatal, com destaque para a privatização da maior empresa de energia elétrica da América Latina, a Eletrobras.

No centro dessa discussão se encontra a classe trabalhadora, que ao final do processo do golpe sofreu inúmeras derrotas, sejam elas na precarização das condições de trabalho ou ainda na frustração da expectativa de alcançar a tão sonhada aposentadoria.

Como alvo central da investida do golpe, os sindicatos, juntamente com os seus representados, saíram desse processo com diversos traumas e desafios. Adaptar-se à nova realidade financeira e política passou a ser a grande missão dessas entidades.

As mobilizações promovidas a partir de 2014 por entidades como FIESC e MBL fizeram parte do processo do golpe, visto que em conjunto com a grande mídia contribuíram para a desconstrução da imagem dos sindicatos como entidades de luta e defesa dos trabalhadores, fomentando assim a construção de um novo estereótipo, ligando

os sindicatos em geral ao partido dos trabalhadores, que na época tinha sua imagem muito desgastada perante a sociedade.

Todo esse movimento de desconstrução da imagem dos sindicatos fez com que as lutas contra os ataques que viriam após o golpe se tornassem ainda mais difíceis, o que de certa forma acabou facilitando a aprovação de todas as reformas e demais mudanças na legislação que aconteceram no período de 2016 a 2022.

Após a mudança do paradigma do governo, que saiu de uma visão progressista para entrar em uma perspectiva totalmente liberal, além da destruição da justiça do trabalho, as entidades de representação dos trabalhadores se encontram na posição de “apagadores de incêndio”, tendo que dar continuidade a um trabalho bastante difícil e em uma realidade ainda mais complicada.

As dificuldades experimentadas pelos sindicatos no pós-golpe puderam ser observadas nas sucessivas quedas na taxa de sindicalização e na conseqüente redução das arrecadações também presentes neste estudo.

Não obstante dessa realidade, o SINTRESC sofreu, como todo movimento sindical brasileiro, os efeitos do golpe. Em que pese a categoria eletricitária do extremo sul catarinense possuir suas singularidades no que diz respeito à pluralidade da natureza jurídica das empresas onde seus representados atuam, o efeito prático do golpe se mostrou semelhante ao experimentado nas entidades de todo o Brasil no pós-golpe de 2016.

A privatização da CGTEletrosul, empresa do grupo Eletrobras, colocou cerca de 30 trabalhadores da base do SINTRESC, da noite para o dia, na condição de trabalhadores de empresa privada, e como parte do resultado negativo desse processo, retirou uma vaga de dirigente sindical, reduzindo ainda mais uma estrutura que já era precária.

A redução de praticamente 50% na arrecadação no período dos últimos 10 anos, com destaque para os anos do pós-golpe, coloca sobre o SINTRESC o desafio de dar continuidade ao trabalho até então desempenhado.

Ações no sentido de tentar “*ajustar as contas*” já começam a ser percebidas pelos trabalhadores representados pelo SINTRESC, que enxergam que houve prejuízo no que se refere à atuação do sindicato. Esses impactos foram percebidos pelos trabalhadores e relatados nas entrevistas realizadas nesta pesquisa. Ainda assim, conforme a avaliação de boa parte dos entrevistados, o SINTRESC continuou desenvolvendo suas atividades de maneira satisfatória. A partir da nova realidade no pós-eleição de 2022, a expectativa é de que os trabalhadores voltem a avançar em suas pautas, no entanto ainda há um grande desafio a ser enfrentado pelo SINTRESC.

Questões emergem ao final desta pesquisa e ficam registradas como sugestão para pesquisas futuras. Como os sindicatos podem atuar para tentar reverter todo o prejuízo sofrido após o Golpe de 2016? Até que ponto a atuação dos sindicatos nos anos do governo do PT contribuiu para que a resistência ao golpe não fosse suficiente?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, K. C. de F. J.; SOUZA, R. G. V. de. Estimativa da evolução do uso final de energia elétrica no setor residencial do Brasil por região geográfica. **Ambiente Construído**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 383-408, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212021000200532>. Acesso em: 23 set. 2022.
- ABREU, C. R. de; CÂMARA, L. M. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Rev. Adm. Pública**, [s.l.], v. 49, n. 1, p. 73-90, 2015.
- ABREU, M. C. S. de; SIEBRA, A. A.; CUNHA, L. T. da; SANTOS, S. M. dos. Fatores determinantes para o avanço da energia eólica no estado do Ceará frente aos desafios das mudanças climáticas. **REAd**, [s.l.], v. 78, n. 2, p. 274-304, 2014.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. **Histórico**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historico>. Acesso em: 19 set. 2022.
- ALÃO, A. A.; BORGES, F. Q. Estratégias na Geração de Energia Elétrica no Pará e a Promoção de Estruturas Tecnológicas e Mecanismos Competitivos (2014-2017). **Desenvolvimento em Questão**, [s.l.], v. 16, n. 45, p. 291-308, 2018.
- ALMEIDA, D. N.; SIMÕES, A. F.; KURITA, R. M.; SANTOS, M. E. S. R.; SIMÕES, G. J.; DOMINGUES, M. S. A crise no fornecimento e distribuição de energia elétrica no Brasil em 2001: Uma análise panorâmica com foco em na prevenção de eventos análogos futuros. **Rev. Gest. Ambient. e Sust.–GeAS**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 1-21 (e20080), 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/geas.v11i1.20080>. Acesso em: 22 set. 2022.
- ALMEIDA, L. de A.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cad. EBAPE.BR.**, [s.l.], v. 16, n. 3, p. 444-455, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Win%207/Downloads/Almeida\\_Gomes\\_2018\\_Processo-das-Politic-Publica\\_50907.pdf](file:///C:/Users/Win%207/Downloads/Almeida_Gomes_2018_Processo-das-Politic-Publica_50907.pdf). Acesso em: 22 set. 2022.
- ALVES, G. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Rev. Sociol. Polít.**, [s.l.], v. 15, p. 111-124, 2000.
- ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Rev. Sociol. Polít.**, [s.l.], v. 19, p. 71-94, 2002.

- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**. São Paulo: Unicamp, 1992.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R.; SILVA, J. B. da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, set./dez. 2015.
- Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/cooperativismo-tem-tradicao-forte-no-brasil,b6663c89ce962810VgnVCM100000d701210aRCRD>.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.
- BASTOS, J. M. Desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, em Santa Catarina e suas influências no processo de industrialização. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 444-471, maio/ago. 2022.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Rev. Econ. Contemp.**, [s.l.], núm. esp., p. e172129, 2017.
- BATALHA, C. H. de M. “Nós, filhos da Revolução Francesa”, a imagem da Revolução no Movimento Operário Brasileiro no início do Século XX. **Rev. Bras. de Hist.**, [s.l.], v. 10, n. 20, p. 233-249, mar./ago. 1991.
- BATALHA, C. H. de M. Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro’s Labour Movement (1906-1920). **IRSH 62**, [s.l.], núm. esp., p. 75-103, 2017.
- BEVILAQUA, A. P.; BEVILAQUA, J. P. A nova cena histórica de golpe no Brasil: é momento de organizar o povo e resistir! *Ciencia & Luta de Classes*, [s.l.], v. 4, n. 5, p. 1-9, 2021.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política I**. Trad. de Carmen C. Varriale *et al.* Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 674 p.
- BOITO JR, A. Os atores e o enredo da crise política. *In*: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. 174 p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005.

BORGES, F. Q. Administração pública do setor elétrico: indicadores de sustentabilidade no ambiente residencial do estado do Pará (2001-10). **RAP**, [s.l.], v. 46, n. 3, p. 737-51, 2012.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, [s.l.], v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao\\_compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm). Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. **Cartilha Estadual**: Distrito Federal. 6º balanço PAC – 2 anos. Março de 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/408/1/Cartilha%20Estadual%20-%20Distrito%20Federal%20-%20286%20ba%20Balan%20-%20202%20anos%20.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 1.256, de 29 de setembro de 1994. Promulga a Convenção nº 154, da Organização Internacional do Trabalho, sobre o Incentivo à Negociação Coletiva, concluída em Genebra, em 19 de junho de 1981. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 de setembro de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D1256.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1256.htm). Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 31 de março de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm). Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES**. Base compilada pelo MTE (Versão de 2015). Brasília: CNES/MTE, 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 de maio de 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2fmmKeD>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRAUNERT, M. B.; FIGUEIREDO, I. S. Dimensões da Terceirização e Precariedade do Trabalho no Setor Elétrico Brasileiro. **Caderno C R H**, [s.l.], v. 34, p. 1-16 (e021012), 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/PQXGVhS5kh7zzcpPHGqCF9y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BREY, N. K.; CAMILO, S. P. O.; MARCON, R.; MELLO, R. B. de. Conexões políticas em estruturas de propriedade: o governo como acionista em uma análise descritiva. **Ram, Rev. Adm. Mackenzie**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 98-124, 2014.

BRUGNI, T. V.; RODRIGUES, A.; CRUZ, C. F.; SZUSTER, N. IFRIC 12, ICPC 01 e Contabilidade Regulatória: Influências na Formação de Tarifas do Setor de Energia Elétrica. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, [s.l.], v. 7, n. 2, 2012.

CAETANO, D. L. do N. S.; MARTINS, L. S. Mulheres e o mundo do trabalho: análise de conjuntura e a necessidade de políticas públicas para a igualdade de gênero. **Revista da ANPEGE**, [s.l.], v. 18, n. 36, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.16393>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CAMARGO, C. B.; NASSAR, S. M.; CUNHA, C. A. Administração do consumo de energia elétrica em residências: um estudo de caso utilizando questionários. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 161-74, 1999.

CAMILLO, R.; ELY, B. J.; MEDEIROS, F. S. B.; BORTOLUZZI, D. A.; WAECHTER, L. da S.; OBREGON, S. L. Responsabilidade social em uma empresa distribuidora de energia elétrica. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 8 (Edição Especial), p. 119-132, 2015.

CAMPOS, A. G. Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo? **2262 Texto para Discussão**. Brasília, DF: IPEA, 2016.

CARDOSO, A. M. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, set./dez. 2015.

CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, J. Á. de L. **Crise da Economia Mundial e a Política de Guerra Contra a População no Brasil**. Florianópolis: Isadora Bernardo Cardoso, 2019.

CARDOSO, J. Á. de L. **Golpe de 2016 e a Rapinagem do Brasil**. Florianópolis: Isadora Bernardo Cardoso, 2021.

CARDOSO, J. Á. de L. **Golpe de Estado e a Imposição da Política de Guerra no Brasil**. Florianópolis: Isadora Bernardo Cardoso, 2018.

CARDOSO, J. Á. de L. **Saldo do golpe de 2016: Explosão da miséria e espoliação do Brasil**. Florianópolis, SC: Ed. do Autor, 2022.

CARDOSO, J. V. M.; CAMILO, S. P. O. O processo histórico das Cooperativas de Eletrificação do Brasil. **Estudios Históricos – Cdhryb**, [s.l.], ano X, n. 19, p. 1-18, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Win%207/Downloads/eh1908.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CARVALHO, L. Governo Juscelino Kubitschek (JK). **Brasil Escola**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-juscelino-kubitschek-jk.htm>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CARVALHO, O. F. de. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. **Rev. Investig. Const.**, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 773-794, 2019.

CARVALHO, W. J. de. O Ministério de Minas e Energia Elétrica como parte da reforma na administração brasileira. **Revista do Serviço Público.**, [s.l.], v. 58, n. 4, p. 511-517, 2007.

CASTRO, C. M. de. Public hearings as a tool to improve participation in regulatory policies: case study of the National Agency of Electric Energy. **Rev. Adm. Pública.**, [s.l.], v. 47, n. 5, p. 1069-87, 2013.

CAVAIGNAC, M. D. Sindicalismo em tempos difíceis: reflexões sobre a organização política de uma classe trabalhadora cada vez mais fragmentada. **Revista LABOR**, [s.l.], v. 8, n. 1, 2012.

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A./INTERCEL. **Primeiro Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018**. 2017. Disponível em: [bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_rais\\_vinculo\\_id/login.php](bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php). Acesso em: 9 mar. 2023.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC. **História**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.celesc.com.br/home/historia>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERALIANÇA. **História da COOPERALIANÇA**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.cooperalianca.com.br/empresa/institucional>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA - CERSUL. **Histórico**. Sem data de publicação. Disponível em: <http://www.cersul.com.br/historico>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRÃO-PARÁ - CERGAPA. **Home**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.cergapa.com.br/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PAULO LOPES - CERPALO. **Quem somos**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.cerpalo.com.br/quem-somos>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PRAIA GRANDE – CEPRAG. **Sobre a CEPRAG**. 2023 Disponível em: <http://www.ceprag.com.br/sobre>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE GRAVATAL - CERGRAL. **Nossa História**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://cergral.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL. **Relatório Socioambiental 2019**. Disponível em: <https://cergral.com.br/wp-content/uploads/2020/10/17-09-2020-relatorio-socioambiental-2019.pdf> .

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA. **Empresa**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://cejama.com.br/empresa>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE - CERBRANORTE. **Nossa História**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://cerbranorte.org/nossa-historia-2/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE ANITÁPOLIS - CERAL. **Empresa**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://ceralanitapolis.com.br/empresa>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE TREVISÓ - CERTREL. **Histórico.** Sem data de publicação. Disponível em: <https://certrel.coop.br/cooperativa/historico>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL. **Nossa História.** Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.cermoful.coop.br/historia>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA MISTA LAURO MÜLLER LTDA - COOPERMILA. **História.** Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.coopermila.com.br/historia/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA. **História.** Sem data de publicação. Disponível em: [https://www.coopera.com.br/historico\\_](https://www.coopera.com.br/historico_) Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERATIVA REGIONAL SUL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - COORSEL. Sem data de publicação. **Empresa.** Disponível em: <https://coorsel.com.br/empresa>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COOPERCOCAL. **Coopercocal e sua história.** Sem data de publicação. Disponível em: <https://coopercocal.com.br/p/coopercocal-e-sua-historia>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COSTA, M. da S. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, [s.l.], v. 20, n. 59, 2005.

CRUZ, V. L.; DUARTE, A. M.; FALCÃO, D. de S.; LEONE, R. J. G. Responsabilidade Socioambiental das Empresas Brasileiras de Energia Elétrica. **AOS**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 45-60, 2019.

D'ASCENZI, L.; LIMA, L. L. Análise de Impacto *ex ante* de Políticas Públicas: Desafios de uma Agência Reguladora no Desenvolvimento Local. **RIGS Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 87-113, 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Nota Técnica nº 151.** A importância da Organização Sindical dos Trabalhadores. São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec151ImportanciaSindicatos.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

FADUL, É. M. C. Regulação de serviços públicos num contexto de reforma do estado e privatização no Brasil: impactos no setor de energia elétrica. **Revista Gestão e Planejamento**, [s.l.], v. 5, n. 10, p. 48-62, 2004.

FAORO, R. **A democracia traída**: entrevistas. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2008.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA - FECOERUSC. **Conheça mais Sobre a Federação**. 2022. Disponível em: <https://www.fecoerusc.org.br/sobre>. Acesso em: 12 jul. 2023.

FERNANDES, F. Florestan Fernandes. Entrevista. *In*: RUGAI BASTOS, E.; ABRUCIO, F.; LOUREIRO, M. R.; REGO, J. M. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.

FILHO, C.F. da S. Reforma Trabalhista Solapa Direitos dos Trabalhadores. *In*: Gustavo Teixeira RAMOS, G.T.; Hugo Cavalcanti elo FILHO, H.C. M.; LOGUERCIO, J.E.; FILHO, W.R.; GIORGI, F.; LOPES, J.G.; AGUSTINHO, T.; ERTLE, V. **O golpe de 2016 e a reforma trabalhista. Narrativas de resistência**. CLACSO Stable. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvtwx31b.11>. Acesso e 10 jan. 2024.

FREITAS, A.A.; SILVA, A.de F. e. A reforma trabalhista e a implementação de políticas públicas de reducionismo de direitos sociais: crise e austeridade em tempos de golpe. *In*: Gustavo Teixeira RAMOS, G.T.; Hugo Cavalcanti elo FILHO, H.C. M.; LOGUERCIO, J.E.; FILHO, W.R.; GIORGI, F.; LOPES, J.G.; AGUSTINHO, T.; ERTLE, V. **O golpe de 2016 e a reforma trabalhista. Narrativas de resistência**. CLACSO Stable. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvtwx31b.11>. Acesso e 10 jan. 2024.

FREIXO, A.; RODRIGUES, T. **2016, o ano de golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro**, [s.l.], n. 18, p. 177-200, 2009. Disponível em: [outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-18-Artigo-07.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-18-Artigo-07.pdf). Acesso em: 12 jul. 2023.

GARCIA, C. H.; DEDECCA, C. S. A heterogeneidade do mercado de trabalho e a desigualdade na representação sindical. **Sociologia&Antropologia**, [s.l.], v. 3, n. 5, p. 223-243, 2013.

GOMES, I. Taxa de sindicalização cai a 9,2% em 2022, menor nível da série. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37913-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-9-2-em-2022-menor-nivel-da-serie>. Acesso em: 23 mar. 2023.

GOMES, J. P. P.; VIEIRA, M. M. F. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. **RAP**, [s.l.], v. 43, n. 2, p. 295-321, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/NWxd9HmK8wJBGKMPq6GcLqz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2023.

GOULARTI FILHO, A.; MORAES, F. F. Usina termoelétrica em Santa Catarina: da concepção da Sotelca a privatização da Jorge Lacerda. **História Econômica & História de Empresas (ABPHE)**, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 75-97, 2004.

GUIMARÃES, C. R. A crise política e econômica no Brasil: uma análise de conjuntura sob a ótica da opinião pública nos EUA e de organismos internacionais (ONU, OCDE, FMI). **Cadernos de Relações Internacionais**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 1-25, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28060/28060.PDF>. Acesso em: 12 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Tabelas: 2020 - Sistema de contas nacionais: Brasil. Tabela 6 - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, população residente e deflator - 1996-2020.** 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 nov. 2023.

JINKINGS, I. Apresentação: o golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Org.). **Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAILER, C. V. O golpe parlamentar é a agenda que não ganha eleições. In: FREIXO, A.; RODRIGUES, T. (org.). **2016, o ano do Golpe.** [S.l.]: Oficina Raquel, 2016. 144 p.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Org.). **Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARTINS, R. IBGE: Sindicalização vai abaixo dos 10% pela 1ª vez, com reforma trabalhista e alta de autônomos. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/09/15/ibge-sindicalizacao-vai-abaixo-dos-10percent-pela-1a-vez.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2023.

MARRA, A.V. História do cooperativismo. E-Tec-Brasil – Associativismo e Cooperativismo.20p. Disponível em: <file:///C:/Users/Win%207/Desktop/Cooperativismo.pdf>.

MENDONÇA, M. J.; PEREIRA JR, A. O.; AYLNER, R. R. de B. Decomposição Estrutural do Consumo de Energia Elétrica no Brasil. Texto para Discussão 2786. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, 2022. Disponível em:

[https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2786.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2786.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

MORAES, F. F. de. A eletrificação do Sul de Santa Catarina: das primeiras iniciativas à interligação de sistemas elétricos. **EJES**, [s.l.], v. 6, n. 10, p. 229-257, 2022.

MORAES, F. F. de. **A eletrificação em Santa Catarina**. 2019. 372 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

NUNES, M. O Programa de Aceleração do Crescimento e as Fronteiras. *In*: PÊGO, B.; MOURA, R.; NUNES, M.; KRÜGER, C.; MOREIRA, O.; FERREIRA, G.; NAGAMINI, L. Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, [s.l.], v. 6, p. 381-411, 2021.

OLIVEIRA, C. B. F. de; MENDES, G. P. da S. Mulher, educação e movimento sindical no Brasil: reflexões interseccionais. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, p. 1-19, 2021.

OLIVEIRA, R. M. de. O Acordo Coletivo de Trabalho dos Eletricitários e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana: Análise das Garantias de Direitos dos Empregados da CELESC no Período de 2003 a 2013. Criciúma, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/4780>. Acesso em: 15 maio 2023.

OLIVIERI, C. Agências regulatórias e federalismo: a gestão descentralizada da regulação no setor de energia. **RAP**, [s.l.], v. 40, n. 4, p. 567-88, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – OCESC. **Cooperativas**. 2023. Disponível em: [http://www.ocesc.org.br/cooperativas\\_busca](http://www.ocesc.org.br/cooperativas_busca). Acesso em: 12 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção 154**. Genebra: OIT, 1981.

PESSOA, S. A crise atual. **Novos Estudos**, [s.l.], v. 102, n. II, p. 9-10, 2015. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-102/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

RIBEIRO, F.; ALVES, T. A.; TAFFAREL, M.; MENON, G. Responsabilidade social corporativa e o desempenho financeiro no setor de energia elétrica: um estudo com modelo de dados em painéis. **Gestão & Regionalidade**, [s.l.], v. 33, n. 99, p. 39-54, 2017.

RIBEIRO, M. A. O Golpe de 2016, a Resistência à Democracia e os Papéis da Esquerda no Brasil. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18, n. 01, p. 523-531, jan./jun., 2021.

SALES, J.E. Cooperativismo: origens e evolução. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Número I Jan-jun 2010. Disponível em:

<file:///C:/Users/Win%207/Desktop/COOPERATIVISMO%20ORIGENS%20E%20EVOLUCAO.pdf>

SAMPAIO, M. M. B. **Da Privatização ao Apagão**. Florianópolis: Ed. Insular, 2001. 248 p.

SEBRAE. Cooperativismo tem tradição forte no Brasil. Disponível em:

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/cooperativismo-tem-tradicao-forte-no-brasil,b6663c89ce962810VgnVCM100000d701210aRCRD>.

SICREDI. A história do cooperativismo no Brasil e seus impactos na sociedade.

Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/blog/cooperativismo/saiba-como-o-cooperativismo-de-credito-chegou-ao-brasil/>.

SCHENFERD, T. A. S. Do fim da obrigatoriedade do imposto sindical à ausência de cidadania coletiva na construção dos direitos sociais: conjecturas acerca do enfraquecimento do sindicalismo brasileiro. **Universitas**, [s.l.], ano 17, n. 32, p. 41-71, jan./jun. 2023. Disponível em:

<https://www.revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/532/356>.

Acesso em: 15 out. 2023.

SCHLICKMANN, F. A energia elétrica no município de São Ludgero: da origem à constituição da cooperativa de eletricidade de São Ludgero. **Política, Sociedade e Poder (2016/1)**. Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico. Disponível em: <https://www.cooperalianca.com.br/empresa/institucional>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

SILVA, C. B., ZANELATTO, J. H. Os aspectos negativos da privatização da Eletrobrás para a sociedade brasileira. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 340-354, 2023.

SILVESTRE, B. dos S.; HALL, J.; MATOS, S.; FIGUEIRA, L. A. P. de A. Privatização: bom ou ruim? Lições do setor de distribuição de energia elétrica do nordeste brasileiro. **ERA**, [s.l.], v. 50, n. 1, p. 94-111, 2010.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINTRESC. **Histórico do SINTRESC**. Disponível em: <http://sintresc.com.br/sobre/historia>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SOARES, R.V.; NOBRE, C.Q. O golpe de Estado no Brasil em 2016 e inflexões na política de educação superior. **Revista de Políticas Públicas**, 22(2):799-822, 2018.

SOUZA, L. L. C. de; MALDONADO, M. U.; RADOS, G. J. V. Gestão da Terceirização no Setor Brasileiro de Distribuição de Energia Elétrica. ©RAE, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 188-201, mar./abr. 2011.

WERNER, D. Neoliberalização e mercadejação na transmissão de energia elétrica no Brasil: o caso do Amapá. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [s.l.], v. 26, n. 85, p. 1-20 (e-83212), 2021.

WOLFF, S. R. A. **Sociedade Brasileira de Sociologia**. 2022. Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/project/ricardo-antunes/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

#### FONTES CONSULTADAS

GOOGLE ACADÊMICO – Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – Disponível em: [https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_rais\\_vinculo\\_id/caged\\_rais\\_vinculo\\_basico\\_tab.php](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php)

SCIELO Brasil – *Scientific Electronic Library Online*. Disponível em: <https://www.scielo.br/>

SINTRESC – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina. Acervo Físico.

SPELL – *Scientific Periodicals Electronic Library*. Disponível em: <http://www.spell.org.br/>

## APÊNDICES

**Apêndice A - Demonstrativo das teses e dissertações encontradas no Banco de Tese da CAPS, capturadas em 02 de dezembro de 2022**

<b>Código/Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Área</b>	<b>Objetivo</b>
A1 1989	ARAÚJO, Joelzito Almeida de	Formação sindical e novo sindicalismo: a análise de algumas experienciais	Mestrado em Educação	Investigar nos sindicatos que tinham estruturado os seus departamentos de formação sindical as seguintes questões: em que medida os departamentos de formação sindical efetivamente têm se tornado um recurso importante na organização e ação sindical; quais concepções pedagógicas foram escolhidas; que questões teóricas e práticas essas experiências de formação sindical traziam para as metodologias escolhidas ou criadas.
A2 1993	MATTOS, Ines Echenique	Mortalidade por câncer em trabalhadores da Companhia Geradora de Eletricidade de São Paulo	Mestrado em Saúde Pública	Análise exploratória de um conjunto de atestados de óbito de eletricitários do Estado de São Paulo (Brasil) através da Razão de Mortalidade Proporcional (PMR) e da Razão de Mortalidade Proporcional por Câncer (PCMR)
A3 1995	NOGUEIRA, Valéria Aparecida	Reestruturação do Setor Elétrico: Um Estudo Qualitativo das Condições de Trabalho e Saúde dos Eletricitários Frente a Privatização da CERJ	Mestrado em Saúde Pública	Estudar o processo de privatização da CERJ e, nesse contexto de reestruturação da empresa, perceber as possíveis consequências sobre as condições de vida e trabalho dos ainda efetivos e dos seus ex-trabalhadores, que, por contingência, vieram a se realocar em empresas terceirizadas que prestam serviço à dita empresa.
A4 1998	MATTOS, Inês Echenique	Padrão de mortalidade por câncer em	Doutorado em Medicina	Analisar a mortalidade por câncer de uma coorte de 10.017 trabalhadores de empresa

		trabalhadores eletricitários	(Medicina Preventiva)	geradora de eletricidade, no período 1978-1994.
A5 1998	VIEIRA, Jorge Blascovick i	A intermediação (neo)corporativa na dinâmica de uma empresa estatal em crise: uma interpretação da trajetória dos eletricitários da Companhia Estadual de Energia Elétrica (1977-1996)	Mestrado em Ciência Política	Analisar a realidade social e institucional de uma empresa pública – a CEEE – como exemplo de confrontos de interesse entre empregador e funcionários.
A6 1999	SAMPAIO, Maria Margarida Barbosa	Sindicalismo no Presente: Estratégias Sindicais no Sinergia	Mestrado em Sociologia Política	Analisar o contexto de crise no movimento sindical brasileiro a partir do estudo de caso Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis.
A7 2001	CHAMAS FILHO, Alexandre	Terceirização de serviços nas redes de distribuição de energia elétrica da CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz	Mestrado em Engenharia de Produção	Dados não disponíveis.
A8 2002	DURÁN, Antonio Carlos Lima	Planejamento estratégico na área sindical: um estudo de caso	Mestrado em Administraç ão	Esse trabalho discute a formulação e implementação do planejamento estratégico no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo.
A9 2004	BAUMGA RTL, Viviane de Oliveira	Evidências de Validade do BPR- 5, BFM-1 e PMK em Eletricitários	Mestrado em Psicologia	Verificar as evidências de validade do BPR-5 em um contexto organizacional.
A10 2005	SANTOS, Cláudio Robeiro dos	Ações coletivas: a construção do "nós" em cooperativas de trabalho (estudo de caso na COORECE de Porto Alegre)	Mestrado em Ciências Sociais	Dados não disponíveis.
A11 2005	DOMINGO S, Elza Teresa Costa	Acidentes fatais no setor elétrico do Ceará: características dos óbitos e circunstâncias dos acidentes ocorridos	Mestrado em Saúde Pública	Realizar um estudo epidemiológico sobre os acidentes ocorridos no setor elétrico do Estado do Ceará em um período no qual esses eventos ocorreram com uma frequência superior ao esperado para o setor.

		no período de 1994 a 2004		
A12 2006	MARTINE Z, Maria Carmen	Estudo dos fatores associados à capacidade para o trabalho em trabalhadores do setor elétrico	Doutorado em Saúde Pública	Analisar os fatores associados à capacidade para o trabalho em uma população de eletricitários.
A13 2006	MOREIRA, Marcia Maria Silveira Campos	Reestruturação e privatização no setor elétrico brasileiro: impactos sobre as relações de trabalho	Mestrado em Administração	Apontar os impactos que as transformações institucionais do setor elétrico brasileiro tiveram sobre as relações de trabalho.
A14 2007	MELO, João Alfredo Costa de Campos	As novas ações coletivas frente à crise do modelo sindical corporativista: sindicalismo cidadão e fusão de sindicatos	Doutorado em Ciências Sociais	Discutir as possibilidades de novas ações coletivas articuladas pelo Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieletro).
A15 2009	SANTOS, Cesar Alexandre dos	A "comodificação" de uma empresa pública: o caso da Companhia Paranaense de Energia - Copel	Mestrado em Ciências Sociais	Analisar o processo de "comodificação" ao qual a Copel – Companhia Paranaense de Energia.
A16 2009	VARGAS, Geralda Maria	Vínculo e Ruptura Organizacional: Estudo de Caso dos Aposentados de uma Concessionária de Energia Elétrica de Minas Gerais	Mestrado em Administração	Identificar as características dos vínculos organizacionais que se estabelecem entre trabalhadores e organização, bem como os elementos de ruptura organizacional decorrentes da aposentadoria.
A17 2009	SOUZA, Alvandira Generosa de	Serviço social e liderança sindical: a parceria entre a ação do assistente social e os trabalhadores usuários de álcool e outras drogas na CESP – Companhia Energética de São Paulo S.A.	Mestrado em Serviço Social	Analisar o processo da ação do Serviço Social no Programa de Dependência Química oferecido pela CESP – Companhia Energética de São Paulo, em parceria com o Sindicato dos Eletricitários da base de São Paulo, em 2006.

A18 2009	SOUZA, Suerda Fortaleza de	Trabalho e Saúde Mental dos Trabalhadores de Manutenção de um Sistema de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho	Identificar os fatores de risco psicossociais para a saúde mental dos trabalhadores na manutenção de equipamentos e linhas de transmissão de energia elétrica.
A19 2012	MIRANDA , Benedito Romualdo de	Sindicato dos Eletricitários de Campinas: em face da reestruturação produtiva e a terceirização	Mestrado em Serviço Social	Analisar as transformações proporcionadas pelo processo de globalização da economia a mando do capital, para atender ao seu círculo acumulativo no período de 1990 a 2007.
A20 2012	FERREIRA , Rafael Leite	O "novo sindicalismo" urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências	Mestrado em História	Analisar como havia se dado a atuação do movimento sindical urbano em Pernambuco nos anos finais da "ditadura civil-militar"
A21 2014	TARDELI, Everson de Alcantara	Justiça do capital: violência estrutural nas relações de trabalho dos eletricitários em Minas Gerais	Mestrado em Serviço Social	Analisar como se manifesta a violência estrutural do capital por meio das empresas e da Justiça do Trabalho.
A22 2015	PAULINO, Alex Brant	A terceirização nas relações de trabalho da Companhia Energética de Minas Gerais: Análise da Ação Civil Pública Nº 0001473-2003-004-00-4	Mestrado em desenvolvimento social	Analisar o processo de terceirização trabalhista na CEMIG e a precarização do trabalho conforme apontado e discutido na ACP nº 0001473-2003-004-00-4.
A23 2020	SILVA, Julie Micheline Amaral	As vivências de readaptação profissional de trabalhadores eletricitários	Mestrado em Saúde Coletiva	Compreender as vivências do processo de readaptação profissional de três trabalhadores eletricitistas de uma empresa da indústria energética de Minas Gerais.
A24 2021	VALENTI M, Gabriel Lima	Da greve dos petroleiros de 1995 a greve dos eletricitários de 2018: uma análise crítica da jurisprudência dominante a	Mestrado em Direito	Realizar uma análise crítica do posicionamento jurisprudencial majoritário a respeito da greve com finalidade política.

	respeito de greves com finalidade política		
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da busca no banco de teses da CAPES (2023).

**Apêndice B** – Resultados dos estudos identificados nas teses e dissertações, 2023.

<b>Código do Estudo</b>	<b>Resultados</b>
A1 1989	Encontramos uma postura ambígua em várias experiências. Em um mesmo sindicato, os cursos dirigidos à base tendem a ficar no nível da constatação desse saber e como consequência é empobrecido o processo de aprendizagem, o conhecimento da realidade e o papel do educador. Já os cursos dirigidos aos quadros tendem a privilegiar a aquisição de conhecimentos acumulados historicamente sem o necessário confronto com a realidade atual e a prática social da categoria.
A2 1993	Foi observado um discreto excesso de mortalidade por todas as localizações de câncer (PMR 1,11; IC 95% 0,91-1,35) estatisticamente não significativo. Encontrou-se elevação da PCMR, estatisticamente significativa, para câncer de laringe (PCMR 2,04; IC 95% 1,05-4,20). Um excesso de óbitos, embora sem significação estatística, foi observado para cavidade oral/faringe, próstata, bexiga, cérebro e doença de Hodgkin. A análise por categorias de exposição estimada a campos magnéticos mostrou PCMRs persistentemente elevadas para câncer de bexiga (PCMR 4,17; IC 95% 1,35-9,72), cérebro (PCMR 3,77; IC 95% 1,02-9,65) e doença de Hodgkin (PCMR 5,55; IC 95% 1,14-16,21) no grupo com exposição provavelmente alta. Uma comparação com a mortalidade por câncer de um grupo de trabalhadores petroquímicos mostrou mortalidade elevada por neoplasma de laringe (PCMR 3,51; IC 95% 1,75-6,28) e bexiga (PCMR 7,53; IC 95% 3,02-15,51). Para tumores de cérebro, observou-se PCMR de 0,74 (IC 95% 0,27-1,61).
A3 1995	Os depoimentos dos trabalhadores, sobretudo das empreiteiras e cooperativas, mostram, entre outras evidências, uma precarização das condições de trabalho. Essa precarização se expressa em termos da não existência de CIPA nos locais de trabalho. Também não são realizados exames periódicos nesses trabalhadores; além disso, pelo maior controle e também pelo aumento do ritmo e da jornada, esses trabalhadores estão sem fazer monitoramentos em sua saúde.
A4 1998	A análise das Razões Padronizadas de Mortalidade mostrou que os eletricitários apresentam menor mortalidade geral (0,47 (0,43-0,51)) e pelos diferentes grupos de causas de morte, inclusive neoplasmas (0,73 (0,60-0,90)), em comparação com a população do mesmo sexo e faixa etária do Rio de Janeiro. Foram observadas Razões Padronizadas de Mortalidade por Câncer maiores do que a unidade para neoplasias de intestino delgado (10,35 (3,34-32,09)); vesícula biliar (2,64 (0,99-7,03)); pâncreas (1,83 (0,91-3,66)); rim (2,91 (1,39-6,10)); bexiga (2,60 (0,58-4,12)) e melanoma (1,82 (0,46-7,28)).
A5 1998	O primeiro momento analisado abrange os anos de 1977 a 1979, quando os arranjos dos funcionários eram mediados à luz das concepções do velho corporativismo de Getúlio Vargas. Verificou-se, nesse período,

	que os arranjos eram decretados pela Justiça do Trabalho, bem como não atingiam a totalidade dos funcionários da CEEE. De 1980 até 1991, tem-se o período de auge das ações corporativas dos funcionários dessa estatal. O passo decisivo na montagem de uma nova perspectiva política na intermediação de interesses ocorreu quando, em 1980, a Justiça do Trabalho passou a exercer apenas um circunscrito papel homologatório, afastando-se, em consequência, das regras do corporativismo varguista para constituir novos conteúdos. No terceiro período analisado, de 1992 a 1997, aponta-se o retrocesso das conquistas, que se efetivou através, como primeiro passo, da limitação dos salários, compatibilizando-os a definidos patamares da receita líquida.
A6 1999	A postura do Sinergia não difere muito dos demais sindicatos nem da CUT, importante síntese da conquista dos trabalhadores brasileiros do final de 1980. Suas ações não têm mais como orientação a recusa ao capitalismo, mas a ação por dentro dele, na falsa expectativa de “melhorá-lo”, praticando um sindicalismo propositivo. Isso pode ser observado na concordância em diminuir jornada de trabalho e salários, flexibilização de direitos e também na falta de projeto contra a privatização.
A7 2001	Dados não disponíveis.
A8 2002	O início dos estudos de privatização das estatais do setor energético, a possibilidade de aposentadoria de um grande contingente de colaboradores diretos e indiretos, o estabelecimento e o desenvolvimento de novas tecnologias, além da entrada de um número significativo de mulheres e de novas lideranças na força de trabalho da categoria levaram a direção do sindicato a dar um novo direcionamento à entidade.
A9 2004	Os resultados revelam que para pessoas com menor tempo de experiência numa função o fator g (inteligência geral) desempenha um papel importante na aprendizagem dessas tarefas novas. À medida que o funcionário apresenta maior conhecimento da tarefa, o valor preditor do fator g é menor.
A10 2005	Dados não disponíveis.
A11 2005	A ocorrência de um aumento acentuado do número de acidentes do trabalho fatais no setor elétrico no período de 1998 a 2002, o qual corresponde ao início da privatização da concessionária de energia elétrica do Ceará.
A12 2006	A pesquisa evidenciou que o estresse decorrente de fatores psicossociais do trabalho, a elevação do índice de massa corporal, o consumo de bebida alcoólica e o local de trabalho podem contribuir para a diminuição da capacidade para o trabalho, e que uma boa qualidade do estado da saúde física e a prática de atividade física podem contribuir para a manutenção da capacidade para o trabalho dos eletricitários.
A13 2006	As entrevistas realizadas junto a dirigentes dos sindicatos dos eletricitários de São Paulo e de Campinas revelaram as dificuldades das entidades de representação dos trabalhadores em manter benefícios anteriormente conquistados e de representar trabalhadores que, embora terceirizados, executam atividades relacionadas ao setor elétrico. Já as

	<p>entrevistas realizadas junto a gestores de recursos humanos de duas importantes distribuidoras de energia elétrica do Estado de São Paulo retrataram os esforços despendidos nos processos de reestruturação empresarial, que levaram à adoção de novas formas de organização do trabalho e novos modelos de gestão de pessoas, trazendo importantes ganhos de eficiência para as organizações. Assim, de um lado, temos os indicadores do lado do trabalho apontando para um cenário de fragilidade, enquanto os indicadores organizacionais apontam para a melhoria do desempenho técnico e financeiro das empresas estudadas.</p>
A14 2007	<p>O movimento sindical atual buscou agregar, com maior ou menor eficácia, a defesa de seus representados com uma agenda social mais ampla que, em certos momentos, extrapola as relações trabalhistas em busca de conquistas mais amplas que envolvam toda a sociedade. O novo sindicalismo procurou, também, ampliar os horizontes dos atores sindicais. Foram estabelecidas parcerias, assim como adesões a outros movimentos sociais, com uma clara definição político-ideológica revolucionária e de esquerda, uma engrenagem motriz dos processos revolucionários de transformação social. Como é possível perceber, necessita-se que os diferentes momentos históricos sejam considerados nas respostas aos questionamentos sobre a crise do movimento sindical, seja na atualidade ou naquele modelo de ação coletiva instituída com o novo sindicalismo. A todo instante, o trabalho procurou mostrar que o movimento sindical vive um momento de crise, talvez uma crise de dimensões agigantadas que o enfraqueceu. Porém, em momento algum, considerou o momento como catastrófico e definitivo para os atores sindicais. Os sindicatos, apesar das condições estruturais adversas, conquistaram outros espaços com a criação de novas estratégias e ações coletivas, de modo a incorporar diferentes camadas sociais e, principalmente, o trabalhador expurgado do mercado formal de trabalho.</p>
A15 2009	<p>As transformações desenvolvidas no interior da Copel não ocorreram isoladamente, estão diretamente subordinadas às mudanças impostas pela nova configuração do capital internacional. A “comodificação” da empresa não se tratou de uma opção, mas sim da busca de sua adequação às exigências de flexibilidade do neoliberalismo. Esse processo transformou a gestão da empresa e moldou o comportamento dos trabalhadores a partir dos conceitos do Toyotismo e desfez a ideia da empresa geradora de “antivalor”, caracterizada pela “priorização” da busca do desenvolvimento econômico/social do Estado. Apesar de manter-se na condição de estatal, a Copel passou a adotar um comportamento cada vez mais característico das empresas privadas, buscando incessantemente o aumento da lucratividade para remuneração de seus acionistas em detrimento a qualquer “função social”.</p>
A16 2009	<p>No caso em estudo, foi possível verificar que os indivíduos possuíam vínculos extremamente fortes com a organização. Identificaram-se, também, sentimentos intensos de pertencimento com a organização e um alto grau de cooperação entre os trabalhadores. Outro aspecto importante foi o programa de demissão incentivada implantado pela empresa. Pode-se notar um sentimento de frustração ou, mesmo, de</p>

	<p>traição, devido à imposição de saída daqueles empregados que já tinham tempo para se aposentar.</p>
A17 2009	<p>A constatação de que 91% dos pesquisados reconhecem que o consumo de álcool e de outras drogas é um problema de saúde e que os trabalhadores envolvidos com esse consumo necessitam de atenção especial, tanto no campo das políticas preventivas quanto em providências para tratamento, conforme padrões mundiais de saúde da OMS (Organização Mundial de Saúde); 31% dos trabalhadores pesquisados afirmaram que já presenciaram o uso de álcool e de outras drogas no interior da CESP e essa constatação deve conduzir a empresa a uma atitude protetiva e orientadora; a explicitação de que 52% dos empregados não se sentem constrangidos em participar dos eventos nos espaços de recreação da CESP com os dependentes químicos; 17% dos trabalhadores pesquisados ignoraram o problema do consumo nocivo de álcool e de outras drogas na CESP porque não querem envolver-se; 33% mostraram-se incomodados com o uso; 29% dos pesquisados pronunciaram-se indignados; outras atitudes manifestadas pelos trabalhadores pesquisados foram sentimentos de irritação, de pena e indignação, dúvida e desconhecimento de qual seria a ação apropriada; foram indicadas como necessárias ações mais assertivas da diretoria e chefias da CESP para o enfrentamento do problema do consumo e uso nocivo nas dependências da empresa; constatamos, ainda, a necessidade de os trabalhadores serem protegidos da comercialização das drogas por meio de reflexões para a formação de uma nova consciência; do mesmo modo, compreendemos a necessidade de acionar o policiamento, caso preciso, não como ação punitiva, mas de apoio e inibição. Os sujeitos manifestaram a importância de se manter um sistema de segurança no interior da empresa, assim como a testagem para algumas funções que exijam precisão, com um programa de acompanhamento e prevenção.</p>
A18 2009	<p>A prevalência global de TMC foi de 20,3%. A prevalência de TMC variou segundo as categorias do Modelo Demanda-Controle, sendo que os trabalhadores com trabalho de alta exigência apresentaram prevalência 2,7 vezes maior em relação ao trabalho com baixa exigência, após ajuste pelas covariáveis prática de atividade física, lazer, escolaridade e suporte social. Segundo as dimensões do modelo ERI para trabalhadores com alto esforço, a prevalência de TMC foi 3,9 vezes maior em relação aos trabalhadores com baixo esforço. Trabalhadores com baixa recompensa apresentaram prevalência de TMC 4,8 vezes maior em relação aos trabalhadores com alta recompensa, após ajuste por atividade física, lazer, tempo na função e comprometimento com o trabalho. A prevalência de Transtornos Mentais Comuns está associada às características psicossociais do trabalho dessa população de eletricitários. O trabalho em alta exigência, baixo suporte social, alto esforço e baixa recompensa está fortemente associado com TMC nessa categoria ocupacional.</p>
A19 2012	<p>O capital em si segue as normas ditas pelos homens. Ele, em si, é um elemento desprezível do movimento racional e não intelectual. O homem, sim, é quem está se submetendo a sua reprodução. Sem que perceba, está curvando mediante a matéria, que foi criada para a sua exploração. É nesse sentido que o homem está escravizado por ele</p>

	<p>mesmo. A tecnologia é um avanço que deveria ser para conforto e bem-estar social, mas o que está ocorrendo é o inverso. Está se apreendendo pelos avanços e os recursos tecnológicos. Podemos até então dizer que se trata de um saber alienado. Quando é que esse conhecimento servirá para a libertação do homem? Assim, no desenvolvimento da dissertação, foram apontadas práticas da relação de trabalho e capital. Sobre essa relação que se dá a contínua e mássica produção e acumulação sobre os que o servem. Assim, foi percorrido o caminho inverso a essa produção nefasta do sistema atual do capital para não correr o risco de descer ao nível da miserabilíssima mercadoria.</p>
<p>A20 2012</p>	<p>Embora a historiografia brasileira tenha dado ênfase à atuação dos trabalhadores e dos líderes sindicais do eixo RJ-SP, no final da década de 1970 e início de 1980, é fundamental ressaltar que, em diversas partes do País, inúmeros trabalhadores se organizaram e se mobilizaram contra os patrões e/ou o governo. Como foi o caso de uma parcela significativa de trabalhadores urbanos do Estado de Pernambuco. Nessa região, mesmo com o cerco montado pela ditadura, percebem-se, principalmente, a partir de 1979, importantes mobilizações, passeatas e greves, em um processo que envolveu um conjunto de posicionamentos e práticas diferenciadas em relação às lideranças sindicais anteriores. Desconfiados do discurso desses indivíduos – que pregavam estar construindo um “Novo sindicalismo” –, pudemos observar que, como todo e qualquer processo histórico, as suas atuações não foram livres de dilemas e de contradições. Houve um significativo descompasso entre o discurso e a prática. A fabulação de Gabriel García Márquez, por exemplo, serviu-nos de alerta e de lição. Assim como a postura tenaz da St. Sofia de La Piedad, o olhar do historiador não pode se enganar com a aparência da realidade. Ele deve, a despeito da normalidade das coisas, objetos e situações, procurar tecer um olhar inquietante e de indagação acerca do real, sobre seu objeto de estudo, perseguindo, assim como a St. Sofia, o simulacro até o flagrante. Começamos a perceber que, embora os “novos sindicalistas” tenham falado, inúmeras vezes, em meio à radicalidade do período para romper com a estrutura sindical oficial criada durante o primeiro governo Vargas, e com o “Velho sindicalismo” (1945-1964), o “Novo sindicalismo” permaneceu sob a condição de “sindicalismo de Estado” e com inúmeras estratégias de ação grevista dos “velhos sindicalistas”. Assim, longe de marcar uma ruptura na história do movimento sindical brasileiro, procuramos mostrar que o “Novo sindicalismo” escondeu, no fundo, diversas linhas de mudanças e de continuidades com o passado.</p>
<p>A21 2014</p>	<p>Quanto aos fatores determinantes da taxa de exploração, destacamos três campos de atuação sindical fundamentais e determinantes das taxas de mais valia: a remuneração, o tempo de trabalho e as formas de contratação. É imprescindível que o sindicalismo adote como temas centrais das lutas coletivas dos trabalhadores esses três fatores como possibilidade mínima de resistência contra as usurpações do capital. Esse é o caminho que parte do interior do sistema, mas que conduz a ação sindical para além dele. Como principal espaço de organização e lutas da classe trabalhadora, o desafio de ir além coloca o sindicalismo no centro do debate e ressalta sua importância no sentido de promover a</p>

	conscientização dos trabalhadores quanto à sua condição de classe e à necessária superação do atual modo de produção.
A22 2015	A análise do processo de terceirização trabalhista implica no estudo de um fato social relevante, que é a relação de trabalho vivenciada no moderno processo produtivo flexível. A compreensão desse fenômeno e de seus reflexos na vida dos trabalhadores da CEMIG é objeto dessa pesquisa, que reclama uma análise das decisões judiciais da ACP nº 0001473- 2003-004-00-4, ajuizada pelo MPT no ano de 2003 e que teve julgamento definitivo somente no mês de setembro de 2014. O resultado do referido processo foi muito esperado por trabalhadores, sindicatos, pela empresa, pelo MPT que ajuizou a ação e por diversos interessados na temática, porque tende a influenciar outras decisões em casos análogos, bem como a regulamentação da terceirização, especialmente junto às concessionárias do serviço público. Como o STF ainda analisará um caso análogo envolvendo a concessão no serviço de telefonia, resta aguardar tal decisão, que poderá ter uma repercussão que afetará também os contratos das demais concessionárias de serviço público, de forma a servir como novo paradigma orientador da regulamentação da terceirização, que deve ser melhor discutida com a sociedade civil e com os diretamente interessados a fim de avançar na proposta, atualmente retrógrada, do projeto de Lei 4.330/2004, que se encontra em tramitação.
A23 2020	O afastamento do trabalho culminou na ruptura indenitária desses trabalhadores e na suspensão de sentidos produzidos no e pelo trabalho. Ainda resultou no seu isolamento e na sua exclusão da lógica produtiva da empresa. A readaptação foi conduzida de forma a responsabilizar os reabilitando pelo adoecimento causador do afastamento, bem como não cumpriu seu papel de retomar a aptidão dos trabalhadores, ao contrário, excluiu e reforçou a lógica da necessidade de adaptação do homem ao trabalho e não o oposto. A readaptação provocou, ainda, adoecimentos psíquicos nos participantes.
A24 2021	Os argumentos utilizados pelo Tribunal não podem prosperar. Além de não haver embasamento legal ou Constitucional nessas declarações de abusividade, as separações entre o “político” e o “profissional” que o TST comumente elabora não fazem sentido nos casos concretos, já que há claramente questões profissionais envolvidas em todas as greves analisadas. Os argumentos utilizados pelo Tribunal tentam restringir a participação política dos cidadãos ao voto nas eleições, um posicionamento completamente defasado, que não só está em dissonância com o espírito da constituição, mas que também não se coaduna com o que apresentam os principais teóricos sobre a democracia moderna, inclusive os liberais, como Karl Popper e John Rawls. O Tribunal, ao declarar as greves políticas abusivas, contribui para a separação entre administração e formação da vontade pública, fenômeno típico da era neoliberal, contribuindo, assim, para a naturalização desse projeto político. Por fim, o posicionamento do Tribunal brasileiro está em dissonância com as mais modernas interpretações sobre greve política dos principais tribunais trabalhistas do Ocidente, que, ou aceitam esse tipo de greve sem grandes restrições, como é o caso da Itália, ou o aceitam se houver interesses profissionais

	envolvidos, como é o caso da França, de Portugal e de alguns julgados da Espanha.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da busca no banco de teses da CAPES (2023).

**Apêndice C – 1º TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2017/2018 CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A./INTERCEL)**



**1º TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2017/2018  
CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A./INTERCEL**

Pelo presente Termo Aditivo que entre si firmam, de um lado, a Celesc Distribuição S.A., com sede na Av. Itamarati, no 160, Itacorubi, Blocos A1, B1 e B2, inscrita no CNPJ/MF sob o no 08.336.783/0001-90 e Inscrição Estadual sob o no 255.266.626, doravante denominada Celesc Distribuição e do outro, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis – SINERGIA, inscrito no CNPJ/MF sob o no 83.930.818/0001-30, Registro Sindical MTPS no 188.319, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Lages – STIEEL, inscrito no CNPJ/MF sob o no 75.326.074/0001-11, Registro Sindical Processo no 46.000.000282/93-46, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina – SINTRESC, inscrito no CNPJ/MF sob o no 86.439.395/0001-49, Registro Sindical Processo no 46010.001857/2002-07, o Sindicato dos Trabalhadores Eletricistas do Vale do Itajaí – SINTEVI, inscrito no CNPJ/MF sob o no 82.664.004/0001-39, Registro Sindical MTB no 302.727/81, o Sindicato dos Eletricistas do Norte de Santa Catarina – SINDINORTE/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o no 84.715.143/0001-70, Registro Sindical MTB no 302.736/81 e o Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina – SAESC, inscrito no CNPJ/MF sob o no 79.240.966/0001-56, Registro Sindical MTB no 24430-001004/1984, doravante denominados INTERCEL, no âmbito das suas representações, ficam acordadas as condições estipuladas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Piso Salarial**

A partir da assinatura deste termo aditivo, revoga-se a Cláusula Sétima – Piso salarial do Acordo Coletivo de Trabalho 2017-2018 assinado entre Celesc Distribuição S.A. e InterCEL.

**Parágrafo primeiro** – Passa a ser aplicado como salário inicial, para os empregados admitidos a partir desta data, a referência inicial da atual Tabela Salarial de cada cargo, respeitando o disposto no item 3 do Plano de Cargos e Salários – PCS.

Cargo	Referencia Inicial
ADMINISTRADOR	131
ADVOGADO	131
ANALISTA NÍVEL SUPERIOR	131
ANALISTA DE SISTEMAS	131
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	56
ASSISTENTE SOCIAL	131
ATENDENTE COMERCIAL	A001
ELETRICISTA	35
CONTADOR	131
ECONOMISTA	131
ENGENHEIRO	131
MÉDICO	109
TÉCNICO INDUSTRIAL	76
TÉCNICO NÍVEL MÉDIO	76
TÉCNICO SEG TRABALHO	76

**Parágrafo segundo** – Exclusivamente para os empregados admitidos no cargo de Engenheiro a partir da assinatura deste termo aditivo, continuará existindo o piso salarial cujo valor não será superior ao estabelecido na lei 4950-A/66, bem como a rubrica de diferença entre o salário fixo e o piso.

**Parágrafo terceiro** – A tabela salarial da Celesc permanece a vigente atualmente, sem alteração dos valores.

Termo Aditivo ao ACT 2012/2013 – Celesc Distribuição S.A./InterCEL

